UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOSSOCIOLOGIA DE COMUNIDADES E ECOLOGIA SOCIAL - EICOS
LINHA DE PESQUISA 1 – COMUNIDADES, DESENVOLVIMENTO, MEIO AMBIENTE E INCLUSÃO SOCIAL

MANUELA MUZZI DE ABREU

TERRITORIALIDADE E PERTENCIMENTO: O OLHAR LOCAL SOBRE O PARQUE ESTADUAL DO PICO DO ITAMBÉ, SERRA DO ESPINHAÇO - MG

Rio de Janeiro,
Março de 2015

Manuela Muzzi de Abreu

TERRITORIALIDADE E PERTENCIMENTO: o olhar local sobre O Parque Estadual do Pico do Itambé, Serra do Espinhaço - MG

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), do Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Marta de Azevedo Irving

Rio de Janeiro

2015

Abreu, Manuela Muzzi de

Territorialidade e Pertencimento: o olhar local sobre O Parque Estadual do Pico do Itambé, Serra do Espinhaço - MG/ Manuela Muzzi de Abreu, 2015. 132p.

Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Programa EICOS, Instituto de Psicologia, 2015.

Orientadora: Marta de Azevedo Irving

1.Territorialidades 2. Pertencimento 3. Áreas protegidas – Teses. I. Irving, Marta de Azevedo (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto de Psicologia/Programa EICOS. III. Territorialidade e Pertencimento: o olhar local sobre O Parque Estadual do Pico do Itambé, Serra do Espinhaço - MG.

Manuela Muzzi de Abreu

TERRITORIALIDADE E PERTENCIMENTO: o olhar local sobre o Parque Estadual do Pico do Itambé, Serra do Espinhaço – MG

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada em:

_____

Profª. Drª. Marta de Azevedo Irving – Orientadora
Programa EICOS de Pós-graduação – UFRJ

_____

Prof. Dr. David Gonçalves Soares
Programa EICOS de Pós-graduação – UFRJ

_____

Prof. Dr. Bernardo Machado Gontijo
Programa de Pós-graduação em Geografia – UFMG

_____

Drª. Alba Valéria Santos Simon
Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito – UFF

Rio de Janeiro
2015

Agradecimentos

Em primeiro lugar, o maior agradecimento é ao povo do Alto Jequitinhonha, cuja vida é a inspiração para este e tantos outros trabalhos, músicas e poesias. E à Serra do Espinhaço, que sempre nos ensina sobre o mundo e sobre nós mesmos.

Em especial, agradeço ao povo querido de Capivari, pelo carinho e hospitalidade!

Aos amigos de Milho Verde e Diamantina, em especial ao Felipe Ribeiro, Daniella Eloi, Gabriel D'Ávila, Elisa, Rodrigo e Antônio, por todas as conversas e caminhadas;

À Silvia Duarte e equipe do PEPI, por todo esclarecimento e apoio em campo.

Aos professores do IGC/UFMG, em especial ao Bernardo Gontijo e Allaoua Saadi, que me ensinaram a ver a Serra do Espinhaço com um outro olhar;

Ao Bernardo, novamente, por estar sempre "ali" para nós, e aos colegas do Gipe-UFMG, por todas as trocas;

À Marta Irving, que inspira a todos com sua força e brilho. Por ter me acolhido no Gapis e me ajudado a traçar esse caminho, extraindo de mim o melhor possível;

Aos colegas do Gapis, por todo aprendizado que tive com vocês, pelas trocas, companhia e sessões de desabafo! Em especial ao Marcelo Lima, Bruna Conti, Mariana Prado, Cristina Gerber, Elizabeth Oliveira, Breno Herrera, Iaci Penteado, Vanessa Marcondes, Edilaine Morais, Ranulfo Vidigal, Fernando Castro, Rui Afonso, Maycon Correa, Igor Almeida, Graciella Faico, Ana Carolina e Michelle Martins.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Ministério da Educação) e ao INCT-PPED-CNPq (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Programa de Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pela bolsa de incentivo à pesquisa.

Aos amigos do coração, que me acompanham nas dúvidas, escolhas, dificuldades e alegrias, e que estão comigo mesmo quando não estão.

Ao meu pai, por querer me ver voar sempre. À minha mãe, que me dá a base para isso, pela força e pelo amor. Ao meu irmão, por me desafiar a ser melhor. E a minha irmã querida.

E à canoa havaiana, que me faz levantar antes do sol, me mostra o Rio por outros ângulos e me faz sentir abençoada pelo contato a natureza.

Uma Homenagem à Minas: quem melhor do que Guimarães Rosa para contar sobre sua formação, traduzindo sua alma?

MINAS GERAIS

por João Guimarães Rosa

Minas é a montanha, montanhas, o espaço erguido, a constante emergência, a verticalidade esconsa, o esforço estático; a suspensa região — que se escala. Atrás de muralhas, caminhos retorcidos, ela começa, como um desafio de serenidade. Aguarda-nos amparada, dada em neblinas, coroada de frimas, aspada de epítetos: Alterosas, Estado montanhês, Estado mediterrâneo, Centro, Chave da Abóbada, Suíça brasileira, Coração do Brasil, Capitania do Ouro, a Heróica Província, Formosa Província. O quanto que envaidece e intranquiliza, entidade tão vasta, feita de celebridade e lucidez, de cordilheira e História. De que jeito dizê-la? MINAS: patriazinha. Minas — a gente olha, se lembra, sente, pensa. Minas — a gente não sabe.

Sei, um pouco, seu facies, a natureza física — muros montes e ultramontes, vales escorregados, os andantes belos rios, as linhas de cumeeiras, a aeroplanície ou cimos profundamente altos, azuis que já estão nos sonhos — a teoria dessa paisagem. Saberia aquelas cidades de esplêndidos nomes, que de algumas já roubaram: Maria da Fé, Sêrro Frio, Brejo das Almas, Dores do Indaiá, Três Corações do Rio Verde, São João del Rei, Mar de Espanha, Tremendal, Coromandel, Grão Mogol, Juiz de Fora, Borda da Mata, Abre Campo, Passa Tempo, Buriti da Estrada, Tiros, Pequi, Pomba, Formiga, São Manuel do Mutum, Caracol, Varginha, Sete Lagoas, Soledade, Pouso Alegre, Dores da Boa Esperança... Saberei que é muito Brasil, em ponto de dentro, Brasil conteúdo, a raiz do assunto. Soubesse-a, mais.

Sendo, se diz, que minha terra representa o elevado reservatório, a caixa-d'água, o coração branco, difluente, multivertente, que desprende e deixa, para tantas direções, formadas em caudais, as enormes vias: o São Francisco, o Paranaíba e o Grande que fazem o Paraná, o Jequitinhonha, o Doce, os afluentes para o Paraíba, e ainda; — e que, desde a meninice de seus olhos-d'água, da discrição de brejos e minadouros, e desses monteses riachinhos com subterfúgios, Minas é a doadora plácida. Sobre o que, em seu território, ela ajunta de tudo, os extremos, delimita, aproxima, propõe transição, une ou mistura: no clima, na flora, na fauna, nos costumes, na geografia, lá se dão encontro, concordemente, as diferentes partes do Brasil. Seu orbe é uma pequena síntese, uma encruzilhada; pois Minas Gerais é muitas. São, pelo menos, várias Minas.

A que via geral se divulga e mais se refere, é a Minas antiga, colonial, das comarcas mineradoras, toda na extensão da chamada Zona Mineralógica, a de montes de ferro, chão de ferro, água que mancha de ferrugem e rubro a lama e as pedras de córregos que dão ainda lembrança da formosa mulher subterrânea que era a Mãe do Ouro, deparada nas grupiaras, datas, cavas, lavras, bocas da serra, à porta dessas velhas cidades feitas para e pelo ouro, por entre o trabeculado de morros, sob picos e atalaias, aos dias longos em nevoeiro e friagem, ao sopro de tramontanas hostis ou ante a fantasmagoria alva da corrubiana nas faces de soalheiro ou noruega, num âmbito que bem congrui com o peso de um legado severo, de lástimas avaliadas, grandes sinos, agonias, procissões, oratórios, pelourinhos,

ladeiras, jacarandás, chafarizes realengos, irmandades, opas, letras e latim, retórica satírica, musas entrevistas, estagnadas ausências, música de flautas, poesia do esvaziado — donde de tudo surde um hábito de irrealidade, hálito do passado, do longe, quase um espírito de ruínas, de paradas aventuras e problemas de conduta, um intimativo nostalgir-se, que vem de níveis profundos, a melancolia que coerce.

Essa — tradicional, pessimista talvez ainda, às vezes casmurra, ascética, reconcentrada, professa em sedições — a Minas geratriz, a do ouro, que evoca e informa, e que lhe tinge o nome; a primeira a povoar-se e a ter nacional e universal presença, surgida dos arraiais de acampar dos bandeirantes e dos arruados de fixação do reinol, em capitania e província que, de golpe, no Setecentos, se proveu de gente vinda em multidão de todas as regiões vivas do país, mas que, por conta do ouro e dos diamantes, por prolongado tempo se ligou diretamente à Metrópole de além-mar, como que através de especial tubuladura, fluindo apartada do Brasil restante. Aí, plasmado dos paulistas pioneiros, de lusos aferrados, de baianos trazedores de bois, de numerosíssimos judeus manipuladores de ouro, de africanos das estirpes mais finas, negros reais, aproveitados na rica indústria, se fez a criatura que é o mineiro inveterado, o mineiro mineirão, mineiro da gema, com seus males e bens. Sua feição pensativa e parca, a seriedade e interiorização que a montanha induz — compartimentadora, distanciadora, isolante, dificultosa. Seu gosto do dinheiro em abstrato. Sua desconfiança e cautela — de vez que de Portugal vinham para ali chusmas de policiais, agentes secretos, burocratas, tributeiros, tropas e escoltas, beleguias, fiscais e espiões, para esmerilhar, devassar, arrecadar, intrigar, punir, taxar, achar sonegações, desleixos, contrabandos ou extravios do ouro e os diamantes, e que intimavam sombriamente o poder do Estado, o permanente perigo, àquela gente vigiadíssima, que cedo teve de aprender a esconder-se. Sua honesta astúcia meandrosa, de regato serrano, de mestres na resistência passiva. Seu vezo inibido, de homens aprisionados nas manhãs nebulosas e noites nevoentas de cidades tristes, entre a religião e a regra coletiva, austeras, homens de alma encapotada, posto que urbanos e polidos. Sua carta de menos. Seu fio de barba. Sua arte de firmeza.

É a Mata cismontana, molhada de ventos marinhos, agrícola ou madeireira, espessamente fértil. É o Sul, cafeeiro, assentado na terra-roxa de declives ou em colinas que européias se arrumam, quem sabe uma das mais tranqüilas jurisdições da felicidade neste mundo. É o Triângulo, avançado, forte, franco. É o Oeste, calado e curto nos modos, mas fazendeiro e político, abastado de habilidades. É o Norte, sertanejo, quente, pastoril, um tanto baiano em trechos, ora nordestino na intratabilidade da caatinga, e recebendo em si o Polígono das Secas. E o Centro corográfico, do vale do Rio das Velhas, calcáreo, ameno, claro, aberto à alegria de todas as vozes novas. É o Noroeste, dos chapadões, dos campos-gerais que se emendam com os de Goiás e da Bahia esquerda, e vão até ao Piauí e ao Maranhão.

Se são tantas Minas, porém, e contudo uma, será o que a determina, então, apenas uma atmosfera, sendo o mineiro o homem em estado minasgerais? Nós, os indígenas, nem sempre o percebemos. Acostumaram-nos, entretanto, a um vivo rol de atributos, de qualidades, mais ou menos específicas, sejam as de: acanhado, afável, amante da liberdade, idem da ordem, anti-romântico, benevolente, bondoso, comedido, ca-nhestro, cumpridor, cordato, desconfiado, disciplinado, desinteressado, discreto, escrupuloso, econômico, engraçado, equilibrado, fiel, fleumático, grato, hospitaleiro, harmonioso, honrado,

inteligente, irônico, justo, leal, lento, morigerado, meditativo, modesto, moroso, obstinado, oportunidade (dotado do senso da), otário, prudente, paciente, plástico, pachorrento, probo, precavido, pão-duro, personalista, perseverante, perspicaz, quieto, recatado, respeitador, rotineiro, roceiro, secretivo, simples, sisudo, sensato, sem pressa nenhuma, sagaz, sonso, sóbrio, trabalhador, tribal, taciturno, tímido, utilitário, virtuoso.

Sendo assim, o mineiro há. Essa raça ou variedade, que, faz já bem tempo, acharam que existia. Se o confirmo, é sem quebra de pejo, pois, de mim, sei, compareço como espécime negativo.

Reconheço, porém, a aura da montanha, e os patamares da montanha, de onde o mineiro enxerga. Porque, antes de mais, o mineiro é muito espectador. O mineiro é velhíssimo, é um ser reflexivo, com segundos propósitos e enrolada natureza. É uma gente imaginosa, pois que muito resistente à monotonia. E boa — porque considera este mundo como uma faisqueira, onde todos têm lugar para garimpar. Mas nunca é inocente. O mineiro traz mais individualidade que personalidade. Acha que o importante é ser, e não parecer, não aceitando cavaleiro por argueiro nem cobrindo os fatos com aparatos. Sabe que "agitar-se não é agir". Sente que a vida é feita de encoberto e imprevisto, por isso aceita o paradoxo; é um idealista prático, otimista através do pessimismo; tem, em alta dose, o amor fati. Bem comido, secularmente, não entra caninamente em disputas. Melhor, mesmo — não disputa. Atencioso, sua filosofia é a da cordialidade universal, sincera; mas, em termos. Gregário, mas necessitando de seu tanto de solidão, e de uma área de surdina, nos contactos verdadeiramente importantes. Desconhece castas. Não tolera tiranias, sabe deslizar para fora delas. Se precisar, briga. Mas, como ouviu e não entendeu a pitonisa, teme as vitórias de Pirro. Tem a memória longa. Não tem audácias visíveis. Ele escorrega para cima. Só quer o essencial, não as cascas. Sempre frequentado pelo enigma, pica o enigma em pedacinhos, como quando pica seu fumo de rolo, e faz contabilidade da metafísica; gente muito apta ao reino-do-céu. Não acredita que coisa alguma se resolva por um gesto ou um ato, mas aprendeu que as coisas voltam, que a vida dá muitas voltas, que tudo pode tornar a voltar. Até sem saber que o faz, o mineiro está sempre pegando com Deus. Principalmente, isto: o mineiro não usurpa.

Aí está Minas: a mineiridade.

Mas, entretanto, cuidado. Falei em paradoxo. De Minas, tudo é possível. Viram como é de lá que mais se noticiam as coisas sensacionais ou esdrúxulas, os fenômenos? O diabo aparece, regularmente, homens ou mulheres mudam anatomicamente de sexo, ocorrem terremotos, trombas-d'água, enchentes monstras, corridas-de-terreno, enormes ravinamentos que desabam serras, aparições meteóricas, tudo o que aberra e espanta. Revejam, bem. Chamam a seu povo de "carneirada", porque respeita por modo quase automático seus Governos, impessoalmente, e os acata; mas, por tradição, conspira com rendimento, e entra com decisivo gosto nas maiores rebeliões. Dados por rotineiros e apáticos, foram de repente à Índia, buscar o zebú, que transformaram, dele fazendo uma riqueza, e o exportam até para o estrangeiro. Tidos como retrógrados, cedo se voltaram para a instrução escolar, reformando-a da noite para o dia, revolucionariamente, e ainda agora dividindo com São Paulo o primeiro lugar nesse campo. Sedentários famosos, mas que se derramaram sempre fora de suas divisas estaduais, iniciando, muito antes do avanço atual, o povoamento do Norte do Paraná, e enchendo com suas colônias o Rio, São Paulo, Goiás e até Mato Grosso. Pacíficos por definição, tiveram em sua Força Pública militar, pressianamente instruída e disciplinada, uma formidável tropa de choque, tropa de

guerra, que deu o que temer, e com larga razão. E, de seus homens políticos, por exemplo, vêem-se atitudes por vezes imprevisíveis e desconcertantes; que não serão anômalas, senão antes marcas de sua coerência profunda — a única verdadeiramente com valibilidade e eficácia.

Disse que o mineiro não crê demasiado na ação objetiva; mas, com isso, não se anula. Só que mineiro não se move de graça. Ele permanece e conserva. Ele espia, indaga, protela ou palia, se sopita, tolera, remancheia, perrengueia, sorri, escapole, se retarda, faz véspera, tempera, cala a boca, matuta, destorce, engambela, pauteia, se prepara. Mas, sendo a vez, sendo a hora, Minas entende, atende, toma tento, avança, peleja e faz.

Sempre assim foi. Ares e modos. Assim seja.

Só, e no mais: sem ti, jamais nunca — Minas, Minas Gerais, inconfidente, brasileira, paulista, emboaba, lírica e sábia, lendária, épica, mágica, diamantina, aurífera, ferrífera, ferrosa, férrica, balneária, hidromineral, jê, puri, acroá, goitacá, goianá, cafeeira, agrária, barroca, luzia, árcade, alpestre, rupestre, campestre, de el-rei, das minas, do ouro das minas, das pretas minas, negreira, mandigueira, moçambiqueira, conga, dos templos, santeira, quaresmeira, processional, granítica, de ouro em ferro, siderúrgica, calcárea, das perambeiras, serrana bela, idílica, ilógica, translógica, supralógica, intemporal, interna, leiteira, do leite e da vaca, das artes de Deus, do caos calmo, malasarte, conjuradora, adversa ao fácil, tijucana, januária, peluda, baeteira, tapiocana, catrumana, fabril, industriosa, industrial, fria, arcaica, mítica, enigmática, asiática, assombrada, salubre e salutar, assobradada, municipal, municipalíssima, paroquial, marília e heliodora, de pedra-sabão, de hematita compacta, da sabedoria, de Borba Gato, Minas joãopinheira, Minas plural, dos horizontes, de terra antiga, das lapas e cavernas, da Gruta de Maquiné, do Homem de Lagoa Santa, de Vila Rica, franciscana, barranqueira, bandoleira, pecuária, retraída, canônica, sertaneja, jagunça, clássica, mariana, claustral, humanista, política, sigilosa, estudiosa, comum, formiga e cigarra, labiríntica, pública e fechada, no alto afundada, toucinheira, metalúrgica, de liteira, mateira, missionária, benta e circuncisa, tropeira, borracheira, mangabeira, comboieira, rural, ladina, citadina, devota, cigana, amealhadora, mineral e intelectual, espiritual, arrieira, boiadeira, urucuiana, cordisburguesa, paraopebana, fluminense-das-velhas, barbacenense, leopoldinense, itaguarense, curvelana, belo-horizontina, do ar, do lar, da saudade, do queijo, do tutu, do milho e do porco, do angu, do frango com quiabo, Minas magra, capioa, enxuta, groteira, garimpeira, sussurrada, sibilada, Minas plenária, imo e âmago, chapadeira, veredeira, zebuzeira, burreira, bovina, vacum, forjadora, nativa, simplória, sabida sem desordem, sem inveja, sem realce, tempestiva, legalista, legal, governista, revoltosa, vaqueira, geralista, generalista, de não navios, de não ver navios, longe do mar, Minas sem mar, Minas em mim: Minas comigo. Minas.

Texto publicado na revista "O Cruzeiro", em 25 de agosto de 1957.

RESUMO

As áreas protegidas representam uma das principais estratégias de proteção da natureza e sua criação implica em transformações socioespaciais no território em que se inserem. Estas, frequentemente, são criadas em locais de elevada biodiversidade e que abrigam também populações tradicionais, que estabelecem seus modos de vida, sua organização social e suas relações econômicas e culturais com base na relação direta de uso da natureza. A partir desse contexto, o caso estudado nesta dissertação envolveu o modo pelo qual os moradores da Serra do Espinhaço, na região do entorno do Parque Estadual do Pico do Itambé (PEPI) se apropriam do território e constroem, a partir dele, suas territorialidades e o sentido de pertencimento a este lugar. Com base neste contexto, o principal objetivo da pesquisa foi analisar em que medida a existência do Parque Estadual do Pico do Itambé influencia os sentidos de territorialidade e pertencimento, pela perspectiva local. No plano metodológico, esta dissertação se baseou em revisão bibliográfica e documental, além de pesquisa de campo, tendo esta um enfoque qualitativo, a partir de entrevistas orientadas pela técnica da história de vida. Diante dos dados obtidos foi possível interpretar que o processo de criação e implantação do Parque Estadual do Pico do Itambé influenciou diretamente a dinâmica territorial local, ocasionando mudanças nas relações estabelecidas com a própria região. E, com base nos pontos de vista dos moradores locais, a criação da área protegida afetou os seus modos de vida, as territorialidades e o sentido de pertencimento à região. Porém, mesmo em meio às dificuldades encontradas, o desejo expresso de permanência na região prevalece e, com base no que foi discutido nesta pesquisa e nos argumentos levantados, o forte sentido de pertencimento à região poderia assim ser potencializado como elemento para a aproximação da população local ao Parque Estadual do Pico do Itambé.

Palavras-chave: Territorialidades, Pertencimento, Áreas Protegidas

ABSTRACT

Protected areas are one of the main strategies for the protection of nature and their establishment implies socio-spatial transformations in the territory where they are implemented. Frequently, they are created in high biodiversity zones and also where traditional populations live, establishing their lifestyles, their social organization and economic and cultural relations based on direct use of the natural environment. From this context, this research focuses on the study of how the inhabitants of *Serra do Espinhaço*, in the area surrounding *Parque Estadual do Pico do Itambé (PEPI),* appropriate the territory and develop, from it, their territorialities and their sense of belonging to this land. This research aims from this context to analyze how the existence of *Parque Estadual do Pico do Itambé* influences senses of territoriality and belonging from a local perspective. Regarding methodology, this work relied on both secondary data (bibliographic and documental reviews) and qualitative field research based on interviews conducted though the life history method. By interpreting the data obtained it was possible to conclude that the process of creation and implementation of *Parque Estadual do Parque do Itambé* influenced directly the local territorial dynamics, causing changes in the relationship with the region itself. Based on the views of local residents, the creation of the protected area affected their way of life, their territorialities and the sense of belonging to the region. Nevertheless, besides all the challenges faced, the local population strong wish to stay in the land prevails and, based on this research findings and on the arguments raised, the strong sense of belonging to the region could therefore be potentiated as an element to bring the population closer to the the *Parque Estadual do Pico do Itambé*.

Keywords: Territorialities, Belonging, Protected Areas.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APA -	Área de Proteção Ambiental
CDB -	Convenção sobre a Diversidade Biológica
CONAMA -	Conselho Nacional do Meio Ambiente
FUNAI -	Fundação Nacional do Índio
FMP -	Fundo de Participação Municipal
GAPIS -	Grupo de Pesquisa Governança, Biodiversidade, Áreas Protegidas e Inclusão Social
IBAMA -	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IEF-MG -	Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais
OIT -	Organização Internacional do Trabalho
PEPI -	Parque Estadual do Pico do Itambé
MMA -	Ministério do Meio Ambiente
PNAP -	Plano Nacional de Áreas Protegidas
PNPCT -	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PNGATI -	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
UNEP -	Programa das Nações Unidas para o Ambiente
RBSE -	Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço
SAPIS -	Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social
SISNAMA -	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNUC -	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UFMG -	Universidade Federal de Minas Gerais
UFVJM	Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1: Parque Estadual do Pico do Itambé e UCs da região. 63

Figura 2: Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço e Parque Estadual do Pico do Itambé. .. 66

Figura 3: Mosaico do Espinhaço: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral. 68

Figura 4: Área de inserção do Parque Estadual do Pico do Itambé e UCs próximas..... 71

QUADROS

Quadro 1: Perfil dos entrevistados..... 28

APÊNDICES

Apêndice 1: Termo de consentimento informado..... 125

Apêndice 2: Ficha de identificação 126

Apêndice 3: Roteiro de entrevista – Gestor..... 127

Apêndice 4: Roteiro de entrevista – Interlocutores locais 128

ANEXOS

Anexo 1: Decreto de Criação do Parque Estadual do Pico do Itambé 129

Anexo 2: Portaria de Criação do Mosaico do Espinhaço 130

Anexo 3: Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais..... 132

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO **15**

2. ABORDAGEM METODOLÓGICA DA PESQUISA **20**

2.1. ETAPAS METODOLÓGICAS 25

2.2. ASPECTOS ÉTICOS DA PESQUISA 29

3. A PROTEÇÃO DA NATUREZA NO BRASIL: CONTEXTUALIZANDO AS ÁREAS PROTEGIDAS E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIAIS **30**

3.1. ÁREAS PROTEGIDAS: POR QUE PROTEGÊ-LAS? 30

3.2. ÁREAS PROTEGIDAS: COMO PROTEGÊ-LAS? 33

3.3. ÁREAS PROTEGIDAS: PARA QUEM PROTEGÊ-LAS? 39

4. UM OLHAR SOBRE O ESTUDO DO TERRITÓRIO **44**

4.3. O ESPAÇO SOB A PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR 44

4.2. AS NOÇÕES DE ESPAÇO E TERRITÓRIO NA INTERPRETAÇÃO DAS TERRITORIALIDADES 46

4.3. TERRITORIALIDADE E PERTENCIMENTO: COMPREENDENDO A FORMAÇÃO DO OLHAR LOCAL SOBRE O TERRITÓRIO 54

5. ESTUDO DE CASO – CONTEXTUALIZANDO O PARQUE ESTADUAL DO PICO DO ITAMBÉ **62**

6. TERRITORIALIDADES SOBREPOSTAS: O OLHAR LOCAL SOBRE O PARQUE ESTADUAL DO PICO DO ITAMBÉ **76**

6.1. CAIXA CONCEITUAL: OS CONHECIMENTOS DOS GRUPOS SOCIAIS ACUMULADOS POR GERAÇÕES 78

6.2. CAIXA PRETA: QUAIS SÃO OS ELEMENTOS SIMBÓLICOS RELATIVOS AOS GRUPOS SOCIAIS? .. 87

6.3. CAIXA DE FERRAMENTAS: QUAIS SÃO OS MODOS DE AGIR E MODELOS ADOTADOS PELOS ATORES SOCIAIS EM CADA SITUAÇÃO? 91

6.4. A LEITURA DA INTERLOCUÇÃO DA GESTÃO SOBRE O PROCESSO 108

6.5. SÍNTESE DA ANÁLISE 111

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS **115**

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **119**

9. APÊNDICES **125**

10. ANEXOS **129**

1. Introdução

A Serra do Espinhaço constitui uma cadeia montanhosa que se estende desde o norte da capital mineira até o norte do Estado da Bahia. Sua diversidade biológica, geológica e cultural atraiu, desde tempos remotos, bandeirantes e naturalistas europeus que, por seus caminhos, cruzaram com índios, escravos e tropeiros, importantes personagens da história do país, que deixaram seus descendentes e instituíram diferentes modos de vida na região.

Como já relatado por um dos seus primeiros estudiosos, a sua importância biogeográfica vem sendo reconhecida internacionalmente, desde então, devido à imponente "megadiversidade" local:

> Uma dessas principais cadeias montanhosas (...) a ela denominei Serra do Espinhaço ("*Rückenknochengebirge*"), não só porque forma a cordilheira mais alta, mas, além disso, é notável, especialmente para o naturalista, pois forma um importante divisor não somente sob o ponto de vista geognóstico, mas também é de maior importância pelos aspectos da fauna e da flora. (...) As regiões ao leste desta cadeia, até o mar, são cobertas por matas das mais exuberantes. (...) O botânico encontra, nas matas virgens, plantas completamente diferentes daquelas dos campos e o zoólogo acha uma outra fauna, especialmente de aves, tão logo passe das matas, pela Serra do Espinhaço, para os campos (ESCHWEGE, 1822 *apud* GONTIJO, 2008, p. 9).

Em função de sua rica biodiversidade, a região vem sendo, simultaneamente, foco de ações da gestão pública para a conservação da natureza e também de projetos de exploração de seus recursos naturais, principalmente minerais. Tais projetos representam, portanto, fontes recorrentes e permanentes de conflitos entre as iniciativas de conservação da biodiversidade e aquelas vinculadas às tendências de exploração econômica.

Nesse contexto, a necessidade de estratégias para a proteção da natureza na região vem sendo objeto de debate, tanto por parte do poder público quanto de organizações da sociedade civil e academia. Assim sendo, considerando-se a importância ecológica e sociocultural da Serra do Espinhaço, esta foi escolhida como foco para o desenvolvimento da presente dissertação.

Com o recorte no Parque Estadual do Pico do Itambé, a pesquisa proposta de cunho social, tem o seu olhar centrado não somente na proteção da biodiversidade, mas, principalmente, se dirige aos habitantes da região e sua visão sobre o lugar onde vivem. Dessa forma, se busca investigar a maneira pela qual os habitantes da Serra do

Espinhaço constroem as suas territorialidades e como está expresso o sentido de pertencimento em relação à Serra. Os atores sociais aqui investigados são “nascidos e criados” na Serra, possuindo um intenso vínculo com o meio que habitam, seja por sua cultura, seus costumes, crenças, ou por sua vida cotidiana. Assim, estes são entendidos pelo olhar da presente pesquisa como profundos conhecedores da dinâmica local. Mas seriam eles aliados no processo de conservação ambiental da Serra, cuja diversidade é tão relevante no contexto ambiental regional? E seria o seu sentido de pertencimento ao território valorizado no âmbito das estratégias de proteção da natureza?

Com o intuito de se interpretar a relação dos moradores locais com a Serra, tendo como foco prioritário de análise o Parque Estadual do Pico do Itambé, algumas indagações foram levantadas para direcionar a investigação proposta e orientaram a tônica da pesquisa: Como a população local vivencia a Serra no seu dia-a-dia? Existe um sentido de identificação e pertencimento com a região? Como concebem a importância do local que habitam para as suas vidas? A sua cultura, seu território e seus modos de vida são valorizados e considerados nas propostas de conservação da biodiversidade dirigidas ao Parque Estadual do Pico do Itambé? Como tem sido o cotidiano desses habitantes a partir da implantação desta área protegida na região?

Esse estudo sobre a relação dos habitantes da Serra do Espinhaço com o local que habitam, o seu modo de vida, costumes e/ou crenças, foi iniciado ainda no curso de graduação em Turismo, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Durante este período, foi possível conhecer e vivenciar a realidade de alguns desses moradores que vivem em pequenos lugarejos. Foi também possível entender que, a partir de sua base cultural, esses estabelecem diferentes formas de relação com a natureza, que são mais orgânicas. E, desde então, essas diferentes realidades observadas vem inspirando inquietações com relação ao desejo de compreender a forma pela qual esses atores sociais interpretam o processo da conservação da natureza em seu local de origem, como percebem, “de dentro” as ações que transformam a realidade local e recriam os territórios, inseridos em uma nova lógica de organização do espaço.

A partir da busca por esse olhar local, o foco da pesquisa se delineou, posteriormente, para a região do Alto Jequitinhonha, devido à proximidade afetiva da pesquisadora com a região, e também pelo fato de ali existirem diversas áreas protegidas e também ser o local de vida de populações tradicionais.

Mas para desenvolvimento de um estudo envolvendo o olhar local sobre as territorialidades envolvidas foi escolhida, como recorte da pesquisa, uma área protegida

com relação a qual ainda não foram desenvolvidas pesquisas sistemáticas de cunho social com este foco. Assim, o Parque Estadual do Pico do Itambé (PEPI) foi selecionado como foco de análise, também a partir da indicação de outros pesquisadores da região e por ser este estabelecido em um local habitado por populações que mantém modos de vida tradicionais.

A partir do exposto, a pesquisa proposta se insere no campo da psicossociologia, pois aborda as subjetividades envolvidas na relação sociedade-natureza e suas interfaces no processo de proteção de áreas naturais de elevada biodiversidade. Além disso, incorpora também ao debate crítico da pesquisa social, tendo a problemática das territorialidades como campo de mediação das relações sociais. Com esta ênfase, a pesquisa traduz o principal objetivo de analisar em que medida a existência do Parque Estadual do Pico do Itambé influencia os sentidos de territorialidade e pertencimento, pela perspectiva local. Como objetivos específicos, este estudo pretende:

- Interpretar a relação de pertencimento da população local em relação à Serra do Espinhaço, com ênfase no recorte do Parque Estadual do Pico do Itambé e seu entorno;
- Investigar as transformações nas territorialidades locais, após a criação do Parque Estadual do Pico do Itambé;
- Analisar em que medida a questão de pertencimento é considerada e abordada no processo de gestão da área protegida.

Para se alcançar os objetivos propostos, a pesquisa teórica se baseou em revisão bibliográfica sobre a relação sociedade e natureza (e os seus rebatimentos na legislação brasileira de áreas protegidas) e também sobre as noções de territorialidade e pertencimento. A metodologia adotada envolveu a pesquisa e análise documental acerca das políticas públicas relativas à proteção da natureza no Brasil, com foco na abordagem social expressa nos textos da Convenção da Biodiversidade (1992), na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2004), no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000, 2002), no Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP, 2006), na Política Nacional de Populações e Comunidades Tradicionais (PNPCT, 2007) e na Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais (2014). Além disso, foram utilizadas em campo as técnicas da observação direta envolvendo todos os grupos localizados no entorno do PEPI, além de caderno de campo no qual foram registradas as informações obtidas. Entrevistas foram também realizadas com as interlocuções da gestão pública e

com alguns moradores locais, escolhidos pela técnica da “bola e neve” e tendo como inspiração a alternativa metodológica da história de vida.

Tendo em vista os objetivos apresentados e para que se compreenda o eixo lógico da pesquisa proposta, a dissertação foi dividida em três capítulos além desta introdução. O primeiro apresenta a descrição do percurso metodológico adotado na pesquisa.

O segundo capítulo aborda o debate e a reflexão sobre o processo de criação de áreas protegidas no mundo e no Brasil, em particular. Para tanto, se buscou apresentar uma retrospectiva sobre a sua instituição formal, a partir do final do século XIX, destacando-se os motivos que originaram a sua adoção como estratégia de proteção da natureza. Neste capítulo são também contextualizados, no caso brasileiro, suas implicações aos modos de vida das populações afetadas pela criação dessas áreas protegidas.

O terceiro capítulo visa contextualizar e problematizar os conceitos de território e de territorialidades, discutindo as dimensões cultural, política e econômica envolvidas no debate. Com este capítulo, a intenção foi compreender como ocorre a construção das territorialidades e do sentido de pertencimento em uma dada realidade social. No estudo sobre territorialidades foi também enfatizada e problematizada a noção de pertencimento (ZAOUAL, 2006), que tende a influenciar a visão de mundo e o modo de agir de determinado grupo social.

O quarto capítulo apresenta e discute o Estudo de Caso propriamente dito, o Parque Estadual do Pico do Itambé, seu processo de criação, sua importância ecológica, a dinâmica socioeconômica de sua região de inserção, bem como os principais conflitos enfrentados, atualmente, para a gestão dessa área protegida.

O quinto e último capítulo busca sistematizar a análise desenvolvida, com base nos dados obtidos e na experiência de campo, tendo como ponto de partida o referencial teórico adotado em seus rebatimentos *in loco*, a partir da interpretação das transformações nas territorialidades após a implantação da UC. Além disso, se buscou verificar em que medida o sentido de pertencimento com relação à Serra do Espinhaço é incorporado e valorizado pelas instâncias de gestão no Parque Estadual do Pico do Itambé.

O debate aqui proposto busca incitar a reflexão a respeito de diferentes olhares sobre a importância e as formas de proteção da natureza, reconhecendo que os valores a ela atribuídos resultam de diferentes visões de mundo que, por sua vez, constituem as

bases as relações sociais estabelecidas em um determinado território. Assim, a respeito da importância das relações materiais e simbólicas com a natureza, que por sua vez, tem implicações diretas na vida dos grupos sociais.

2. Abordagem metodológica da pesquisa

Esta pesquisa buscou investigar de que maneira os sentidos de territorialidade e pertencimento tendem a influenciar o olhar local sobre a Serra do Espinhaço, com ênfase no Parque Estadual do Pico do Itambé. Para atingir os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa social de caráter exploratório, qualitativa e interdisciplinar (VASCONCELOS, 2011). Conforme Minayo (2000, *apud* BALDIN & MUNHOZ, 2011), para tal é necessário que o pesquisador observe e interaja com os grupos pesquisados e que tenha flexibilidade para lidar com as situações locais, ainda que estas escapem ao seu planejamento inicial. A autora ressalta também que, nesta abordagem de pesquisa, há a possibilidade de adaptação e correção dos instrumentos elaborados e de reestruturação dos objetivos, caso o pesquisador considere necessário durante a investigação. Tal abordagem tende a possibilitar, portanto, um processo mais flexível de construção da pesquisa e, ainda, a participação do pesquisador na vida cotidiana dos grupos locais envolvidos com o Parque Estadual do Pico do Itambé.

A teoria, na pesquisa social, é entendida como uma aproximação da realidade, numa tentativa de explicação parcial da mesma, procurando-se, a partir dela, desvelar as subjetividades envolvidas nos significados, motivos, atitudes e valores de terminados grupos sociais. Este tipo de pesquisa se baseia em um método qualitativo (MINAYO, 2004).

No plano de sua efetivação, a pesquisa social é desenvolvida em algumas etapas, sendo a inicial (também designada como fase exploratória), aquela em que são definidos o tema e a questão de pesquisa, os objetivos, o método a ser utilizado e os conceitos teóricos que irão balizar a investigação. Na segunda fase são, em geral, realizados os trabalhos práticos ou de campo, com entrevistas, levantamento e sistematização de informações complementares, observações *in loco*. A terceira e última fase compreende o tratamento dos dados adquiridos em campo, que devem ser organizados, categorizados e, por fim, analisados (MINAYO, 2004).

Para a definição da questão de pesquisa, Quivy & Campenhoudt (2005) entendem como essencial que esta seja formulada de forma clara e exequível, para que se possa tentar compreender a realidade estudada, ponto de partida de uma investigação científica. A partir de então são definidos os objetivos da pesquisa e escolhidas as leituras pertinentes ao tema em análise. Por este entendimento, a definição do

referencial teórico constitui parte essencial da pesquisa, pois constitui a base de sustentação da investigação científica proposta (MINAYO, 2004).

Nesse caso, a pesquisa como um todo é compreendida como um procedimento de ruptura, construção e verificação. A ruptura se efetiva com relação às ideias originais que se tem da realidade sem conhecê-la a fundo, baseadas em (pré) conceitos e aparências superficiais. A partir da ruptura, inicia-se o processo de construção da pesquisa. A construção de um novo conhecimento, por essa via, ocorre com base no delineamento da fundamentação teórica que, por sua vez, fornece as pistas para a elaboração de proposições acerca de determinado tema, estratégias utilizadas para a observação da realidade e análise dos possíveis resultados dessa observação. A verificação da teoria na prática constitui a etapa final de investigação, na qual as proposições iniciais são verificadas com base na experimentação dos fatos (QUIVY & CAMPENHOUDT, 2005).

Segundo esta linha de abordagem, a pesquisa foi fundamentada na leitura crítica sobre a relação sociedade e natureza e os seus rebatimentos na legislação brasileira sobre as áreas protegidas, importante estratégia adotada para a conservação da natureza, a partir da segunda metade do século XIX (IRVING & MATOS, 2006). Para avançar neste debate, foram ainda aprofundadas as discussões a respeito das políticas públicas relativas à proteção da natureza no Brasil e de que forma elas abordam a temática social e os conflitos que implicam. Além disso, foram analisadas em bancos de dados e anais de encontros científicos como o Banco de Teses da Capes e os Anais do Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social (SAPIS), em suas seis edições (2005 a 2013) publicações e/ou pesquisas sobre a temática.

A partir desse encaminhamento teórico, a investigação foi então direcionada ao entendimento acerca das relações entre as populações locais da Serra do Espinhaço e o seu ambiente, transformado em um ambiente de restrição de uso pela criação de áreas protegidas. Para tanto, temas debatidos no âmbito da geografia foram também incorporados ao corpo teórico do trabalho, como forma de apoio à compreensão das territorialidades e reterritorializações (HAESBAERT, 2004) envolvidas no processo de criação de áreas protegidas e a relação simbólica com o território que resulta desse processo.

A noção de territorialidade foi, portanto, central na pesquisa, uma vez que envolve a dimensão política e as relações de poder de quem controla o espaço e os processos sociais (HAESBAERT, 2004). E, além disso, abriga também o debate sobre as relações

culturais e econômicas “intimamente ligadas ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (SACK, 1986 *apud* HAESBAERT, 2004). No estudo sobre territorialidade, foi também necessário um maior aprofundamento sobre a noção de pertencimento, como um de seus componentes essenciais, visto que este é constituinte do campo simbólico e cultural desse debate.

A partir desse embasamento teórico, foi discutido e desenvolvimento o Estudo de Caso, para que fosse possível o rebatimento empírico sobre as reflexões propostas. Este foi desenvolvido no Parque Estadual do Pico do Itambé (PE Pico do Itambé) e em seu entorno, situados na Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, em Minas Gerais.

Inicialmente, apenas a Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (RBSE) fora determinada como local potencial para a realização da pesquisa. Posteriormente, o Mosaico do Espinhaço foi escolhido como foco da pesquisa entre outros três mosaicos que compõem a RBSE, por ser o único já oficialmente criado e implantado, dispondo inclusive de Conselho Consultivo, instrumento essencial para a gestão de uma área protegida. Além disso, a proximidade afetiva da pesquisadora com a região desse mosaico também representou um motivo que reforçou a escolha, conforme mencionado na introdução desta pesquisa. Assim, durante o ano de 2013, a partir da presença em alguns seminários realizados sobre a temática relacionada às áreas protegidas[1] e em encontros no local, durante conversas informais com gestores de UCs e pesquisadores da Serra do Espinhaço[2], o recorte espacial da pesquisa foi melhor delineado, sendo este o Parque Estadual do Pico do Itambé e seu entorno. Foram ainda consultados alguns membros da Associação “Montanhas do Espinhaço”[3], na qual a pesquisadora foi voluntária em 2009, e cuja linha de pesquisa de “Identidade Sociocultural” também foi uma das inspirações para a escolha do tema.

Para o desenvolvimento da pesquisa de campo no PEPI foi, inicialmente, adotada a técnica da observação direta, envolvendo as doze localidades situadas no entorno do

---

[1] 6º Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social (Sapis), realizado em setembro de 2013 em Belo Horizonte - MG, e o 1º Seminário de Pesquisas Científicas em UCs do Alto Jequitinhonha, realizado em novembro de 2013, em Diamantina - MG.

[2]Estes são ligados principalmente às Universidades Federais de Minas Gerais (UFMG) e do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

[3]https://sites.google.com/site/montanhasdoespinhaco/

parque[4]. Nesse momento, a pesquisadora vivenciou a rotina dos moradores da região, participou de reuniões de associações locais e buscou entender, de forma ainda incipiente, a relação desses grupos com o ambiente em que estão inseridos. As informações e percepções obtidas foram registradas em um caderno de campo, utilizado como fonte de dados quando da análise do Estudo de Caso. No entanto, a fim de que um maior aprofundamento sobre a questão em análise pudesse ser obtido, três localidades foram escolhidas para compor a etapa seguinte da pesquisa. Assim, a partir do contato inicial com os moradores das referidas localidades e da indicação da gestão do parque sobre as localidades mais "afetadas", positiva ou negativamente, pela implantação na UC, as localidades escolhidas para maior aprofundamento foram: Santo Antônio do Itambé, Capivari e Chacrinha.

Após a escolha das localidades onde a pesquisa seria desenvolvida de forma aprofundada, foi utilizada a técnica da "bola de neve" para identificação dos moradores mais antigos e com maior conhecimento sobre a história do local. A ideia principal era, portanto, identificar os moradores que já viviam na localidade mesmo antes da implantação do parque e que, ao mesmo tempo, pudessem ser reconhecidos pela população local como representantes do lugar. A "bola de neve", do inglês "*snowball*", ou ainda "*snowball sampling*" constitui uma técnica por meio da qual os interlocutores da pesquisa indicam outros que possam, potencialmente, contribuir com o seu conhecimento e/ou engajamento com o tema a ser estudado. Estes por sua vez indicam outros e assim, sucessivamente, até que não haja mais informações a acrescentar ou que as indicações se repitam. Dessa maneira, forma-se uma espécie de rede de informantes, ou cadeia de referentes (WHA, 1994 *apud* BALDIN & MUNHOZ, 2011).

A partir da técnica descrita, seis moradores foram escolhidos para participar da etapa seguinte da pesquisa de campo, sendo esta associada à "história de vida", técnica na qual a história é relatada pelo sujeito que a viveu. Por essa alternativa metodológica, merece atenção o relato do entrevistado, a partir de seu ponto de vista e interpretação sobre a sua própria história (SPINDOLA & SANTOS, 2003). Dessa forma, as seis entrevistas foram realizadas a partir de uma pergunta orientadora abrangente sobre a história do entrevistado e, a partir de sua resposta inicial, foram adicionadas algumas

---

[4] São estas: A sede municipal de Santo Antônio do Itambé e os distritos e povoados Capivari, Chacrinha, Jacutinga, Vargem do Breu, Amaral, Serra da Bicha, Bica d'Água, Varjão, Capivari Pequeno, Gameleira e Tamanduá.

questões complementares para que o entrevistado pudesse abordar a sua relação com a região, o processo de criação do PEPI e assim fornecer pistas sobre o sentido de pertencimento com relação à área protegida e à Serra do Espinhaço, conforme apresentado no Apêndice 4.

A história de vida envolve um sentido de "dupla subjetividade", uma vez que o relato se relaciona à vida de um sujeito, descrita e interpretada pelo próprio sujeito (D'ÉPINAY, 1985 *apud* ESTEVES, 1998). Contudo, mesmo a história relatada sendo individual, ela exprime o que foi vivenciado pelo grupo social no qual o sujeito se insere. O olhar da investigação volta-se, assim, não apenas aos detalhes individuais, mas ao contexto e situações gerais vividas, ressaltando-se os momentos históricos para apreender a dinâmica das relações sociais estabelecidas no cotidiano (SPINDOLA & SANTOS, 2003). Sendo assim, os moradores dessa região da Serra do Espinhaço passaram a narrar sua história de vida e, a partir dela, relatar também a história das áreas protegidas em seu território e as transformações nas territorialidades envolvidas e no sentido de pertencimento ao lugar, no decorrer desse processo.

Complementarmente à utilização da técnica da história de vida, abordou-se a análise acerca do nível de envolvimento dos moradores do entorno do PEPI na gestão da UC, buscando compreender de que forma estes participam da gestão. Para tanto, foram analisadas as Atas das reuniões do Conselho Consultivo do parque, desde a criação deste conselho, em 2009. Isto foi considerado relevante para observar se a população local se interessa em participar, questionar e explicitar suas demandas, ou seja, se ocupa de fato o espaço destinado à participação social na gestão da UC.

Além das atividades descritas anteriormente envolvendo a observação direta, o enfoque da história de vida e a análise das Atas do Conselho Consultivo do PEPI, a pesquisa de campo envolveu também a realização de uma entrevista dirigida à gestora da UC. Esta entrevista teve como objetivo compreender a perspectiva da representante da gestão sobre a relação dos moradores locais com o território em suas interfaces com o parque, bem como a respeito do envolvimento desses no processo da gestão. Este outro olhar também foi analisado de maneira complementar ao depoimento dos moradores locais, para conhecer as nuances do processo de criação e consolidação do PEPI. E, ainda, auxiliou na compreensão sobre em que medida ocorre a incorporação das territorialidades locais e o sentido de pertencimento ao território no processo de gestão da UC.

Ainda, outros interlocutores institucionais, conhecedores da realidade local, foram contatados, de maneira informal, para que sua percepção acerca da relação dos moradores do entorno do PEPI com o território e com a gestão do parque também fosse interpretada, de maneira complementar. As principais informações obtidas foram sistematizadas em um caderno de campo. Estes atores institucionais compreendem o Presidente do Conselho Consultivo do Mosaico Espinhaço, o Coordenador de áreas protegidas da regional IEF - Alto Jequitinhonha, o Gestor da APA das Águas Vertentes e do Monumento Natural Estadual Várzea do Lajeado e Serra do Raio, policiais militares ambientais que trabalham na fiscalização em apoio ao IEF, além de pesquisadores da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e um funcionário da EMATER do município de Serro. Tais depoimentos não foram foco principal da análise, mas corroboraram com a apreensão da pesquisadora a respeito da problemática ambiental local.

A partir da descrição da abordagem metodológica selecionada, a pesquisa foi desenvolvida em quatro grandes etapas: a pesquisa bibliográfica e documental; o planejamento do campo e estruturação dos instrumentos de pesquisa; a realização do trabalho de campo; e a sistematização dos dados, elaboração da análise e redação final da dissertação.

2.1. Etapas metodológicas

a. Pesquisa Bibliográfica e Documental

A pesquisa bibliográfica e documental constituiu o primeiro passo da pesquisa e foi desenvolvida a partir de abril de 2013, sendo finalizada em dezembro de 2014, com o início do processo de redação da dissertação propriamente dita. Esta envolveu a investigação teórica sobre a relação sociedade-natureza, a contextualização do processo de criação de áreas protegidas no mundo e no Brasil, e suas implicações sociais. Ainda, a pesquisa se voltou para a temática do território, com foco na investigação sobre as noções de territorialidade e pertencimento. O levantamento bibliográfico foi realizado em livros, artigos publicados em periódicos e revistas especializadas, bancos de teses e dissertações, anais de congressos científicos de referência. A pesquisa documental envolveu alguns documentos e relatórios técnicos tais como o Plano de Manejo do PEPI, relatórios anuais de gestão da UC, Decretos de criação do parque e de outras UCs

da região, e outros instrumentos legais pertinentes. Foram também pesquisados *sites* da internet e vídeos com temas relacionados ao assunto estudado. Todo o material selecionado para compor o corpo teórico da presente dissertação foi interpretado e discutido nos capítulos terceiro e quarto desta pesquisa.

b. Planejamento de campo e elaboração de instrumentos de pesquisa

O planejamento de campo se iniciou no mês de maio de 2014, depois de finalizada a fase de qualificação, em abril de 2014. Os roteiros de entrevista foram revisados, sendo um deles dirigido aos moradores locais (envolvendo uma questão orientadora abrangente para desenvolvimento da história de vida) e outro à gerência do PEPI, apresentados nos Apêndices 3 e 4 desta dissertação, respectivamente. Foi elaborado também o Termo de Consentimento Informado, de acordo com os compromissos éticos da pesquisa social, apresentado no Apêndice 1. Este foi disponibilizado e acordado com os entrevistados anteriormente à realização das entrevistas. Foram impressos mapas para auxiliar a orientação em campo e também algumas cópias das cartas topográficas do Serro e Rio Vermelho, em formato A3, para utilização em campo. Estas cartas topográficas cobrem a área do PEPI e foram levadas para serem utilizadas como ferramenta de localização de alguns pontos importantes no território, de acordo com os moradores locais entrevistados. Foi solicitado à esses que identificassem sua residência, seu local de nascimento e de trabalho, destacando se houve alguma modificação depois da criação do parque.

c. Pesquisa de Campo

A pesquisa de campo foi realizada nos meses de maio, junho e julho de 2014. Esta fase se iniciou com uma visita de campo exploratória no final do mês de maio, com o objetivo de percorrer as localidades do entorno do PEPI, conhecer a sede administrativa desta UC e realizar o primeiro contato com sua gestora. Nessa fase exploratória, ainda foram realizados contatos com pesquisadores da região e com representantes institucionais, citados anteriormente, para obtenção de informações básicas sobre a região de estudo e melhor planejamento da logística de campo. Na medida em que a aproximação com tais interlocutores ocorreu, foram levantados também os possíveis moradores locais que poderiam compor a pesquisa de campo como fonte de informação

por meio da história de vida. Os dados obtidos nesse período, por meio da observação direta, foram registrados em um caderno de campo.

Na primeira semana de junho de 2014 foi iniciado o trabalho de campo de maneira sistematizada, com a realização das entrevistas que duraram até o final de julho, quando foram concluídas todas as entrevistas planejadas. Vale ressaltar que, além da técnica da história de vida que envolveu seis moradores locais e da entrevista com a gestora do PEPI, diversas outras conversas informais foram realizadas com os moradores da região e interlocutores institucionais considerados relevantes para a interpretação do tema em análise. Este aprofundamento na realidade local foi possibilitado pela imersão da pesquisadora no campo, em contato direto com o modo de vida local, em período integral, durante os meses mencionados. Devido ao caráter qualitativo da pesquisa, um contato rápido e superficial com os atores locais identificados não teria sido suficiente para a apreensão da realidade local. Sendo assim, foi necessário estabelecer uma relação de confiança entre pesquisador e pesquisado, para que o emprego da técnica da história de vida fosse possível, e também, para que os demais moradores se habituassem à presença da pesquisadora na região[5].

As observações de campo e impressões da pesquisadora compuseram parte importante da pesquisa e foram registrados em caderno de campo, complementado pelo registro fotográfico. Além disso, as Atas das reuniões do Conselho Consultivo do PEPI foram também analisadas ainda em campo, na sede do parque, durante o mês de julho de 2014, no intuito de compreender as questões debatidas pelo Conselho a respeito da relação da população local com o território em suas interfaces com a UC.

Considerando a limitação do prazo para a pesquisa, foram selecionados três dos principais núcleos populacionais no entorno do PEPI como lócus para a realização dessas entrevistas, sendo estes Santo Antônio do Itambé, Capivari, Chacrinha. E, para seleção dos moradores que foram entrevistados nessas localidades, foi utilizada a técnica “bola de neve” sendo que, entre aqueles mais indicados pela população local, seis puderam participar da pesquisa, por meio dos relatos de sua história de vida.

[5] Isto foi importante também, pois, alguns entrevistados demonstravam certo grau de desconfiança e confusão em relação ao papel da pesquisadora, declarando que imaginavam que era uma funcionária realizando um trabalho para o IEF ou para o PEPI. Mas a cada vez em que se manifestavam em relação a isso, era esclarecido que se tratava de uma pesquisa de mestrado desvinculada do IEF, ligada à UFRJ.

No Quadro 1 a seguir estão apresentados os perfis dos interlocutores locais entrevistados nesta pesquisa. Para a sistematização dos perfis neste quadro foi utilizado um Modelo da Ficha de Identificação para cada um dos entrevistados (Apêndice 2):

Quadro 1: Perfil dos entrevistados

Entrevistados da pesquisa	Localidade	Atividade	Idade	Sexo
Entrevistado 1	Capivari	Agricultor aposentado	72	Feminino
Entrevistado 2	Capivari	Garimpeiro, Tropeiro e Agricultor aposentado	78	Masculino
Entrevistado 3	Capivari	Presidente da Associação Comunitária	40	Masculino
Entrevistado 4	Santo Antônio do Itambé	Zelador do PEPI e Agricultor	55	Masculino
Entrevistado 5	Capivari	Agricultor aposentado	71	Masculino
Entrevistado 6	Chacrinha	Agricultor aposentado	68	Masculino

Vale ressaltar que, além dos seis interlocutores locais, foi também entrevistada a gestora do PEPI, geógrafa e gestora ambiental do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais. A chefe da UC é natural de Santo Antônio do Itambé e está à frente da gestão do parque desde 2010.

d. Sistematização e análise das informações obtidas

Depois de finalizados os trabalhos de campo, foram iniciadas as transcrições das entrevistas na íntegra e, a partir de então, foi iniciada a fase de sistematização e análise das informações obtidas. Para tanto, as informações passaram a ser categorizadas, com base nos três eixos de análise discutidos por Hassan Zaoual, em sua teoria sobre os "sítios simbólicos de pertencimento" (relatada na obra "Novas iniciativas da economia local", de 2008), discutidos no capítulo 4.

Por essa teoria, o autor categoriza a dinâmica social estabelecida no território segundo três eixos, representados pelo que ele denomina como "caixas": uma "caixa conceitual", que envolve o conhecimento teórico e prático local; uma "caixa preta", envolvendo as crenças e costumes locais; e uma "caixa de ferramentas", que abrange as técnicas e o modo de agir local. Estes eixos de análise propostos por Zaoual

possibilitaram a aterrissagem da teoria ao caso estudado[6]. Esta última fase foi realizada ao longo do segundo semestre de 2014, no intuito de responder ao questionamento inicial da pesquisa e relacionar teoria e prática. A transcrição e sistematização das entrevistas foram realizadas entre setembro e novembro de 2014 e, a fase de análise se iniciou também em setembro, sendo finalizada em janeiro de 2015.

2.2. Aspectos éticos da pesquisa

Com o objetivo de atender aos requisitos éticos de uma pesquisa social, para o desenvolvimento desta dissertação, foram elaborados procedimentos que foram utilizados durante o trabalho de campo. Para tanto, foi elaborado um "Termo de Consentimento Informado", apresentado no Apêndice 1.

Vale destacar que a preocupação com a integridade física, psicológica e moral dos respondentes rege os procedimentos de campo. Assim, a utilização do Termo de Consentimento Informado visou garantir que os entrevistados tivessem ciência da natureza e objetivos da pesquisa, por meio de uma linguagem clara e objetiva. Além disso, estes foram informados sobre a forma de registro dos dados fornecidos, para que tivessem liberdade de escolher participar ou não da pesquisa, caso não se sentissem à vontade para tal.

Com a finalização da pesquisa, os resultados serão também restituídos aos participantes das entrevistas, por meio de uma apresentação oral aos interessados, a ser agendada no primeiro semestre do ano de 2015. Será entregue também à gestão do PEPI uma cópia da dissertação, que ficará disponível para consulta. De modo mais amplo, para divulgação da pesquisa para a sociedade em geral, o resultado estará disponível na página da internet do Banco de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Rio de Janeiro e, em meio físico, na biblioteca do Centro de Filosofia e Ciências Humanas desta universidade. Além disso, este trabalho também subsidiará duas publicações em revistas indexadas, conforme compromissos assumidos com o Programa Eicos de Pós-graduação.

---

[6] Embora o objetivo da dissertação não tenha sido o de estudar o desenvolvimento local, conforme proposto pelo autor no desenvolvimento desta teoria.

3. A proteção da natureza no Brasil: contextualizando as áreas protegidas e suas implicações sociais

O presente capítulo tem como objetivo introduzir a discussão sobre o processo de criação de áreas protegidas e sua adoção como uma estratégia de proteção da natureza no país, considerando-se as implicações na dinâmica social do local em que estas são estabelecidas. Para tanto, serão problematizadas algumas políticas brasileiras de proteção da natureza para que se possa compreender em que medida estas consideram a sociodiversidade e as possibilidades de valorização sociocultural local.

3.1. Áreas protegidas: por que protegê-las?

A preocupação com a questão ambiental e os debates em relação à proteção de áreas naturais como estratégia para a conservação da biodiversidade vem se afirmando, cada vez mais, como prioridade em pesquisa e em políticas públicas. Isto se dá a partir da percepção sobre os impactos oriundos da degradação da natureza e da perda da biodiversidade, em escalas local e global. As mudanças provenientes dos avanços técnico-científicos vêm trazendo consequências desastrosas ao ambiente, tais como o desequilíbrio ecológico e a deterioração do próprio modo de vida humano (GUATTARI, 1980). Estas transformações vêm sendo observadas desde a Revolução Industrial, no final do século XVIII, quando o sistema de produção passou a demandar muito mais o uso da natureza do que nos séculos anteriores. A partir de então, a natureza passa a ser vista como *recurso*, e vem sendo incorporada pelo mercado, baseada nos pilares expansionistas nos quais a modernidade capitalista-industrial se constrói (IRVING, GIULIANI & LOUREIRO, 2008).

A crescente exploração dos recursos naturais vem sendo assim associada ao sistema econômico de produção, refletindo a lógica capitalista, que mercantiliza a natureza, gerando uma verdadeira ruptura entre natureza e sociedade. E esta visão dissociada entre ambas, ocasionada pelas transformações acima mencionadas, está na origem dos inúmeros problemas ambientais contemporâneos (IRVING *et al.*, 2008). Isto ocorre porque, se não se reconhece o valor intrínseco da natureza, esta tende a se tornar apenas objeto de satisfação das demandas humanas (EHRENFELD, 1992 *apud* IRVING *et al.*, 2008).

Então, faz-se necessário que sejam construídas novas formas de relação entre sociedade e natureza, mas, para que isso se torne possível, é preciso antes romper com o

pensamento hegemônico criado com base na separação entre ambas (IRVING, 2010). Avançando neste raciocínio, Guattari (1980) complementa que outros caminhos podem então ser vislumbrados a partir de uma *ecosofia*. Esse conceito traduz a ideia de um novo arranjo que envolveria sociedade, natureza e subjetividade humana, numa "articulação ético-política", que busca promover outros valores para a sociedade, como "conhecimento, cultura, sensibilidade e sociabilidade" (GUATTARI, 1980, p. 33).

De encontro a este pensamento, Morin (1973, *apud* IRVING; GIULIANI; LOUREIRO, 2008) propõe uma nova abordagem para interpretar a relação entre sociedade e natureza, que seria de maneira indissociada. Para o autor, no atual momento de "crise de civilização", a sociedade contemporânea precisa reformular sua relação consigo mesma e com a natureza. Nesse sentido, uma nova postura perante a natureza e, especialmente quanto ao uso dos recursos naturais, passa a ser amplamente discutida como caminho possível para a sociedade contemporânea.

Conferências internacionais passaram a ser realizadas com este objetivo, bem como o desenvolvimento de diversos estudos e pesquisas, para se compreender melhor as questões ambientais, seus impactos e sua influência na vida no planeta. Estas discussões foram iniciadas, de forma mais marcante, a partir da década de 1960 e, algumas se tornaram marcos históricos no contexto do debate ambiental global (DIAS, 2006). Os temas abordados pelos debates desde então envolvem questões relativas ao uso dos recursos naturais, à necessidade de conservação da biodiversidade, aos compromissos de sustentabilidade no processo de desenvolvimento, entre outros. Alguns desses principais eventos com foco na discussão da questão ambiental foram a Conferência de Estocolmo e a criação do Programa das Nações Unidas para o Ambiente - UNEP (1972), além da publicação do "Relatório Brundtland"[7] (1987). Já na década de 1990, foi assinada a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, na cidade do Rio de Janeiro (Rio-92), conforme abordado em Irving (2010) e Irving *et al*. (2006; 2008; 2013).

A partir dos debates em âmbito internacional, as questões relativas à conservação da natureza passaram a ser discutidas e internalizadas pelos países signatários da convenção. Pode-se dizer que a CDB configura o mais significante compromisso

---

[7] Também conhecido como "Nosso Futuro Comum", este relatório trouxe o conceito de desenvolvimento sustentável e já deu destaque à questão da perda da biodiversidade no planeta (AMARAL, BRITO, ASSAD & MANFIO, 2009).

internacional sobre a proteção e uso da biodiversidade, pois representa um reconhecimento dos países sobre sua responsabilidade interna e, perante os demais, quanto à importância da diversidade biológica (CORDANI, MARCOVITCH & SALATI, 1997).

A convenção estabelece objetivos e diretrizes a serem alcançados e adotados pelos países membros em relação à proteção e ao uso da biodiversidade[8]. E, ainda, reconhece na biodiversidade valores próprios de existência, além dos valores "genético, social, econômico, científico, educacional, cultural, recreativo e estético" (MMA, 2000). Além disso, a CDB trouxe à tona a discussão sobre o uso de recursos naturais e a repartição dos benefícios associados à biodiversidade, assim como a questão do acesso ao conhecimento sobre a diversidade genética, sua conservação e uso sustentável (AMARAL *et al*., 2009). É importante destacar que, em meio aos objetivos da convenção, é apresentada uma relação direta entre sociedade e biodiversidade. Tal fato mostra que a proteção da biodiversidade e seu uso responsável são de extrema importância para a sociedade e, além disso, que os aspectos socioculturais de conhecimento e uso da diversidade biológica estão diretamente relacionados à sua proteção.

Quantos aos compromissos em relação à CDB, estes foram assumidos pela maioria dos países do Sistema das Nações Unidas, em 1992, entre eles o Brasil. E, como um de seus desdobramentos, a repercussão deste movimento global vem possibilitando a construção de políticas públicas que têm como uma de suas principais estratégias a criação de áreas protegidas (IRVING, 2010). Estas são, muitas vezes, criadas em locais de relevante importância em termos de diversidade biológica e vulnerabilidade ecossistêmica e, assim, cumprem um papel essencial de fomentar o aumento e/ou recuperação da biodiversidade no planeta. Ainda, são encaradas como estratégia necessária para garantir que o que ainda resta em termos de áreas naturais continue existindo, frente a tendências de sobrevalorização do uso econômico dos recursos naturais, que frequentemente gera desmatamento e degradação ambiental (PIMM *et. al*, 2001).

---

[8] São três os objetivos principais da CDB: "i) conservação da diversidade biológica; ii) utilização sustentável dos componentes; iii) repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos". Quanto à repartição dos benefícios do uso de recursos genéticos, prevê ainda que haja acesso adequado aos recursos e transferência de tecnologias para sua utilização (MMA, 2000).

3.2. Áreas protegidas: como protegê-las?

Ao longo da história ocidental, a concepção e a representação da natureza pelo imaginário humano passaram por inúmeras transformações. E registros da proteção de uma “natureza sagrada” e de “recursos essenciais” para a sobrevivência humana são encontrados desde tempos remotos (BENSUSAN, 2006). Segundo a autora, nas primeiras civilizações, ambientes naturais eram considerados como locais sagrados, moradia dos deuses, a exemplo dos mitos constituintes da cultura da Grécia Antiga. Com a Idade Média, o favorecimento ao uso da razão se sobrepõe às crenças e a natureza passa a ser entendida como um ambiente selvagem e inóspito. Mas já no período dos desbravamentos realizados pelas expedições científicas dos naturalistas europeus, a natureza passa a ser então reconhecida como fonte de pesquisas e descobertas. E na transição para a modernidade e na própria modernidade, ocorre uma nova transformação na visão humana sobre a natureza, pois se antes esta era compreendida como ameaçadora, a partir de então passa a ser considerada como um bem. Conforme Camargos (2008), neste período a natureza passou assim a ser reconhecida com certo “romantismo nostálgico”, quando na Europa a burguesia passou a valorizar os jardins, a fauna e a vivência no campo.

Mas apesar dessa tendência de valorização do contato mais próximo com a natureza, foi apenas em um período mais recente, a partir do século XIX, que foram criadas as primeiras áreas para a proteção da natureza no ocidente (IRVING & MATOS, 2006). Essas áreas foram definidas como locais onde os recursos naturais seriam resguardados da exploração desenfreada do homem e também onde a sociedade poderia ter contato com esses ambientes em sua “forma original”. Tal modelo foi estabelecido, inicialmente, na Europa e nos Estados Unidos da América (EUA) e, posteriormente, foi importado para a América Latina e Brasil. Nesse contexto e formato criado para proteger áreas naturais, o contato entre a sociedade e o meio natural era considerado como importante, mas vale observar que este ocorria entre aqueles que viriam “de fora” daquele ambiente para conhecer a natureza de um locai “protegido”. Ou seja, não pertenciam àquele local, eram externos a ele.

E foi este o modelo de proteção de áreas naturais, que prevê a salvaguarda da “natureza intocável” – ou “*wilderness*”, que influenciou as políticas públicas brasileiras

(DIEGUES, 2004). Foi idealizado nos EUA na forma de Parques Nacionais[9], como o caso de *Yosemite*[10] e *Yellowstone*[11]. Apesar da ideia consolidada de que a criação dos parques seria uma estratégia de preservação da natureza em sua manifestação mais "selvagem" (ou seja, sem intervenção direta humana) havia também a intenção de preservação de tais áreas para que a sociedade pudesse delas usufruir. Então os primeiros parques eram compreendidos também como lugares propícios à interação social, ao exercício da cidadania, à prática religiosa e à promoção da saúde, onde se pretendia "retomar as condições originais" (CAMARGOS, 2008). Mas ressalta-se que os grupos sociais de origem urbana eram aqueles que principalmente usufruíam de tais locais.

No caso do Brasil, a criação de áreas protegidas seguiu a tendência internacional dominante incorporando, desde a origem, o modelo norteamericano. As primeiras formas de proteção foram estabelecidas para resguardar a natureza preservada de interesse da metrópole, como o pau-brasil e outras madeiras nobres. No período do Império, por sua vez, algumas áreas já haviam sido comprometidas, então foram adotadas medidas para protegê-las[12]. E foi apenas no Brasil República que essa estratégia foi posta em prática, devido a inúmeros interesses políticos da época. Contudo, no início desse período, o projeto de criação de áreas com regime especial de proteção ainda não se consolidou devido à influência da elite rural monocultora e às dificuldades originadas pela vastidão do território brasileiro. Mas, ainda assim, foram

---

[9] A preocupação com a preservação de redutos onde a natureza permaneceria "intocada" para usufruto da população e suas futuras gerações surge a partir da expansão norteamericana, conhecida historicamente como "Marcha para o Oeste", em busca de ouro na Califórnia, contando com o incentivo governamental para anexação e ocupação territorial. Esta transformou a paisagem em terras de cultivo e pastagens, além de dizimar a população indígena, considerada inimiga na época e um atraso ao avanço do país.

[10] Em 1864, último ano da Guerra Civil norteamericana, o então presidente Abraham Lincoln assinou um projeto de lei concedendo ao estado da Califórnia a região onde hoje está localizado o parque. Contudo, a área somente foi nomeada como Parque Nacional em 1890, a partir da mobilização de atores sociais, especialmente do naturalista John Muir. Fonte: http://www.nps.gov/yose/historyculture/index.htm; http://www.sierraclub.org/john_muir_exhibit/about/. Acesso em 24/08/13.

[11] Este foi o primeiro parque nacional oficialmente instituído no mundo, em 1872. O parque foi criado com a finalidade de preservação ambiental, reservando-o para o contato e usufruto da população. Era intenção da época que o turismo de lazer e saúde se desenvolvesse na região das águas termais (CAMARGOS, 2008).

[12] Na época do Império, a região da floresta da Tijuca foi devastada pela monocultura cafeeira. O imperador D. Pedro II, que tinha interesse na captação da água para abastecimento da crescente cidade do Rio de Janeiro, mandou desapropriar as fazendas e reflorestar a região. Fonte: Parque Nacional da Tijuca: http://www.corcovado.org.br/sobreoparque.php. Acesso em 04/07/13.

empreendidas nesta época algumas tentativas de criação de dois parques nacionais no Acre, que não foram efetivadas. E, somente em 1896, foi criado o Parque Estadual de São Paulo, o primeiro parque do país (MEDEIROS, 2006).

Já o primeiro parque nacional foi criado apenas em 1937, por sugestão de botânicos e conhecedores do local, que viam a relevância de se preservar a natureza na região. Localizado na serra da Mantiqueira, o Parque Nacional do Itatiaia foi demarcado onde originalmente havia uma fazenda e que, depois de ter sido desapropriada, se tornara uma estação biológica subordinada ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro[13].

As estratégias de proteção da natureza estabelecidas a partir dos anos de 1930 se inseriram no contexto de uma agenda nacional desenvolvimentista que, segundo Medeiros (2006), estava centrada no interesse em acompanhar as tendências internacionais de modernizar, urbanizar e industrializar o país. Isso implicava, fundamentalmente, na pressão sobre os recursos naturais em nome do desenvolvimento. Neste caso, determinadas áreas que ainda possuíam características originais passaram a ser resguardadas, para que não fossem devastadas pelas atividades antrópicas. Além disso, essa política também se configurava como uma forma de assegurar o controle sobre o território brasileiro, com base na afirmação de poder e fortalecimento da noção de soberania nacional.

Ainda conforme o autor, os primeiros passos para a consideração da dimensão humana no contexto da proteção ambiental podem ser observados com a criação de alguns instrumentos legais, a partir da década de 1960. Entre estes, valem ser mencionados o Código Florestal (1965)[14], que à época já reconhecia a importância da conservação das terras indígenas e florestas associadas; a criação da Fundação Nacional do Índio - FUNAI (1967) e do Estatuto do Índio (1973), que reforçaram a política de demarcação de terras indígenas; e o estabelecimento das Áreas de Proteção Ambiental (APA), de 1981, que foram inspiradas no modelo europeu. Nestas se permitia a coexistência de núcleos urbanos com as estratégias de proteção ambiental, sem a demanda de desapropriação. Tais instrumentos foram inovadores, de certa forma, pois consideravam a presença humana prévia à criação de uma área protegida no local. E,

---

[13] Fonte: Site oficial do Parque Nacional do Itatiaia. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/quem-somos/historico.html. Acesso em: 20/08/13.

[14] O “Novo” Código Florestal, de 1965, foi criado em substituição ao Código Florestal de 1934. Mas este foi revogado recentemente pela Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

além dessas medidas, diversos acordos internacionais foram estabelecidos a partir da década de 1970, a exemplo do Programa "O Homem e a Biosfera" e a "Convenção do Patrimônio Mundial"[15], oficializados pela UNESCO, com o objetivo de definir áreas onde haveria um direcionamento à proteção ambiental, cultural e às pesquisas científicas (MEDEIROS, 2006).

Os anos de 1970 representaram a década de fortalecimento do movimento ambientalista mundialmente, e da realização de eventos e acordos internacionais tendo como foco essa temática. E houve no período também uma das maiores expansões da criação de áreas protegidas no Brasil, que ocorreu durante o governo militar (LITTLE, 2002). Conforme o autor, este avanço "produziu um grande impacto fundiário no país devido ao alto índice de sobreposição das novas áreas protegidas com os territórios sociais dos povos indígenas, dos quilombolas e das comunidades extrativistas". Isto ocorreu porque a maior parte das áreas protegidas criadas à época esteve associada a categorias restritivas com relação ao uso da natureza. Tais categorias preconizavam a proteção integral dos recursos naturais, o que incompatibilizava a permanência e utilização destes espaços pelas populações que ali residiam.

> Na linguagem dos preservacionistas, esses habitantes viraram "populações residentes" (West e Brechin, 1991), categorizando-lhes assim em função das novas áreas protegidas e, no processo, ignorando a existência prévia de regimes de propriedade comum, relações afetivas com o seu lugar e memórias coletivas sobre esses mesmos espaços (CULTURAL SURVIVAL QUARTERLY, 1985 *apud* LITTLE, 2002).

Isto ocorria, pois estas formas de proteção da natureza seguiam o modelo europeu e norteamericano de preservação de um espaço sem intervenção humana, ignorando o fato de que, muitas vezes, a população humana já ocupava tal região. Esta política de criação de áreas protegidas continuou após o regime militar e, na década de 1980, foram então criados importantes instrumentos legais e instâncias institucionais com esse objetivo (MEDEIROS, IRVING & GARAY, 2004). Como exemplo, a Política Nacional de Meio Ambiente em 1981 (BRASIL, 1981)[16], que estabeleceu o Conselho Nacional

---

[15] Para maior detalhamento acerca dos programas, consultar: http://www.rbma.org.br/mab/index_mab.asp; http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf.

[16] Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm

de Meio Ambiente (CONAMA) e o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Em 1985, foi também criado o Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, "embrião" do atual Ministério do Meio Ambiente. E, no final da década de 1980 foi estabelecido o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA)[17] oriundo da fusão de órgãos que legislavam anteriormente sobre as questões ambientais, e que passou a executar de forma integrada a política ambiental brasileira[18].

Com o advento da "Rio 92" e da assinatura da Convenção sobre a Diversidade Biológica, foram observados importantes avanços, na década de 1990, em relação à consideração dos interesses das populações locais e do aspecto social atrelado ao compromisso de conservação da natureza. Esses envolviam também o debate sobre a repartição de benefícios relacionados ao uso da biodiversidade, conforme abordado anteriormente. E, com os avanços na discussão global sobre a criação de áreas protegidas e seus diferentes formatos, um sistema planejado para organizar essas áreas passou a ser pensado por organizações internacionais articuladas, como a União Internacional para a Conservação da Natureza – IUCN, entre outras (MERCADANTE, 2001). No Brasil, este sistema foi criado na década seguinte, intitulado Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (BRASIL, 2000; 2002). O SNUC foi considerado um ganho dentro da política ambiental brasileira, uma vez que esse incorporou e criou novas categorias de manejo [19], integrando a maior parte dos instrumentos legais de proteção da natureza vigentes no país.

Posteriormente à criação do SNUC[20], o estabelecimento do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP (2006), da Política Nacional de

---

[17] Fonte: http://www.mma.gov.br/o-ministerio/historico-institucional. Acesso em 30/03/14.

[18] Fonte: http://www.ibama.gov.br/acesso-a-informacao/historico, Acesso em 30/03/14.

[19] BRASIL. Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. No SNUC há 12 categorias de proteção, separadas em dois grupos, sendo o primeiro de proteção integral dos recursos naturais (mais restritivo), e o segundo de uso sustentável dos recursos (menos restritivo). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 27/08/13.

[20] Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm. Acesso em: 30/03/14.

Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT[21] (2007) e da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI (2012)[22] representaram importantes avanços em relação à abordagem da questão social.

No caso do PNAP (2006), uma nova concepção de conservação surgiu, integrando os ecossistemas e a paisagem por meio das áreas protegidas delimitadas e fragmentos esparsos. E, além disso, englobando diferentes modalidades de proteção vinculadas a instrumentos e instâncias governamentais distintos, como as Terras Indígenas e Territórios Quilombolas, reconhecendo a importância das áreas protegidas para a conservação da diversidade biológica e sociocultural. Outro aspecto relevante em sua formulação foi o envolvimento de organizações da sociedade civil, da academia, de membros de movimentos sociais, além das próprias populações tradicionais[23].

Já a PNPCT (2007) interpreta o território como espaço vinculado à sobrevivência socioeconômica e cultural, e garante o acesso aos recursos naturais necessários à manutenção dos grupos sociais. Esta reconhece a diversidade de utilização e propriedade dos recursos da biodiversidade relacionada à diversidade sociocultural do país. E a PNGATI (2012) representou também uma evolução na abordagem da questão indígena, dispondo sobre o conhecimento e suas práticas tradicionais, a proteção de seu território e da biodiversidade presente, sobre a propriedade intelectual e patrimônio genético, cooperação e educação ambiental.

Estes instrumentos brevemente apresentados são alguns dos mais recentes e relevantes em âmbito nacional que ressaltam a indissociabilidade entre biodiversidade e cultura, reconhecendo-a e incorporando-a de forma cada vez mais explícita nas políticas nacionais, em consonância com o avanço dos debates no âmbito internacional. Tais instrumentos legais se destacaram no contexto de políticas públicas de proteção da

---

[21] Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 30/03/14.

[22] Decreto nº 7.747/2012. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm. Acesso em: 30/03/14.

[23] Fonte: http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/plano-de-areas-protegidas, acesso em: 12/12/13.

natureza na América Latina, uma vez que representaram inovações tanto jurídicas quanto institucionais (IRVING, 2010). E a partir da evolução do deste bate e de seus diversos desdobramentos, compreende-se que a própria visão sobre a natureza e sobre sua importância para a sociedade vem sendo ressignificadas ao longo da história. Nesse sentido, não se pode negligenciar que "as noções de natureza são histórica e socialmente informadas" (CAMARGOS, 2008), ou seja, as percepções sobre a natureza são também regidas pelos diversos interesses políticos em voga, assim como pelas transformações e contextos de vida em sociedade.

3.3. Áreas protegidas: para quem protegê-las?

A partir da discussão sobre os principais motivos para a criação de áreas protegidas e os mecanismos pelos quais essa ocorre, é importante refletir também sobre as implicações do processo de criação e implantação dessas áreas na dinâmica territorial do local em que são inseridas. Sua criação gera diversas consequências, que vão desde intervenções na dinâmica ecológica quanto na reorganização socioespacial, e esta traz a desdobramentos que influenciam diretamente na vida dos atores sociais locais.

Devido ao fato de que as sociedades constroem uma concepção do que seja a natureza, que é cultural, carregam assim na construção de suas relações sociais e com o meio, uma concepção de natureza. E, por vezes, a visão dissociada entre natureza e sociedade, resultado de um processo histórico, imprime na sociedade uma noção de dominação humana/cultural sobre a natureza. No entanto, em outras sociedades, que não aquelas urbano-ocidentais e industriais, podem ser observadas outras formas de se relacionar com a natureza, uma vez que não se enxergam fora dela, compreendendo-se mais em comunhão com o meio. E, a atual situação mundial de problemas ambientais globais emergentes, é essencial que se construa um novo pensamento, que parta de um lugar comum entre natureza e sociedade, considerando também a interdependência entre cultura e natureza como fundamento básico para perpetuação tanto da diversidade biológica quanto da sociocultural (PORTO-GONÇALVES, 2011).

De acordo com essa perspectiva, é primordial que se valorize outras formas de se relacionar com a natureza, como a das populações tradicionais, que tem um vinculo com a natureza, em alguns casos com o sagrado, considerando que a cultura faz parte da natureza e, a natureza, da cultura (DIEGUES, 2004).

Compreendendo a relação sociedade-natureza de forma indissociada, conforme aquela estabelecida por algumas populações com o local onde vivem, para Diegues (2000) é importante que no processo de criação das áreas protegidas se considere melhor a organização do espaço preexistente. Isto porque elas são implantadas em lugares já habitados ou utilizados, mesmo que por uma parcela pequena da população, e de uma forma diferente a daquela realizada pela população urbana.

> O estabelecimento de áreas protegidas, em vez de ser baseado na ideia importada de "natureza selvagem intocada", deveria fundamentar-se na concepção de "paisagem" ou mosaico de ecossistemas e habitats, construindo um continuum entre porções de matas nativas até áreas de agricultura tradicional que, em muitos casos, constituem territórios de comunidades tradicionais (DIEGUES, 2000, p.42).

No caso de lugares onde a base econômica é primaria, ou seja, a produção está ligada ao cultivo ou extração de recursos naturais, a relação de populações tradicionais com o meio é de estreita ligação e dependência da natureza. Assim, passar por cima de uma realidade previamente estabelecida, nesses casos, pode representar uma forma injusta de se construir uma proposta de conservação, seguindo os moldes importados de países desenvolvidos. E esse pode ser um problema fundamental da criação de áreas protegidas que não visam atender aos interesses dos locais, mas sim de um público externo.

Considerando a criação de um aparato legislativo direcionado a proteção e valorização do conhecimento tradicional e de sua cultura, que envolve sua relação material e imaterial com o meio, e que os principais instrumentos brasileiros de proteção à biodiversidade, como a CDB, o SNUC e o PNAP também incluem a questão da valorização da sociodiversidade, é necessário que haja uma integração das políticas quando de sua aplicação prática. É necessária uma releitura de tais instrumentos seguida por uma reinterpretação de forma conjunta, para que uma analise mais ampla seja realizada, a luz dos direitos garantidos aos povos tradicionais, tais como a autoidentificação, o direito ao uso do território e de seus recursos, além da continuidade de suas tradições (SANTILLI, 2014). Tais direitos são garantidos internacionalmente e foram internalizados no Brasil a partir da aprovação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgada pelo Decreto nº 5.051/2004. Esta convenção legisla sobre os direitos dos povos indígenas e tribais, mas é abrangente o suficiente para incluir populações tradicionais. E preconiza ainda a necessidade do consentimento dos povos diretamente envolvidos para qualquer restrição ao uso dos

recursos no território tradicionalmente usado por eles ou ocupado, sobre as possibilidades de reassentamento, ressaltando, inclusive que nas decisões governamentais se considere o respeito a sua cultura e aos valores espirituais.

Seguindo e reforçando os acordos assumidos pelo país em âmbito internacional, alguns estados brasileiros inovaram criando legislações específicas sobre o tema, como é o caso da recém criada Política Estadual para o Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais, Lei nº 21.147, de 14 de janeiro de 2014. Esta dispõe sobre a necessidade de regularizar a propriedade sobre os territórios tradicionais, na condição de interesse social, para garantir sua reprodução econômica, cultural e a preservação dos recursos naturais utilizados. Tais compromissos estaduais e nacionais chamam atenção para a importância da valorização sociocultural e ao respeito a ligação e ao pertencimento da população tradicional com o território. Assim, Santilli (2014) destaca que a interpretação do SNUC deve considerar esses outros instrumentos legais vigentes, tais como a PNPCT e a Convenção 169 da OIT, inclusive nos casos de criação de unidades de conservação de proteção integral, se tratando de populações inseridas no território em voga ou próximo dos mesmos.

Entende-se que existe uma relação intrínseca entre diversas práticas culturais que dependem da diversidade biológica para sua sobrevivência e que, por outro lado, a diversidade biológica também é garantida pelo manejo realizado de acordo com os conhecimentos tradicionais de grupos sociais (UNESCO, UNEP, 2002). E este argumento é reforçado por Nazarea (2006), que discute que a cultura local e a memória social são essenciais para a conservação da natureza, pois “possuem o papel de repositório de alternativas, para que a diversidade cultural e biológica continuem florescendo”. Nessa perspectiva, a base cultural local está diretamente ligada ao processo de conservação da biodiversidade, que possibilita o movimento da sociedade e na qual apóia sua construção histórica.

Nesse sentido, as áreas protegidas são compreendidas, pela perspectiva de West, Igoe & Brockington (2006), como “modos de ver, entender e (re)produzir o mundo”. A partir de sua análise antropológica, os autores alegam que a separação sociedade-natureza reproduz o imaginário ocidental de natureza e cultura para o restante do mundo (GILLISON, 1980; JOHNSON, 2000; SEELAND, 1997; STRATHERN, 1980; *apud* WEST *et al.* 2006).

Estes autores apontam também importantes lacunas nos estudos sociais relacionados às áreas protegidas, mencionando que os mesmos carecem de

aprofundamento, especificamente no que tange à dinâmica das populações em seu interior e entorno. Para estes, as relações estabelecidas entre a população local e o ambiente são interpretadas, em geral, de modo demasiado simplista, sendo geralmente compreendidas apenas como relações associadas ao uso de recursos (TSING, 2003; WEST, 2005; *apud* WEST *et al*., 2006). Tal consideração representa um equívoco, pois nessa generalização não são consideradas as relações de ancestralidade, de profunda ligação de povos com a natureza, que serve de alicerce para a construção de sua cultura e de suas relações sociais.

West, Igoe &Brockington (2006) discutem que na literatura sobre áreas protegidas em geral, tais questões ainda não são abordadas de forma clara e direta, como uma construção de novos espaços. E ressaltam a importância de se questionar "o que a criação de novos lugares através da intervenção da conservação faz com os lugares sendo simbólica e materialmente remapeados pelas topologias da conservação? Como essas produções do espaço alteram as relações sociais locais com o ambiente das pessoas? E como alteram o modo com que as pessoas usam e atribuem sentido ao seu ambiente?".

No cenário brasileiro, especificamente, estas importantes lacunas são também reafirmadas pelo recente relatório do Instituto Semeia[24], que comprova que apenas na minoria das UCs do país são desenvolvidas pesquisas que geram algum benefício para a população do interior ou entorno (SEMEIA, 2012). Esta constatação leva ao reconhecimento da necessidade de aprofundamento na discussão sobre a relação da sociedade com o espaço que habita, para uma melhor compreensão das transformações "sutis e profundas" (WEST *et al*., 2006) ocasionadas no modo de vida da população local a partir da implantação de UCs. Da mesma maneira, estas informações tendem a ser essenciais para que se possa interpretar o imaginário local sobre a natureza preservada e como este se materializa na relação afetiva e de pertencimento destes grupos humanos com o ambiente natural do qual faz parte ou é excluído, pela via das políticas públicas.

Para apoiar o debate teórico proposto, a seguir serão discutidos os conceitos de território, enquanto espaço vivido, e de territorialidade, associado à noção de

---

[24] INSTITUTO SEMEIA. Uso público e parcerias para conservação e desenvolvimento: a perspectiva dos gestores de unidades de conservação do Brasil. Análise 2012. Disponível em: http://www.semeia.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=234%3Aanalise-das-ucs-do-brasil-em-2012&Itemid=58&lang=pt, acesso em: 10/01/14.

pertencimento, uma vez que estes dão sentido às construções sociais no espaço habitado. Tal reflexão é importante para orientar a análise das transformações territoriais ocasionadas pela implantação de áreas protegidas, especialmente no que concerne ao modo de vida das populações locais. Nesse sentido, ressaltando a importância de se analisar o território e as territorialidades, que representa a relação da população local com o espaço em que habita e constrói suas relações sociais.

4. Um olhar sobre o estudo do território

> "A grande obsessão do século XIX foi, como sabemos, a história (...).
> A época atual talvez seja sobretudo a época do espaço" (FOUCAULT, 1986).

Este capítulo busca desenvolver o embasamento teórico a respeito de temas que se relacionam à forma com que a sociedade se utiliza do espaço onde vive, para compreender como constrói suas relações sociais situadas no ambiente.

A partir do modo como se relaciona com a natureza e a transforma, a sociedade estabelece uma dinâmica territorial, que envolve as dimensões política, econômica e simbólico-cultural, criando subjetividades e territorialidades.

Portanto, trazer à cena da pesquisa a discussão sobre a construção de territorialidades e entender a sua importância na análise das subjetividades envolvidas no significado social das áreas protegidas, tende a ser fundamental para a compreensão do olhar local sobre o espaço habitado. Isso possibilita compreender também as implicações das transformações no espaço associadas à criação de áreas protegidas. Assim, inicialmente serão introduzidos alguns conceitos adotados nesta pesquisa, como espaço, território, territorialidades e pertencimento, pois estes servirão de referência para as análises pretendidas.

4.1. O espaço sob a perspectiva interdisciplinar

Por que é importante debater sobre territorialidade? Este termo, frequentemente associado aos estudos geográficos - embora de caráter interdisciplinar, vem sendo traduzido por pesquisadores que a ele atribuem diferentes significados, ora amplos, ora privilegiando a especificidade de algum de seus componentes. E, sendo assim, diversos estudos vêm sendo desenvolvidos na direção de demonstrar a relevância da discussão sobre as territorialidades nos debates sobre as relações sociais. Pretende-se assim nesta dissertação compreender a complexidade do debate acerca do tema e destas relações mediadas pelo espaço, que haviam sido esquecidas pela maioria das ciências sociais (SANTOS, 2012).

Haesbaert (2012) reafirma este argumento mencionando que a dimensão espacial da sociedade vinha sendo preterida nas análises dos cientistas sociais até o momento presente, na contemporaneidade, em que a sociedade enfrenta uma crise social e econômica e de valores. Aliado a isso o autor destaca, além desta lacuna em relação à

reflexão sobre a dinâmica social, a falta de diálogo observada entre as diferentes disciplinas das ciências sociais para interpretar a realidade.

Contudo, o autor menciona que alguns filósofos já discerniam “através do espaço, as novas leituras do movimento da sociedade”, conforme alertado por Foucault (1986), citado anteriormente. Isto ocorre pois, de acordo com Hissa (2009), “as espacialidades se transformam através das transformações do mundo, de diversas naturezas: políticas, sociológicas, culturais econômicas, físico-biológicas”. Essas diversas naturezas de transformação da espacialidade e do mundo são traduzidas pela ciência a partir de diferentes enfoques, na tentativa de apreensão da realidade.

Assim, a perspectiva interdisciplinar é também destacada por Hissa (2009) como uma via essencial para a interpretação da realidade. Nesse sentido o autor ressalta que alguns conceitos, como o de território, têm características híbridas. Dessa forma a ênfase é conferida à noção de território a partir do ponto de vista de cada disciplina, o que possibilita o seu tratamento a partir de concepções teóricas distintas, justificando as diferentes leituras sobre a dinâmica social de movimento e transformação.

Portanto, a dinâmica da sociedade no uso e transformação do espaço constitui um tema interdisciplinar. E Haesbaert (2012) faz referência à abordagem interdisciplinar na perspectiva de análise territorial em diferentes campos de conhecimento como a sociologia que estuda a influência territorial nas relações sociais; já a antropologia aborda o viés da “dimensão simbólica” e dos territórios de populações tradicionais. A ciência política enfatiza as “relações de poder” no território e a “concepção de Estado”. Na economia, este conceito se traduz na leitura de “força produtiva” do território. A geografia discorre sobre a “espacialidade humana”. Já na leitura da história, revelam-se os fatos da evolução temporal da sociedade no território. E, na psicologia, o tema é incorporado “no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade”. E embora as ciências humanas discutam o termo a partir de todas as distintas perspectivas mencionadas, a origem desta abordagem vem da etologia, com os estudos sobre comportamento territorial das espécies (HAESBAERT, 2012).

A questão das distintas abordagens sobre questões espaciais era compreendida como uma problemática da modernidade. Nesse sentido, inúmeros autores discorriam sobre como a modernidade interrompe as distâncias e torna as realidades simultâneas. Dessa forma, ao invés de reforçar o espaço como componente relevante na análise da realidade social, negavam a noção de espaço e de território. Inclusive no Brasil, a tendência observada em grande parte dos estudos que debatiam essa temática no final

do século XX é de uma abordagem sobre estas questões pelo viés da *desterritorialização*, no sentido da ausência ou perda de territórios, causada pelo encurtamento do tempo e das distâncias (HAESBAERT, 2012).

Entretanto, Guattari *et al.* (1986, *apud* HAESBAERT, 2012) chamam a atenção para que o debate sobre desterritorialização não seja tratado como um fim em si mesmo, já que esta constitui parte da dinâmica de construção e desconstrução dos territórios, como uma dimensão intrínseca da realidade. Haesbaert (2012) compreende que o processo de desterritorialização vem sempre acompanhado de um processo seguinte de reterritorialização, no qual territórios são desfeitos e reconstituídos, constantemente, sob novas bases.

Soja (1989, *apud* TONUCCI, 2013) reafirma essa ideia e destaca ainda ter sido a questão espacial retomada pela teoria social crítica no final do século XX, quando se torna "um elemento ativo e dinâmico na constituição e transformação da sociedade".

Portanto, tendo em vista a importância de se considerar o aspecto espacial na reflexão no âmbito da pesquisa social, e assumindo a complexidade envolvida no tema em foco parece fundamental a compreensão das noções de "espaço" e "território" para se avançar na discussão proposta.

4.2. As noções de espaço e território na interpretação das territorialidades

O filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre (2006), aborda um conceito desenvolvido a partir de sua teoria baseada na dialética social e espacial da produção. Em sua *teoria do espaço* (LEFEBVRE, 2006) afirma que a sociedade constrói suas relações no espaço e, a partir de um materialismo histórico-geográfico, o espaço exerce influencia nas relações sociais e é também influenciado por elas (TONUCCI, 2013).

Dessa forma, Lefebvre (2006) entende o espaço como produto da ação da sociedade sobre a natureza[25]. Sendo assim, as experiências anteriores de relações sociais distintas exercem influência nas relações construídas em novos espaços (LEFEBVRE, 1991, *apud* CORNWALL *et al*., 2007).

A teoria do espaço de Lefebvre vem, desde então, influenciando diversos autores, entre eles o geógrafo e advogado Milton Santos. Ele compreende que espaço e sociedade são *a priori* indissociáveis (TONUCCI, 2013) e a partir dessa premissa

[25] Para aprofundamento na teoria do espaço, ver: Lefebvre, H. *A produção do espaço*, 2006.

desenvolve o conceito de espaço geográfico. Santos (2006) relaciona o *espaço* com o *tempo*, considerando que o espaço representa uma categoria que contém diversos tempos consecutivos, e devem então ser analisados conjuntamente.

Para o autor, o espaço é constituído por *sistemas de objetos* – aqueles existentes no planeta naturalmente ou transformados pelo homem – e *sistemas de ações* – aquelas executadas pelo homem com uma finalidade (TONUCCI, 2013). Dessa forma, o espaço é compreendido pelo autor a partir de sua relação dialética com a sociedade, que age sobre ele ao longo da história, formando-o materialmente e transformando-o na dinâmica do presente. E de acordo com Tonucci (2003, p. 45), "é, enfim, essa síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais".

Com a retomada da atenção à dimensão espacial da sociedade, as discussões sobre o território foram resgatadas. De acordo com Haesbaert (2012), o termo "território" tem origem latina, do vocábulo "terra" e era utilizado desde o período do Império Romano para definir os limites de propriedades numa jurisdição político-administrativa.

Mas ainda de acordo com o autor, os estudos sobre a temática do território vêm ganhando maior ênfase a partir da década de 1960. E Milton Santos foi um dos pesquisadores brasileiros que mais se dedicou ao seu estudo, ampliando a leitura sobre este conceito e promovendo o debate entre a ordem global e local. Para Santos (2012), o território por si só não constitui objeto de análise das ciências sociais. Neste caso, o interesse de investigação incide sobre o uso que a sociedade faz dele e como o transforma ao longo da história. "Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida" (2012, p. 137). Assim, a noção de território é compreendida como o espaço humano, que pode ser contínuo, estabelecido localmente, ou pontual, conectado em forma de rede. Ou seja, pode estar contido em uma mesma vizinhança ou cidade, ou entre cidades, estados, ou ainda entre diferentes países, por meio de conexões globais. O território utilizado e transformado passa a ser então um viés fundamental para o entendimento da realidade.

O autor afirma ser preciso conhecer a realidade "de dentro" para que seja possível analisar a complexidade das transformações globais e locais atuais. Essa análise deve emergir do questionamento sobre a configuração da realidade atual, sempre considerando o ponto de vista histórico (SANTOS, 2012).

Devido às suas características dinâmicas e históricas, o território se reconfigura de diferentes formas e pode ser analisado, segundo a abordagem de Santos (2012), sob os

recortes de “horizontalidades” e “verticalidades”. Para o autor, as horizontalidades são as formações territoriais contínuas, vizinhas ou próximas. Já as verticalidades são pontos desconexos espacialmente, porém ligados por conexões sociais. A partir desses dois eixos de análise, é possível perceber que existem diferentes possibilidades de arranjos territoriais em um mesmo espaço, de acordo com sua funcionalidade. Ou seja, um território pode ser constituído por uma área ligada espacialmente, ou por pontos distantes, que possuem um elo que os aproxima e identifica. O autor analisa ainda que, no mundo atual, a tendência é da formação de territórios verticais – a conexão de pontos distantes formando territórios, devido à globalização, ao capital transnacional e à facilidade de crédito. Porém, ele considera a importância da articulação horizontal, uma vez que esta permitiria a construção de um território mais promissor e coerente, política e socialmente. Este território “horizontal” valorizaria o local, o que é construído e possui significado localmente.

Do ponto de vista de Ribeiro (2009), o território é composto de aspectos materiais e imateriais. “É um lugar compartilhado no cotidiano, criador de raízes, laços de pertencimento e símbolos”. A autora entende que, a partir da compreensão dos símbolos, torna-se possível o entendimento dos valores atribuídos aos territórios vividos. De encontro a este argumento, para Bonnal, Cazella e Delgado (2012), o significado simbólico associado ao território, em associação às informações construídas sobre o mesmo, embasam a formação da representação coletiva da sociedade.

Conforme Souza (1995, *apud* RIBEIRO, 2009), território também pode ser compreendido como a projeção espacial das relações sociais e produtivas, em forma de uma rede que produz singularidades. Ribeiro (2009) aponta ainda neste debate que o território deve ser compreendido como um campo de forças, uma rede complexa, que define um limite e uma alteridade. Assim, a partir da construção dos limites desse campo, se estabelece o que está no interior do território por possuir aspectos comuns que o unificam e, ao mesmo tempo, define o que está no exterior e não pertence ao mesmo território.

Algumas vias foram propostas por diferentes autores para abordar os distintos entendimentos sobre o termo. Isto porque, como anteriormente discutido, as definições sobre o mesmo representam distintas formas de utilização e construção do território. Bonnal *et al.* (2012) destacam duas formas de construção e uso dos territórios, sendo uma mais “intuitiva” (que parte de dentro do território) onde a ação coletiva dos atores socioeconômicos locais constrói os territórios em prol de suas intenções; e outra, vinda

de fora do território, estabelecida para estruturar as políticas públicas no espaço. Os autores ressaltam ainda que, muitas vezes, observa-se uma sobreposição e uma "hibridação" dessas duas formas. Isso indica que pode haver, ao mesmo tempo, a construção de um território a partir dos interesses locais e, no mesmo espaço, um território formado "de cima para baixo", demarcado por uma política governamental como, por exemplo, no caso da implantação de áreas protegidas, objeto desta dissertação.

Uma outra categorização um pouco diferente é também apresentada por Haesbaert (2012), a partir de um resgate histórico aprofundado relacionado às teorias sobre o território. Nesse estudo, o autor agrupou as distintas teorias em quatro vertentes: política, econômica, cultural e a naturalista. Essas vertentes são entendidas como as características mais marcantes de cada definição de território. De acordo com esta divisão do autor, a vertente política, considerada a mais disseminada, se refere às relações de poder, institucionalizadas ou não, nas quais estão explicitados os limites e o controle no território. A vertente econômica, considerada pelo autor como a menos disseminada, expressa a espacialidade do sistema econômico, caracterizando "o território como fonte de recursos", ou como "produto da divisão territorial do trabalho". Na cultural, as dimensões simbólicas e subjetivas se sobrepõem, e o território é o "produto da apropriação/ valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido". Por fim, a naturalista, inspirada na etologia, mais especificamente nas abordagens sobre o comportamento territorial animal, interpreta o território a partir da relação física da sociedade – homens com a natureza – meio, recurso (HAESBAERT, 2012, p. 40).

Além disso, o autor busca a "fundamentação filosófica" constituinte dessas vertentes na definição de território e observa que são compreendidas a partir de uma perspectiva materialista ou idealista, resgatando as teorias de diversos autores importantes[26] para a discussão do conceito em foco. Entre essas perspectivas, o autor distingue a abordagem "parcial", que privilegia apenas uma das quatro vertentes (política, econômica, cultural ou natural) e, a "integradora" que considera todas essas vertentes coexistindo em um mesmo espaço. Mas, a partir desta categorização, o autor

[26] Na perspectiva materialista, resgata o trabalho de Ratzel (1988[1897]), Gottman (1952), Sack (1986) e Raffestin (1993), entre outros. Na perspectiva idealista, volta a obra de Godelier (1984), Hall (1980), García (1976) e Bonnemaison e Cambrèzy (1996), entre outros.

pondera que a conceituação de território será relativa à “posição filosófica do pesquisador” e essa mesma leitura é compartilhada por Bonnal *et al*., (2012).

Embora seja a mais amplamente aceita para a compreensão da dimensão do território, a leitura materialista tem sido contestada atualmente, segundo Haesbaert (2012), quanto à sua exclusividade sobre o entendimento da realidade social. Isto porque o autor considera que é preciso ir além da dicotomia materialismo/idealismo. Isto se justifica devido ao fato que a concepção de território abrange tanto as relações sociais, em seu aspecto espacial material, quanto às representações sobre o espaço e seu contexto histórico, como componentes indissociáveis. Para o autor, o conceito de território comportaria mais de uma concepção, pois a utilização de apenas uma delas seria insuficiente para a compreensão do território em sua complexidade.

É também seguindo uma leitura materialista que Haesbaert discute a criação de territórios destinados à proteção de áreas naturais, uma vez que esses são originados a partir de interesses vindos, principalmente, da ciência da ecologia. A partir de seu ponto de vista, as áreas protegidas podem ser analisadas como sendo “naturais às avessas”, ou ainda “espécies de clausura ao contrário” (2012, p. 54-55), visto que são espaços criados com limites artificiais dentro dos quais há abundância de biodiversidade e restrições à circulação e atividade humana. O autor indica ainda que, de toda forma, nestes territórios incidem questões sociais e, por conseguinte, estes não podem ser compreendidos de maneira dissociada desta dinâmica, mas sim, a partir de uma constituição híbrida, que viria compor a dimensão sociedade-natureza.

Neste caso, o território pode ser compreendido, de acordo com a construção teórica de Haesbaert, a partir de uma perspectiva integradora, envolvendo as diferentes dimensões abordadas, na intenção de não privilegiar o viés de apenas uma disciplina, mas suas conexões e articulações. Nesta concepção, o território pode ser entendido como um híbrido, pois conjuga “o mundo material e ideal, natureza e sociedade, em suas múltiplas esferas (econômica, política e cultural)” (2012, p. 77). Como um híbrido, o território é formado por relações de poder diversas, e estas são explicitadas nas relações econômicas, políticas e simbólico-culturais.

A noção de território é entendida a partir de seu caráter simbólico-cultural, devido à construção e apropriação dos grupos sociais e, ao mesmo tempo, do caráter político e econômico mais concreto, uma vez que ali ocorre a ordenação/apropriação do espaço e também a dominação dos indivíduos (2012, p. 94). Essa abordagem traz à luz da

discussão a questão do poder envolvido nos debates sobre o território que configura, também, um tema central de reflexão no campo ambiental.

E conforme a perspectiva de Bourdieu (1977, *apud* CORNWALL *et al*., 2007), não há neutralidade nos espaços em que a sociedade participa ou naqueles que cria, pois nestes há a reprodução das relações de poder já estabelecidas previamente. Nesse contexto, a concepção de "poder simbólico", construída por Pierre Bourdieu, auxilia na compreensão das disputas que estão em jogo no campo ambiental e podem ser trazidas para o caso da proteção das áreas naturais. Para o autor, o poder simbólico representa a disputa entre os atores pelo significado do mundo social. Essa disputa é assimétrica e envolve dominação de uns sobre outros, estabelecida no território. De acordo o autor, o poder simbólico é "esse poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem" (BOURDIEU, 1989, p.7-8).

Em sua teoria do espaço social, Bourdieu (1989) discute a "luta simbólica", uma luta pelo poder, estabelecida no intuito de defender o prevalecimento da visão que determinado grupo social tem sobre o mundo. Na perspectiva do autor, a lógica do poder e da força, distribuídos em um espaço, constituem o mundo social.

Segundo essa perspectiva, as "lutas simbólicas" são então instauradas quando existem disputas pela transformação ou manutenção da ordem do mundo social. Isso ocorre devido às pretensões que os diferentes atores e grupos sociais possuem, sejam estas simbólicas e/ou materiais. Tais disputas entre os grupos e atores sociais acontecem, de acordo com sua teoria, no âmbito do "campo social".

Assim, o campo social é formado pelas relações de força e de luta, estabelecidas entre os grupos sociais e por sua posição no espaço, mediante sua necessidade, ou pelo seu enfrentamento. Essas concepções de campo social e de luta simbólica de Bourdieu são importantes para o entendimento das disputas que ocorrem no território e que envolvem diferenças de poder. Nessas disputas, são importantes tanto o aspecto material quanto o simbólico relacionados ao território.

A partir do exposto, pode-se entender que a noção de território passa necessariamente pela dimensão simbólica, mesmo quando há ênfase em apenas uma de suas possíveis dimensões de análise, como a econômica ou a política. Somente considerando esse viés tende a ser possível compreender os "complexos meandros dos laços entre espaço e poder" (HAESBAERT, 2012, p. 93).

Entendendo o poder não como uma materialidade, mas a partir de uma leitura foucaultiana relacional, observa-se que este está presente nas relações sociais e também nas representações de mundo que a sociedade constrói (HAESBAERT, 2012). No caso do território, as relações sociais são mediadas pelo espaço e constroem representações espaciais. Isso ocorre pois "toda construção da realidade é um instrumento de poder" (RAFFESTIN, 1993 *apud* HAESBAERT, 2012).

De acordo com essas reflexões, os grupos sociais defendem seus interesses materiais e simbólicos no campo social, a partir do uso de "tipos de capital" disponíveis, e estes podem ser tanto econômicos, quanto sociais, culturais ou simbólicos. Formam então um espaço de disputa entre os "dominantes" e os "dominados", em que o poder está distribuído de maneira desigual (BOURDIEU, 1989).

Assim, a luta simbólica se relaciona também às disputas ambientais no território, no momento em que determinados grupos sociais criam relações de poder, estabelecendo por um lado a dominação e por outro a submissão. Com isso, alguns grupos definem a ordem social a partir de seus interesses e outros grupos se vêem prejudicados pela ordem estabelecida pelos grupos dominantes, que possuem mais capital (econômico, social, cultural, material ou simbólico).

Os grupos dominantes têm a intenção de manter o *status quo*, já os "dominados" lutam para reverter a ordem dominante. De acordo com Bourdieu (1996), além da dominação exercida por um determinado grupo social, o Estado é um ator que exerce a dominação, pois tem o poder de interferir nos campos sociais, econômicos, culturais, políticos e simbólicos, seja por meio de regulação financeira ou jurídica.

Ainda na abordagem sobre a relação entre território e poder, Haesbaert (2012) caracteriza o território enquanto "mediação espacial do poder" em que as diferentes dimensões de poder, sejam essas de caráter político, econômico ou simbólico, interagem em diferentes níveis. Com isso, em cada território, uma ou outra dimensão do poder se sobrepõe de acordo com o contexto.

Segundo Acselrad (2004), no território onde há interesses ambientais que envolvem disputas entre os atores sociais, a questão do poder pode ser compreendida a partir da perspectiva de um campo social onde se estabelecem lutas simbólicas. Estas lutas representam uma disputa no território pela distribuição e legitimação do poder. Assim, para o autor, as disputas também se estabelecem devido a interesses materiais, sociais e culturais. Estes interesses são relativos tanto à apropriação material, quanto à

apropriação social ligada à distribuição e domínio sobre o território, além da apropriação cultural, referente às representações que dão sentido ao mundo material.

Deste modo, discutir a dinâmica territorial tende a ser essencial quando se busca a interpretação de questões ambientais. E conforme alertado pelos autores anteriormente citados, a discussão sobre a temática do território vem se tornando cada vez mais recorrente na atualidade, em diversos campos de conhecimento. Na medida em que a solução para os problemas ambientais se torna urgente, o domínio dos recursos naturais, tais como água, solos férteis e florestas ricas em biodiversidade, adquire cada vez maior valor e, assim, torna-se fonte de disputa e conflitos territoriais (HAESBAERT, 2012).

Porto-Gonçalves (2012) considera também central o conceito de território para o entendimento da crise ambiental na atualidade, uma vez que a base da crise está na apropriação material da natureza, em forma de recurso natural, situado no tempo e no espaço. Para o autor, o uso e acesso a esses recursos conforma os limites entre um território e outro, delimitando, por sua vez, as relações de poder na sociedade.

Essas relações de poder, assim como as relações sociais estabelecidas em um dado território, ou entre territórios, são marcadas pelo exercício de poder que alguns grupos exercem em relação à posse, uso, acesso e deslocamento dos recursos naturais. Tais relações sociais podem ser traduzidas em relações de “pertencimento e estranhamento, assim como relações de dominação e exploração através do espaço pela apropriação/expropriação de seus recursos” (PORTO-GONÇALVES, 2012).

Essas relações dialéticas e, algumas vezes antagônicas (HAESBAERT, 2012), demonstram a maneira com que a sociedade estabelece sua relação com a natureza, definida em determinado tempo e espaço. Estas denotam ainda como a sociedade utiliza os recursos naturais e determina suas relações de poder baseada no poder sobre tais recursos, no território.

Portanto, o aspecto político é determinante no estudo do território quando este objetiva a compreensão de questões ambientais (PORTO-GONÇALVES, 2012). Isto porque a dominação e o poder de decisão sobre os recursos delimitam as fronteiras territoriais, definindo os grupos sociais que pertencem e os que não pertencem a tal território.

A partir de uma perspectiva política, o território é então delimitado para definir exercícios de poder. Dessa forma, analisar o que está por trás das fronteiras do território tende a ser essencial para o entendimento de tais relações sociais e de poder nele

inseridas, para compreender também de que maneira ações dos atores sociais podem influenciar o território.

Nesse sentido, entende-se que o estabelecimento dos limites do território envolve a definição daqueles que a ele pertencem e os que não pertencem. Nesse caso, os primeiros são os que possuem os recursos naturais e o poder de definir seu uso e acesso, e os segundos são os "despossuídos", dependentes dos primeiros. Nessa direção, Haesbaert (2012) pondera que "toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais" (2012, p. 89).

A partir desse breve resgate acerca das teorias sobre o território e sobre a importância de sua análise para a compreensão da realidade, é possível trazer ao debate, na sequência lógica pretendida, a questão das territorialidades. Porém, longe de tentar esgotar aqui a discussão e ciente dos diversos desdobramentos possíveis para o estudo sobre o tema, este será desenvolvido a partir de algumas concepções teóricas que envolvem o sentido de territorialidade ligado à noção de pertencimento a um território, tema trabalhado nesta pesquisa.

4.3. Territorialidade e pertencimento: compreendendo a formação do olhar local sobre o território

A noção de territorialidade está estritamente relacionada à compreensão do que é o território. Parte-se do entendimento de território como um espaço híbrido, onde coexistem as diferentes dimensões que o constituem (política, econômica, cultural e simbólica). E ainda, onde se observa a lógica do poder, seja ele econômico, político ou simbólico, que é determinada pelas relações sociais e também as determina. A partir deste entendimento, a territorialidade pode ser compreendida como uma significação do sentido de território, do que é entendido como território. Para alguns autores, a territorialidade é compreendida como a "qualidade de ser território" ou, para outros, a dimensão simbólica do território (HAESBAERT, 2012).

Este termo foi inicialmente associado à dimensão da jurisdição do Estado, ou à abrangência espacial de aplicabilidade do aparato estatal. Também foi definido no ramo da etologia, enquanto comportamento animal, como o espaço apropriado na forma de demarcação de um território defendido por um indivíduo, de outros de sua espécie (ALBAGLI, 2004).

Com a inserção da abordagem espacial nas ciências humanas, o termo foi também incorporado e trazido à reflexão no bojo da discussão sobre o território. Nesse contexto, o conceito de territorialidade passou a ser utilizado para traduzir a relação de um grupo ou de atores sociais com seu meio (seja este a vizinhança, o município, região ou país), com o qual expressam determinada identificação e sentido de pertencimento. A noção de pertencimento se destaca assim como um aspecto relevante nesse contexto e, por esta razão, será aprofundada adiante.

As territorialidades podem ser expressas tanto no nível individual quanto coletivo; todavia, não significam o mesmo que "raiz territorial", visto que são dinâmicas, flexíveis, transportáveis e podem ser reconstituídas (ALBAGLI, 2004). Segundo Bonnemaison & Cambrèzy (1996, *apud* HAESBAERT, 2012), as territorialidades implicam "a representação da identidade cultural e não mais a posição num polígono" (2012, p.71). Para esses autores, a ideia utilitarista de território não é suficiente para tratar dos conflitos atuais da sociedade e, por consequência, estes enfatizam a dimensão simbólica do conceito, também designada como territorialidade nos debates sociais.

A semantização da noção de território é trazida ao debate por García (1976, *apud* HAESBAERT, 2012), que busca empreender a análise do significado da relação entre sociedade e natureza. Nesse sentido, as territorialidades são entendidas como a interpretação do sentido atribuído pela sociedade ao espaço territorial.

Sendo assim, a noção de territorialidade é reflexo do "vivido territorial" (ALBAGLI, 2004, p.29) e representa então a acepção do sentido simbólico de determinado território, que pode ser associada também à sua identidade cultural. Como visto anteriormente, as dimensões material e simbólica do território são indissociáveis e, assim sendo, a significação de um dado território para um grupo social é diretamente ligada a sua estrutura material e à sua organização espaço-temporal.

De acordo com a perspectiva proposta por Haesbaert (2012) como idealista, as territorialidades são difundidas como campo simbólico do território, formado a partir de uma visão relacional, na qual as relações de poder são estruturantes, devido a seu caráter social-histórico. Essa concepção envolve, por exemplo, as territorialidades como expressões da identidade territorial.

Nesta perspectiva relacional, Sack (1986, *apud* HAESBAERT, 2012), considera que a noção de territorialidade envolve o sentido de poder que atribui embasamento ao controle exercido por atores sociais sobre determinado espaço e, por meio deste, os mesmos afetam ou influenciam outros atores e grupos sociais. Entretanto, o autor

ressalta que nem toda relação de poder envolve territorialidades ou representa uma disputa pelo território. Nesse viés primordialmente político, uma questão determinante do debate sobre territorialidade está relacionada à fronteira e ao acesso ao território, enquanto estratégia de controle de indivíduos e/ou recursos, por meio do domínio do território. Para Sack, uma territorialidade pode ser "ativada ou desativada" (2012, p. 87) de acordo com o contexto social, devido à flexibilidade da noção de território, esta não mais compreendida como estática, como em algumas das concepções tradicionais sobre o tema.

Mas mesmo apontando para uma orientação política com o enfoque no poder, Sack considera que a interpretação sobre o sentido de territorialidade envolve também as dimensões cultural e econômica, ligadas à significação e organização do espaço, e ao uso da terra. O autor ressalta também que compreender as territorialidades como um componente do poder e não só como um meio para se criar e manter a ordem, representa uma estratégia para criação e manutenção de grande parte do contexto geográfico através do qual se experimenta o mundo e este é dotado de significado (SACK, 1986 *apud* HAESBAERT, 2012).

Uma visão mais ampla e também relacional sobre a noção de territorialidade é concebida por Raffestin (1988, *apud* HAESBAERT, 2012), que entende as territorialidades como "o conjunto de relações estabelecidas pelo homem enquanto pertencente a uma sociedade, com a exterioridade e a alteridade". Nesta acepção, o sentido de territorialidade revelaria a maneira em que a sociedade interage no e com o território, que é também pautada pelas relações de poder. Para o autor, tanto as relações sociais quanto as relações sociedade-natureza são relações de poder, na medida em que os atores sociais agem com a intenção de modificá-las.

Seguindo esse raciocínio, a questão da temporalidade e da espacialidade tende a ser indispensável na conformação das territorialidades, por esta ser uma dinâmica situada no espaço, a partir das circunstâncias de um determinado período histórico, estabelecidas pelas interações sociais. As temporalidades coexistem, são também simultaneidades, que podem ser aprendidas por meio da materialidade do território. Com isso, são observadas no território as "diferenças, desigualdades e relações de poder" (ALBAGLI, 2004, p.30).

Diante do exposto, é possível interpretar a noção de territorialidade pelo viés da análise de Raffestin, como um tripé, composto por sociedade, espaço e tempo (RAFFESTIN, 1993 *apud* ALBAGLI, 2004). Entende-se, portanto que o enfoque

territorial e o seu aprofundamento na discussão sobre territorialidades podem auxiliar na compreensão da dinâmica das relações sociais e da relação sociedade-natureza em um contexto da criação de áreas naturais protegidas. Isso se justifica uma vez que estas áreas formam novos territórios em um mesmo espaço, que se sobrepõe a outros existentes *a priori* (PIMENTEL & MAGRO, 2011). Assim, se sobrepõem também às territorialidades ali vivenciadas. Esta complexidade de relações sobrepostas que dividem uma espacialidade e uma temporalidade constitui o foco desta investigação.

A partir da compreensão sobre as territorialidades e o que envolvem em termos de uma base material espacial e de um corpo subjetivo criado pelas interações sociais territoriais, a reflexão passa a ser dirigida à temática de pertencimento. Este é um ponto central para que se possam interpretar as territorialidades em um contexto de relação sociedade-natureza e da proteção de áreas naturais.

Dessa forma, a dimensão analítica e conceitual de pertencimento será aprofundada como um dos aspectos fundadores na construção das territorialidades, visto que atribui sentido à relação de identificação social de um grupo com determinado território. Nessa direção, Diegues expressa um entendimento sobre territorialidade compreendendo-a "como noção de pertencimento a determinado território, em cujos limites se reproduzem crenças mitos, práticas, ancestrais ou não, que reatualizam e revificam a memória coletiva" (DIEGUES & ARRUDA, 2001 *apud* RODRIGUES, 2009).

O debate sobre pertencimento tem sido recorrente na literatura relacionada às ciências sociais principalmente no que tange às questões étnicas, raciais e da participação em grupos sociais ligados ao esporte, à dança, à música, entre outros (SILVA, 2012; SILVA, 2007). Nesta dissertação, o termo será abordado como uma dimensão subjetiva diretamente ligada à noção de territorialidade. A fundamentação teórica para tal será aqui baseada na obra do economista marroquino Hassan Zaoual, que propôs a Teoria dos "sítios simbólicos de pertencimento" para estudar o desenvolvimento e iniciativas locais nos países do "Sul".

Este autor desenvolve sua argumentação com base nos problemas da importação de modelos, técnicas e projetos dos países desenvolvidos para os países do "Sul". Defende que é preciso haver uma adaptação à realidade local anterior à implantação destes modelos importados nos países em desenvolvimento. Em sua obra, apresenta diversos casos de fracassos em projetos que tinham a pretensão de trazer soluções para os problemas de desenvolvimento utilizando a mesma fórmula em diferentes locais do mundo. Esses casos eram, em sua maioria, desenvolvidos na Europa ou nos EUA e

trazidos como proposta para a América Latina, África e Ásia. A partir de sua pesquisa, baseada em estudos empíricos e apoiada na obra de autores como Amartya Sen, Zaoual constrói uma teoria que se debruça sobre a epistemologia do "*homo situs*", ou o "homem situado", em detrimento do "*homo oeconomicus*", utilitarista e oportunista. Este "homem situado" seria o "homem vivo concreto, cujo comportamento enraíza-se no território em que harmonia pressupõe a consideração da multiplicidade do comportamento humano" (2010, p.24).

Seguindo os pressupostos de sua teoria sobre os sítios simbólicos de pertencimento, Zaoual (2006, p. 210) define os sítios como "um imaginário social, moldado pelas contingências e a trajetória da vida comum dos atores considerados". Para o autor, os sítios funcionam como uma "identidade imaterial", que interfere nos comportamentos e nas "materialidades visíveis do lugar ou região". Conforme Walliser (2000, *apud* ZAOUAL, 2006), "o sítio é um vínculo cognitivo entre o ator e seu meio circundante". Segundo a perspectiva de Zaoual (2010), o sítio simbólico é uma "entidade invisível", que se concretiza no modo de vida, na economia, na cultura e na organização social. Assim, o sítio está presente em todos os aspectos da vida social, moldando, de certa forma, o comportamento dos atores no território. E por ser uma "estrutura imaginária" que coordena os territórios, para o autor esta estrutura atua de forma diferente da lógica do mercado, já que considera a dimensão econômica e social simultaneamente (2006, p. 18).

Relacionando os territórios "horizontais" e "verticais" de Milton Santos com os sítios simbólicos de pertencimento de Zaoual, Ribeiro (2006) reforça a ideia de Santos (2012) sobre a necessidade de se enfatizar as interrelações presentes nos territórios horizontais. Considerando que "o território, que é simultaneamente espaço herdado e condição indispensável às resistências sociais, opõe-se aos desenraizamentos estimulados pelo agir hegemônico e às fábulas que acompanham a globalização da economia" (RIBEIRO, 2006, p. 8). Conforme a autora, o pensamento contra-hegemônico, que procura reforçar a importância da defesa dos interesses locais, se refere a uma procura baseada na "valorização do território e, sobretudo, das territorialidades".

A relação entre território e pertencimento é também expressa por Santos quando este define que o território é o espaço usado. Para o autor, o território usado "é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O

território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida" (SANTOS, 2002 *apud* RIBEIRO, 2006).

Nesse mesmo sentido, para Zaoual (2006) a escala de abordagem mais pertinente para compreender a complexidade das interações entre sociedade e seu meio é também a do território. O território é então fruto das relações sociais compartilhadas entre os atores numa "realidade viva", que é singular em cada espaço.

Ao abordar a temática de pertencimento, Little (2002) utiliza a ideia de *homeland* para traduzir o sentido de pertencer a um território. Para o autor, "a situação de pertencer a um lugar refere-se a grupos que se originaram em um local específico, sejam eles os primeiros ou não" (LITTLE, 2002, p. 10). Mesmo se referindo ao caso de populações tradicionais e povos indígenas, o autor afirma que é possível encontrar o sentido de pertencimento em grupos e/ou atores sociais mesmo que estes não tenham nascido no território, mas que tenham constituído um grupo social e uma relação com o espaço.

Para Callai (2004), os sentimentos de identidade e de pertencimento dos atores sociais em relação ao território são construídos no espaço vivido, formado pelas diferentes dimensões da vida social e produtiva. E, por meio dos aspectos simbólicos, como a memória e a cultura, é possível apreender sobre a identidade imaterial do território, que também é expressa materialmente. Para a autora, a importância deste tipo de análise espacial está na compreensão do que as aparências não revelam como a história de vida dos sujeitos, abrangendo seus interesses, disputas, motivações e articulações no território (CALLAI, 2004, p. 5).

Na sistematização da teoria dos sítios simbólicos de pertencimento, Zaoual discorre sobre a associação que ocorre nos sítios entre "os mundos simbólicos e morais dos homens e suas práticas cotidianas" (2006, p. 31), que traduz os aspectos materiais e imateriais que coexistem em cada sítio. De acordo com o autor, os sítios não podem ser delimitados como espaços geométricos pois, na verdade, correspondem ao campo imaterial que permeia a vida social no território.

Para melhor compreender e visualizar a forma pela qual se estruturam os sítios, o autor os organiza em três "caixas", de acordo com seus componentes. A caixa que envolve os conhecimentos dos grupos sociais, que são acumulados e passados pelas gerações em cada sítio seria a *caixa conceitual*. Esta forma um verdadeiro saber social, composto de conhecimentos tanto teóricos quanto práticos. A *caixa preta* seria aquela que guarda os elementos simbólicos relativos aos atores e grupos sociais, tais como os

mitos, ritos, crenças e valores. Por fim, as técnicas, o modo de fazer e os modelos adotados pelos atores sociais para agir em cada situação estão relacionados à *caixa de ferramentas*. Todas as caixas guardam conteúdos próprios a cada sítio, contudo, os sítios não são inertes e fechados, mas ao contrário, são abertos ao mundo. A analogia das caixas é utilizada pelo autor para explicar de forma didática o que os sítios guardam. Todavia, as caixas não operam isoladamente, elas interagem a todo o momento e são acessadas pelos atores mediante as demandas de cada situação.

Nessa perspectiva, a crença possui um papel importante. Isto ocorre porque o sentido de pertencimento ao território somente é realizado a partir do compartilhamento de crenças e de visões de mundo comuns entre os atores, que assim constroem suas relações sociais (ZAOUAL, 2010). Para o autor, "o homem precisa crer, pertencer a algo e ser integrado em uma sociedade" (2006, p.16). Nesse sentido, a crença é um elemento que compõe a estrutura de funcionamento dos sítios, pois "a crença motiva, a norma organiza e o comportamento executa" (2006, p. 48).

Diante da caracterização do autor, os sítios representam, "comunidades de sentido, ou sistemas de pertencimento". Os sítios são relativos ao pertencimento dos atores a um determinado território em que constroem suas relações sociais, de maneira geral. Nesse território, os sítios se manifestam em todas as dimensões da vida social, como observado pelo conteúdo das "caixas". Mesmo antes de se expressarem de forma material, os sítios existem como "fornecedores de balizamento" aos atores. O sentido de pertencimento está expresso no sítio, pois este opera como "ponto de enraizamento" nos territórios, onde os sujeitos encontram uma "área de estabilidade" aos fenômenos sociais, sejam essas materiais ou não (ZAOUAL, 2006, p. 35).

A partir do exposto, a perspectiva dos sítios simbólicos enriquece a análise sobre as territorialidades. Isto porque a construção dos sítios considera a composição do território em seu viés material e imaterial, a partir da ótica local. Isso se justifica uma vez que "os homens não se comportam da mesma maneira sob todas as latitudes e em todo tempo. Por natureza, são mutáveis e conjugam vários imperativos ao mesmo tempo, em situações que escapam a toda abordagem monodisciplinar e monocultural" (ZAOUAL, 2006, p. 36).

Assim, a teoria dos sítios e, principalmente, a categorização proposta em formas de "caixas" servirão na presente pesquisa para a estruturação do processo de análise do território estudado. Este será interpretado quanto à organização social, à construção da

territorialidade e ao sentido de pertencimento da população local, a partir dessa perspectiva.

E para que se aprofunde no Estudo de Caso, a partir do qual serão investigados as territorialidades e o sentido de pertencimento em um contexto da implantação de uma unidade de conservação, o Parque Estadual do Pico do Itambé, o questionamento levantado por Haesbaert (2009) inspira as reflexões que se pretende aprofundar:

> Dentro do amplo continuum que vai desde os territórios construídos com propósitos meramente funcionais (uma espécie de "controle de mão única", típico do produtivismo capitalista) até aqueles com forte carga simbólica e identitária, como restituir uma territorialização capaz de significar não apenas um "controle" do espaço, em sentido estrito, mas também a sua produção e vivência em novas bases, onde "controlar" ou "exercer poder" signifique também "afetar" – na dupla condição de afetarmos e sermos afetados pelo ambiente que criamos. Pois, como lembra Spinoza, o aumento do nosso poder para agir significa também o crescente poder de sermos transformados – pelo "afeto" – dos outros e do território que indissociavelmente construímos (HAESBAERT, 2009, p.16).

5. Estudo de Caso – Contextualizando o Parque Estadual do Pico do Itambé

Assim, a partir desta breve descrição, é possível perceber que existe uma complexidade nas relações sociais envolvidas no contexto do PEPI. O Plano de Manejo ainda não foi atualizado e, com exceção da temática do turismo, não foram encontradas outras pesquisas sociais publicadas sobre o parque e seu entorno, o que dificulta a obtenção de informações qualificadas sobre o processo. Desse modo, a pesquisa de campo será um próximo e importante passo para a investigação sobre a relação desenvolvida entre a população local e a gestão da unidade de conservação, o sentido de pertencimento da população local com relação à área em questão, bem como sobre a atuação do Conselho Consultivo do parque na representação dos interesses locais.

Para a melhor compreensão do caso estudado, o Parque Estadual do Pico do Itambé (PEPI) será contextualizado a seguir, em relação à sua localização, importância ecológica e aos aspectos históricos e socioeconômicos ligados ao seu processo de criação. É importante mencionar que a principal fonte de consulta para esta descrição foi o seu Plano de Manejo[27], uma vez que publicações sobre o mesmo incidem majoritariamente sobre pesquisas nos campos da biologia e geologia.

O Parque Estadual do Pico do Itambé, criado em 21 de janeiro de 1998, por meio do Decreto nº 39.398[28], representa uma unidade de conservação estadual de proteção integral, de acordo com a classificação do SNUC (BRASIL, 2000, 2002), administrada pelo Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG). O parque foi criado originalmente com uma área total de 4.696 hectares e se situa entre os municípios de Santo Antônio do Itambé (2.926 ha), Serro (930 ha) e Serra Azul de Minas (840 ha). Esta UC foi criada e com o objetivo de "proteger as riquezas naturais em seu domínio e desenvolver o turismo sustentável na região" (STCP, 2004, p. 2) e, com o objetivo de expandir o território protegido para envolver um maior número de nascentes, a área do parque foi ampliada em 2005[29], passando a contemplar uma área total de 6.520,34 ha. Com a ampliação, o Estado adquiriu uma antiga fazenda da região, chamada Fazenda

---

[27] O Plano de Manejo é definido pelo Snuc como um documento técnico que define o zoneamento, as normas de uso e as estruturas necessárias à gestão, de acordo com os objetivos de conservação da UC.

[28]Decreto nº39.398 da Assembléia Legislativa do Governo Estadual de Minas Gerais, de 21de janeiro de 1998, apresentado no Anexo 1.

[29] Decreto de Ampliação N° 44.176. Fonte: http://www.ief.mg.gov.br/noticias/3306-nova-categoria/1754-parque-estadual-do-pico-do-itambe-. Acesso em 25/03/14.

São João, localizada no município de Santo Antônio do Itambé, onde se encontra atualmente a sede do parque. A Figura 1 a seguir ilustra a área do PEPI, municípios envolvidos e as outras UCs próximas[30].

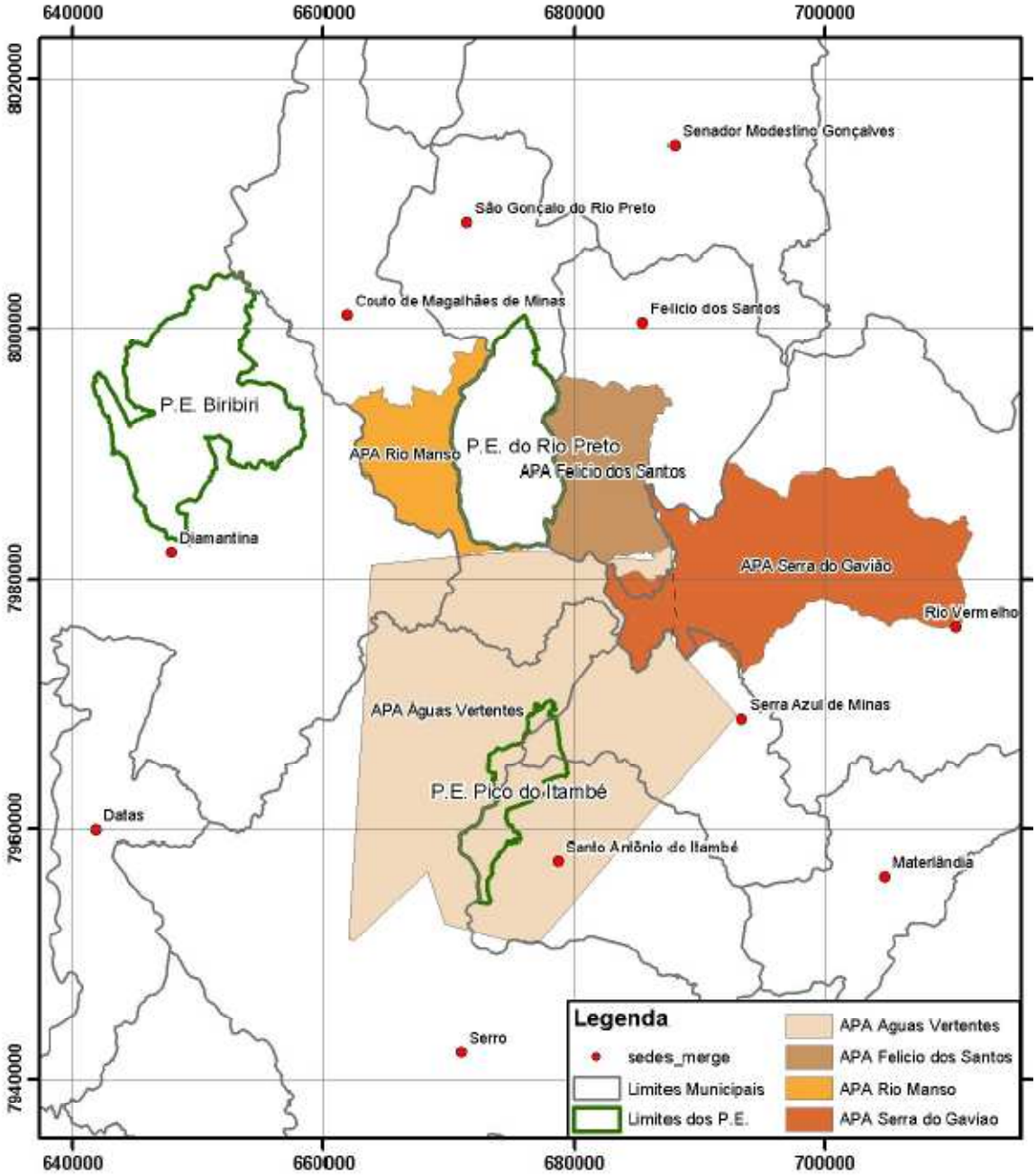

Figura 1: Parque Estadual do Pico do Itambé e UCs da região.

O parque está situado na Serra do Espinhaço, cordilheira que se estende por mais de 1.200 quilômetros, desde o norte da capital mineira até o Estado da Bahia (STPC,

[30] Fonte: STPC, 2004.

2004), próximo à divisa com os Estados de Pernambuco e Piauí. Vale destacar que, desde 2005, a porção meridional da Serra do Espinhaço, onde está inserido o Parque Estadual do Pico do Itambé, foi declarada pela UNESCO como Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço (RBSE)[31], o que reforça a importância da Serra e do PEPI para a preservação dos ecossistemas da região e, ao mesmo tempo, revela a complexidade envolvida na gestão deste território.

Tal importância é ainda reforçada ao se considerar que a RBSE compreende diversas unidades de conservação de categorias de manejo distintas. Na data de sua criação, a reserva envolvia onze UCs de proteção integral, sendo dois parques nacionais (Parque Nacional da Serra do Cipó e Parque Nacional das Sempre-Vivas), seis parques estaduais (Parque Estadual do Itacolomi, Parque Estadual da Serra do Rola-Moça, Parque Estadual do Rio Preto, Parque Estadual do Biribiri, Parque Estadual do Pico do Itambé e Parque Estadual da Serra do Intendente), além de duas estações ecológicas (Estação Ecológica Estadual de Tripuí e Estação Ecológica Estadual de Fechos) e um parque municipal (Parque Natural Municipal do Salão de Pedras). E foram criados mais recentemente outros dois parques estaduais na região (Parque Estadual da Serra do Cabral e o Parque Estadual da Serra Negra) e um Monumento Natural (Monumento Natural Estadual da Várzea do Lajeado e Serra do Raio).

As UCs da região da RBSE compõem três grandes mosaicos de áreas protegidas[32]: sendo um na região sul, próximo à capital do estado, no Quadrilátero Ferrífero; o segundo em sua porção central, que está em fase de estruturação, o Mosaico Cipó – Intendente; e o terceiro na porção norte da RBSE, o único instituído oficialmente, designado Mosaico Espinhaço: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral. Estes mosaicos representam um modelo de gestão integrada do território, com o objetivo de conferir maior proteção da natureza em consonância com a manutenção dos modos de vida local.

---

[31] Fonte: PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA RBSE, Fase 1. Elaborado pelo grupo de trabalho, instituído pela resolução nº244 de 23 de julho de 2004, da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais - SEMAD-MG. Belo Horizonte, março de 2005.

[32] Conforme o SNUC, os mosaicos objetivam conjugar a conservação da biodiversidade e os objetivos de cada UC, além de promover a "valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional" (BRASIL, 2000).

A localização do PEPI na RBSE está representada na Figura 2, a seguir[33]. As UCs de proteção integral estão identificadas em vermelho e, entre elas, o PEPI foi destacado para melhor visualização.

[33] Adaptado de: http://rbse-unesco.blogspot.com.br/2008/12/reserva-da-biosfera-da-serra-do_28.html.

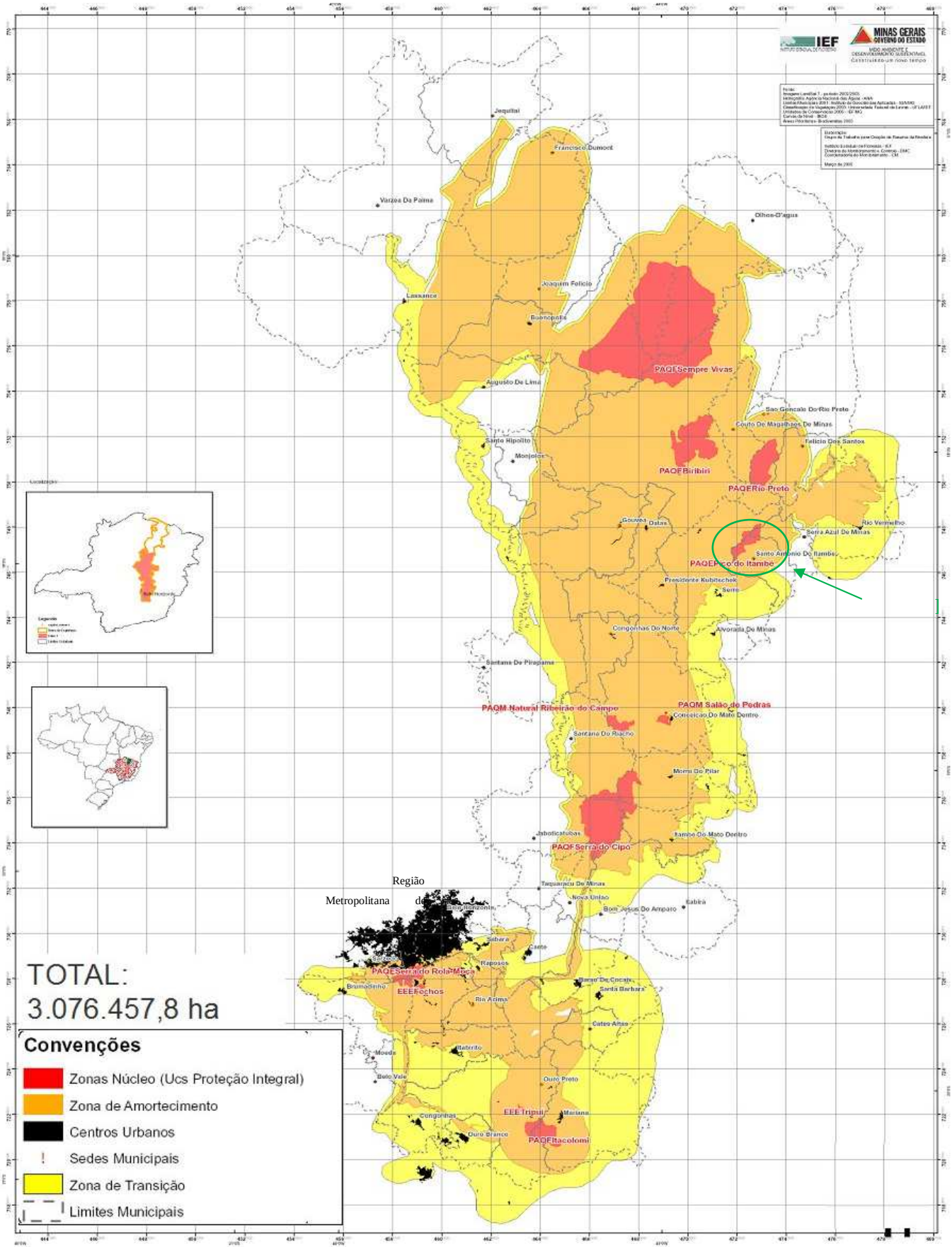

Figura 2: Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço e Parque Estadual do Pico do Itambé.

Além disso, é importante mencionar que, em novembro de 2010, foi também reconhecido na região, pelo Ministério do Meio Ambiente[34], o Mosaico Espinhaço: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral, no qual o PEPI está inserido. Este mosaico é composto por oito UCs de proteção integral e quatro de uso sustentável[35]. O mosaico, como uma instância de gestão integrada de UCs, foi reconhecido com a intenção de se potencializar a capacidade de conservação ambiental da região, conforme definição do SNUC (BRASIL, 2000; 2002). E vale destacar que o Mosaico do Espinhaço foi o único já oficialmente criado e implantado na RBSE, dispondo inclusive de Conselho Consultivo, instrumento essencial para a sua gestão.

Na **Figura 3**[36], a seguir, estão representados o PEPI e as demais UCs integrantes do mosaico, sendo estas UCs de proteção integral (Parque Nacional das Sempre-Vivas; Parques Estaduais: Biribiri, Rio Preto, Pico do Itambé e Serra Negra; além da Estação Ecológica Mata dos Ausentes) e uma UC de uso sustentável (APA Estadual das Águas Vertentes). No entanto, no mapa oficial disponível no site do Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade (ICMBio), não estão ainda representadas as APAS municipais inseridas no Mosaico (APAs: Felício dos Santos, Rio Manso e Serra do Gavião) e o Parque Estadual da Serra do Cabral, criado apenas recentemente.

---

[34] Por meio da Portaria MMA nº 444, de 26 de novembro de 2010, apresentada no Anexo 2.

[35] UCs de proteção integral integrantes do Mosaico Espinhaço: Parque Nacional das Sempre-Vivas; Parques Estaduais: Biribiri, Rio Preto, Pico do Itambé, Serra Negra e Serra do Cabral; e Estação Ecológica Mata dos Ausentes e Monumento Natural Estadual da Várzea do Lajeado e Serra do Raio. UCs de uso sustentável: APA Estadual das Águas Vertentes e APAS municipais Felício dos Santos, Rio Manso e Serra do Gavião.

[36] Fonte: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/mosaicos/mapa-espinhaco-jequitinhonha.jpg

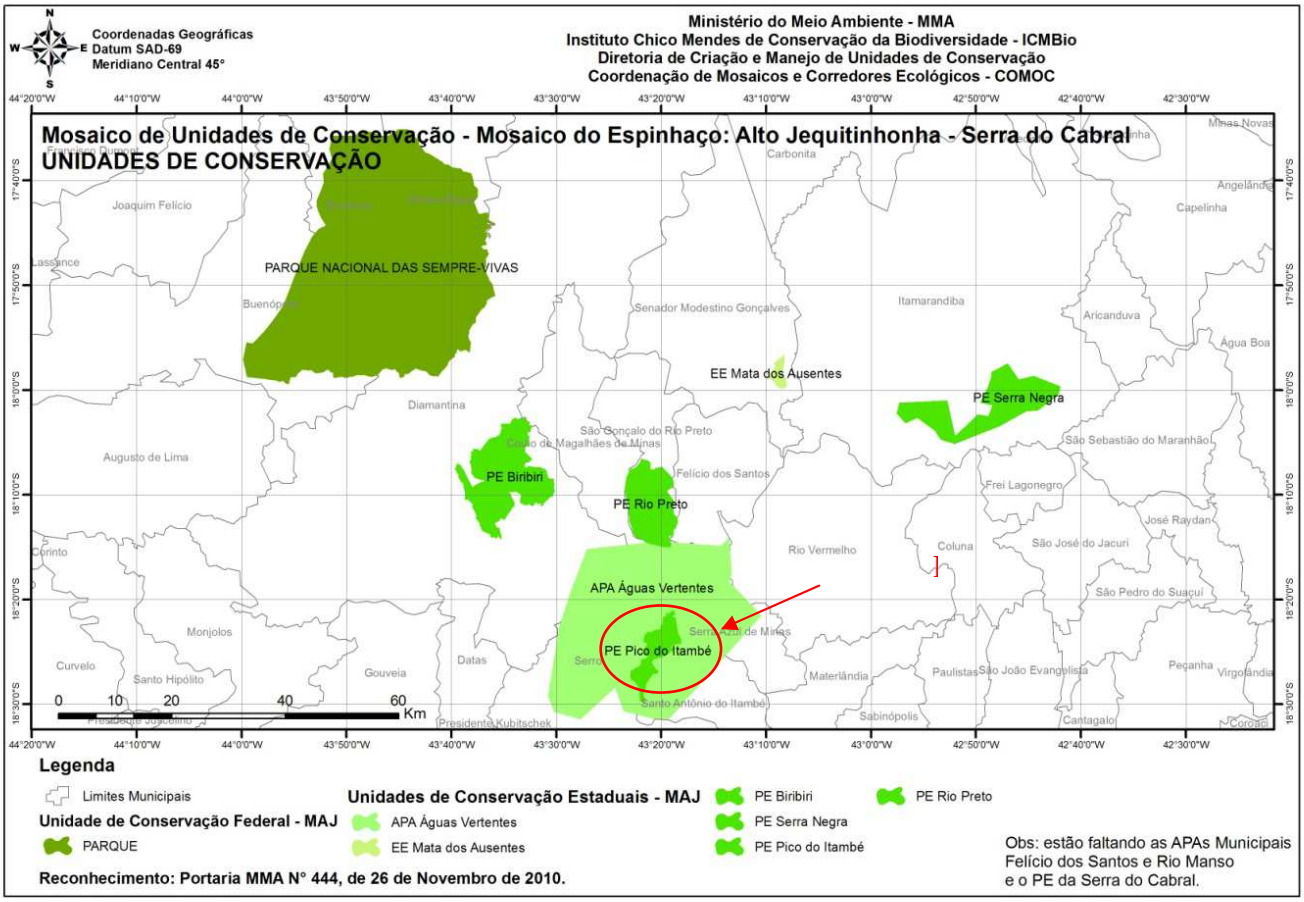

Figura 3: Mosaico do Espinhaço: Alto Jequitinhonha – Serra do Cabral.

O PEPI está assim localizado na porção meridional do complexo da Serra do Espinhaço, em Minas Gerais, na região do vale do Jequitinhonha conhecida como “Alto Jequitinhonha”. Importante mencionar que diversos bens naturais estão inseridos em seu interior, como nascentes e cursos d’água que abastecem as bacias dos rios Doce e Jequitinhonha, principais bacias que compõem a rede hidrográfica do Estado de Minas Gerais. A região possui ainda, como marco geográfico, o Pico do Itambé, que divide essas duas bacias hidrográficas. Este Pico atinge 2.052 metros de altitude, sendo caracterizado como o ponto culminante da Serra do Espinhaço em sua porção mineira e um marco na identidade da região.

Com relação à origem do nome do Pico, que nomeia também a UC pesquisada, está relacionada à identificação do município de Santo Antônio do Itambé, desde os antigos registros históricos da região. De origem indígena, “Ita” significa pedra afiada e “Imbé” significa plantas e cipó da serra (STCP, 2004, p. 2).

O Parque se encontra em uma zona de transição entre os biomas Cerrado (em sua porção Norte e Oeste) e Mata Atlântica (nas porções Sul e Leste). Possui, predominantemente, vegetação do tipo campestre (campo rupestre e campo limpo) e savânica (principalmente o cerrado ralo), e há ali também a presença de campos de altitude, floresta estacional (nas vertentes de córregos) e campo hidromórfico (STCP, 2004). No parque encontram-se ainda espécies da fauna ameaçadas de extinção, como a onça-parda e o lobo-guará, além de sempre-vivas, orquídeas e outras espécies ameaçadas[37].

Conforme o "Atlas de Áreas Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade de Minas Gerais" (BIODIVERSITAS, 2005), publicado originalmente em 2003, a região é considerada como de importância biológica especial[38], por abrigar espécies endêmicas, além de grande riqueza de espécies de fauna e flora (BIODIVERSITAS, 2005). Entre as espécies de plantas ameaçadas de extinção em Minas Gerais, estudos mostram que 67% se encontram nos campos rupestres[39] e, segundo JOLY (1970 *apud* STCP, 2004), entre os diversos tipos de vegetação brasileira, o maior número de endemismos é também encontrado nos campos rupestres, vegetação predominante em parte do Parque Estadual do Pico do Itambé.

Além de sua expressiva biodiversidade, a riqueza mineral da região é também conhecida desde o período da colonização. Na bacia do rio Jequitinhonha existem diversos minerais de interesse econômico, que propiciam intensa atividade de mineração, incluindo garimpos de diamante e ouro na região do Alto Jequitinhonha, onde se situa o PEPI. No entanto, desde a criação desta UC, a exploração dos recursos minerais em seu interior vem diminuindo consideravelmente, principalmente após as ações de fiscalização da atual equipe de gestão do parque, desde 2010.

Com relação ao processo de gestão da UC, o parque possui, desde 2005, um Plano de Manejo elaborado por uma consultoria financiada pelo Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (empresa paranaense STCP Consultoria). , mas ainda não foram realizadas todas as atividades previstas de regularização fundiária e instalação de infraestruturas de recepção dos visitantes, apesar da área protegida receber um número

[37] Fonte: http://www.ief.mg.gov.br/noticias/3306-nova-categoria/1754-parque-estadual-do-pico-do-itambe-. Acesso em 25/03/14.

[38] Em uma escala de importância: alta – muito alta – extrema – especial.

[39] Fonte: http://rbse-unesco.blogspot.com.br/, acesso em 25/03/14.

elevado de turistas, anualmente[40]. O parque não se encontra oficialmente aberto à visitação mas, no sítio eletrônico do IEF-MG, há a indicação da possibilidade de visitas a alguns de seus atrativos, como as cachoeiras da Fumaça, da Água Santa, do Neném e do Rio Vermelho, conforme também disponível no Plano de Manejo da UC. A subida até o Pico do Itambé é também permitida, mas apenas com reserva prévia, obedecendo ao limite de 20 pessoas por dia[41].

O PEPI possui ainda um Conselho de Gestão, criado pela Portaria nº 072, de 30/05/2009, que se reúne de três a quatro vezes por ano, apesar da incipiente participação das associações locais de moradores nos processos de tomadas de decisão. De acordo com informações disponíveis no sítio eletrônico IEF esse Conselho passou a ser implementado apenas em 2009, sendo que no momento da pesquisa este se encontrava em processo de reestruturação.

Vale destacar ainda que a área de entorno do PEPI, prevista em seu Plano de Manejo, compreende parte da área da APA Estadual das Águas Vertentes, onde estão localizados todos os grupos populacionais que vivem próximos ao parque e dependem, direta e/ou indiretamente, dos recursos naturais ali existentes (a APA possui 76.310 hectares e envolve os municípios de Couto de Magalhães de Minas, Diamantina, Felício dos Santos,Rio Vermelho, Santo Antônio do Itambé, Serra Azul de Minas e Serro). Dessa forma, ações de extração de madeira no interior do parque e queimadas na região, são também exemplos de atividades que necessitam ainda de uma melhor fiscalização por parte da gestão da UC e ações de prevenção.

Apesar dos problemas identificados no processo de consolidação do PEPI e de sua limitada extensão territorial, é importante considerar que este está conectado a diversas outras UCs, sob diferentes regimes de proteção ambiental, como a APA Estadual das Águas Vertentes e a mais recente UC da região, o Monumento Natural Estadual da Várzea do Lajeado e Serra do Raio. E sua ligação territorial envolve tanto um vínculo do ponto de vista da gestão quanto dos modos de vida locais. Isto ocorre uma vez que, os habitantes da região utilizavam toda a extensão área entre esses parques como área de extração vegetal, mineral e agricultura. A **Figura 4**, a seguir, ilustra a área

---

[40]Atualmente, conforme informações disponíveis no *site* oficial do IEF, em Minas Gerais há oito parques estaduais abertos à visitação e trinta fechados[40]. Porém, em alguns destes que se encontram fechados, a visitação em locais previstos no Plano de Manejo já ocorre mediante autorizações especiais, como é o caso do PEPI.

[41]Fonte: http://www.ief.mg.gov.br/noticias/3306-nova-categoria/1754-parque-estadual-do-pico-do-itambe-, acesso em 25/03/14.

de inserção do PEPI em articulação com as unidades de conservação mais próximas, o que configura um conjunto expressivo para a proteção da biodiversidade local.

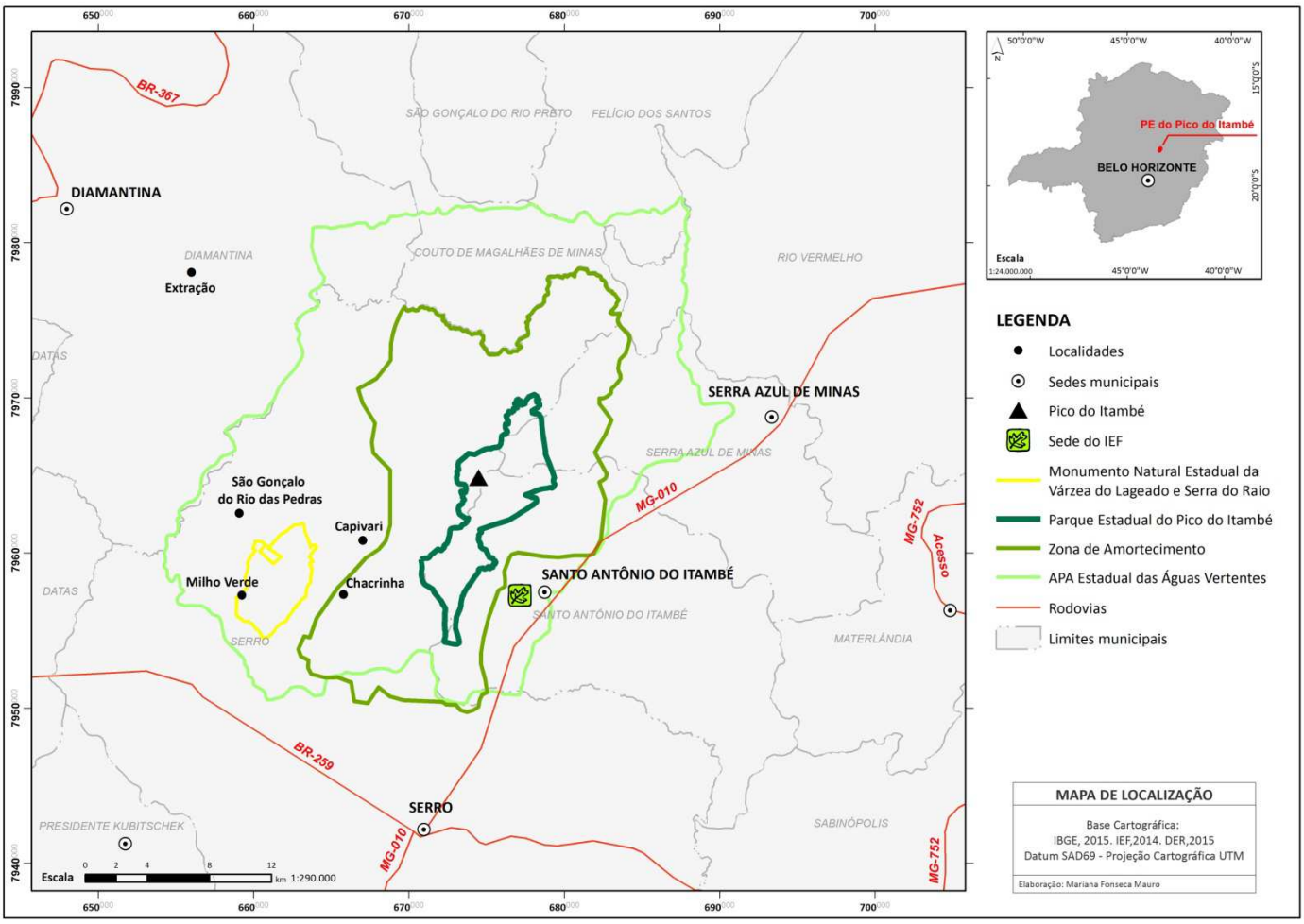

Figura 4: Área de inserção do Parque Estadual do Pico do Itambé e UCs próximas.

O Pico do Itambé, no interior do PEPI, é ainda entendido como estratégico para o monitoramento da região, de onde é possível avistar outras UCs que compõem o Mosaico Espinhaço, como o Parque Estadual do Rio Preto, o Parque Estadual do Biribiri, o Monumento Natural Estadual Várzea do Lajeado e Serra do Raio e a APA Estadual das Águas Vertentes.

Ainda com relação ao processo de implementação do PEPI, é importante ressaltar que a criação desta UC desencadeou alguns impactos sociais importantes sobre o modo de vida da população local, que tem a sua subsistência dependente da produção e comercialização de produtos agropecuários.

À época da elaboração do Plano de Manejo viviam na área do Parque aproximadamente 20 famílias, cujo modo de vida estava associado à agricultura familiar, pecuária e venda de produtos caseiros, como queijo, cachaça e farinha de

mandioca. Famílias do entorno também viviam do garimpo de ouro e diamante em lavras na região do parque, e da extração vegetal de orquídeas, sempre-vivas, bromélias, e do corte de madeira da candeia para produção de lenha e carvão. Porém, a proibição de atividades extrativas, da pesca, caça de animais silvestres e a abertura de pastagens com queimadas desencadearam um processo conflituoso entre a gestão do PEPI e os moradores locais (STCP, 2004, p. 12-13).

A população afetada com a criação do parque soma cerca de 29.190 habitantes, conforme dados do Censo Demográfico de 2010, sendo que o município mais populoso é o Serro, com mais de 20 mil habitantes, seguido de Santo Antônio do Itambé e Serra Azul de Minas, com menos de 4,5 mil habitantes cada um. Vem sendo também observada uma tendência de diminuição da população residente no Serro e em Santo Antônio do Itambé, desde 2000. E a projeção do IBGE para 2014 é de uma população total de 29.100 habitantes na região pesquisada, conforme sistematizado no Quadro 1.

Quadro 1: População residente na área de influência do PEPI, por município (1991 a 2014)

Municípios	**População residente**			
	1991	2000	2010	2014*
Santo Antônio do Itambé	4.447	4.588	4.135	4.067
Serra Azul de Minas	3.874	4.197	4.220	4.224
Serro	19.341	21.012	20.835	20.809
Total	27.662	29.797	29.190	29.100

Fonte: STCP, 2004; Censo IBGE 2010; e *estimativa IBGE 2014.

Entre os municípios estudados, aproximadamente 51% da população vive na zona rural e 49% na área urbana, sendo que a maior parte da população é composta pelo sexo masculino (STCP, 2004; IBGE, 2010).

Em relação aos serviços públicos de esgotamento sanitário e coleta de lixo nas residências dos municípios situados na área de influência do parque, cerca de 30% dos domicílios possuem rede de esgoto. Além disso, apenas 27% são atendidos por coleta de lixo. Quanto à taxa de alfabetização, aproximadamente 75% da população total é alfabetizada, sendo que no Serro este contingente representa 76%, em Santo Antônio do Itambé 73% e, em Serra Azul de Minas, 70% da população (STCP, 2004).

O atendimento de saúde nos municípios é realizado por um total de 23 unidades de saúde, entre públicas e particulares, representadas por um hospital, no município do

Serro, 11 Unidades Básicas de Saúde e 14 equipes do Programa de Saúde da Família. Segundo informações do Departamento de Atenção Básica, do Ministério da Saúde, o Programa de Saúde da Família atende a 100% da população em cada um dos três municípios estudados (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2014).

A economia da região é baseada nas atividades primárias, de agropecuária e extrativismo. O município do Serro representa o pólo econômico local, onde se concentram as atividades do terceiro setor, de comércio e serviços. Não há atividades industriais representativas na região e, a principal fonte de arrecadação dos municípios é o Fundo de Participação Municipal (FPM), imposto repassado pelo Governo Federal. Essa situação revela acondição de vulnerabilidade socioeconômica da região, observada também em outros locais do Alto Jequitinhonha, que dependem da disponibilidade de recursos naturais e de programas de assistência governamentais (STCP, 2004).

Nesse contexto, conforme expresso no Plano de Manejo do PEPI (STCP, 2004), a criação do parque foi entendida, na perspectiva da administração municipal, como positiva. Isto porque, além das razões de ordem ambiental, este movimento foi apoiado pelas prefeituras, que passaram a receber o repasse estadual do ICMS Ecológico, referente à área total protegida que abrigam, conforme as Leis Estaduais nº 13.803/00 e n.º 18.030/09[42].

Também segundo o documento consultado, na perspectiva dos atores sociais locais, a criação do PEPI foi também percebida como favorável às suas vidas, uma vez que estes já se preocupavam com o estado de conservação do Pico do Itambé e arredores, principalmente devido à presença de inúmeras nascentes que abastecem o seu entorno. Porém, esse documento já indica que alguns entrevistados relataram discordâncias em relação à aprovação da criação do Parque, por parte dos moradores locais.

Na época da elaboração do Plano de Manejo (de 2003 a 2005), foram realizadas entrevistas nos núcleos populacionais mais populosos do entorno do parque: Capivari, no município do Serro; Gameleira e Tamanduá, em Serra Azul de Minas; além do núcleo de habitantes da rua “Belos Montes”, na sede municipal de Santo Antônio do Itambé, os residentes mais próximos da sede do parque. A estimativa é de que 75

[42] Inicialmente a lei n.º 12.040/95 foi criada para redefinir os critérios de distribuição do ICMS, conhecida como “Lei Robin Hood”. Esta foi revogada pela Leinº. 13.803/00, que está em vigore foi aprimorada pela Lei n.º 18.030/09. Fonte: http://www.meioambiente.mg.gov.br/icms-ecologico; http://www.icmsecologico.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=72&Itemid=77, acesso em 25/03/14.

moradores residiam nos limites da UC, há mais de uma geração. Sendo assim, fica evidente, também pelo Plano de Manejo, o forte "laço" que estabeleceram com a terra. Vale destacar que o uso e ocupação de terras tradicionais da região do alto Jequitinhonha se caracterizam pelo "complexo grota-chapada". Este representa a forma de cultivo de alimentos nas grotas, próximo aos cursos d'água, e a utilização das terras das chapadas para soltura do gado, coleta de frutos, raízes, sementes e cata de lenha. Isto era realizado pelas famílias, de forma coletiva (GOZA *et al.*, 1988; RIBEIRO *et al.*, 1998, *apud* STCP, 2004). Conforme os levantamentos anteriormente mencionados, a relação de uso e ocupação da terra, descrita pelo complexo grota-chapada, "ultrapassa a esfera geográfica e é percebida na constituição das relações sociais e econômicas" (2004, p.42). E, a respeito da relação estabelecida pelas populações locais da região do Alto Jequitinhonha com o território, o núcleo populacional "faz a articulação da noção de espaço, relações de descendência, história e consequentemente, de uso e ocupação do solo e dos recursos naturais" RIBEIRO (*et al*. 2002a, *apud* STCP, 2004).

Ainda com relação às entrevistas realizadas para a elaboração do Plano de Manejo do PEPI, foi possível verificar que os principais problemas enfrentados pelos moradores das localidades do entorno do parque são: as más condições de deslocamento, a falta de empregos formais e as precárias condições da terra para plantio. Além disso, os antigos moradores do interior e entorno do parque não parecem compreender algumas normas relativas à implantação desta UC. Na realização da oficina de criação do parque com a população local, houve ainda a demonstração de preocupação dos moradores com a continuidade das atividades econômicas e do modo de vida tradicional. A restrição ao uso da terra, as proibições em relação à extração vegetal e mineral e a impossibilidade de compatibilizar a moradia com as estratégias de conservação ambiental foram os principais pontos mencionados pelos interlocutores locais como causadores de inseguranças[43].

A leitura e análise das entrevistas realizadas para a elaboração do Plano de Manejo demostram a forte relação da população local com a região, que representa sua fonte de subsistência. Os próprios moradores locais sugerem a existência de uma forte "conexão" entre eles e o território onde foi implantado o PEPI, sendo inclusive

[43] Tais restrições decorreram do fato de ser o Parque uma área protegida de uso indireto dos recursos naturais, o que pode ser fonte da insegurança e conflitos entre a gestão e a população local.

destacado no Plano de Manejo o sentido de pertencimento de alguns grupos sociais, aspecto aprofundado durante a realização da pesquisa de campo.

Assim, a partir desta breve descrição, é possível perceber a complexidade nas relações sociais envolvidas no contexto do PEPI. É importante ressaltar que o Plano de Manejo ainda não foi atualizado. E que, com exceção da temática do turismo, não foram encontradas outras pesquisas sociais publicadas sobre o parque e seu entorno, o que dificulta a análise qualificada sobre o processo.

Desse modo, a pesquisa de campo constitui um importante passo para a investigação sobre a relação desenvolvida entre a população local e a gestão da UC, sobe a atuação de seu Conselho Consultivo na representação dos interesses locais e sobre a interpretação do sentido de pertencimento da população local com relação à área em questão.

6. Territorialidades sobrepostas: o olhar local sobre o Parque Estadual do Pico do Itambé

Para compreender de que maneira as territorialidades e o sentido de pertencimento ao território influenciam o olhar sobre o Parque Estadual do Pico do Itambé, pela perspectiva local, serão apresentados e debatidos, a seguir, os resultados da pesquisa de campo.

Conforme descrito no capítulo de metodologia, as entrevistas foram realizadas com seis moradores locais selecionados e com a gestora do PEPI, de acordo com os roteiros de entrevista apresentados no Apêndice 3. Para os moradores locais foi utilizado um roteiro de entrevista mais aberto, utilizando a técnica da história de vida. Assim, as perguntas desenvolvidas a partir de uma questão orientadora inicial buscaram extrair destes as memórias da vida na localidade desde sua infância, ou seja, antes de ser criado o PEPI. E, em um segundo momento, abordando as possíveis transformações na vida local, a partir da criação dessa área protegida, quais foram as principais mudanças sentidas no modo de vida e se houve algum conflito gerado a partir dessa nova situação. Para a gestora pública, a entrevista girou em torno de informações gerais sobre o trabalho de gestão da UC, e mais especificamente sobre a relação entre o parque e a população local.

Para a construção da análise proposta, conforme também descrito no capítulo de metodologia e, mais profundamente no item 4.3, as informações obtidas em campo foram divididas em dois blocos de análise, sendo que o primeiro interpretou as informações fornecidas pelos moradores locais e o segundo pela gestora do PEPI. Os temas discutidos pelos moradores locais foram organizados com base nos três eixos discutidos por Zaoual (2008), visando interpretar a dinâmica social estabelecida no território. Tais categorias são representadas pelas mencionadas “caixas”, sejam elas: a “caixa conceitual”, que envolve o conhecimento teórico e prático local; a “caixa preta”, envolvendo as crenças e costumes locais; e a “caixa de ferramentas”, que abrange as técnicas o modo de agir local. Por fim, foi também analisado o depoimento da gestora do parque em relação ao processo de criação da UC, e a relação entre a interlocução da gestão e a população local. Nesse caso, a análise realizada girou em torno da gestão dos diferentes interesses sobre o mesmo território, envolvendo as demandas locais de uso e ocupação do solo e sua interface com os objetivos de criação da UC.

A análise apresentada se baseou assim nas categorias anteriormente descritas e está detalhada a seguir. Com as entrevistas realizadas, buscou-se interpretar as territorialidades e o sentido de pertencimento da população local em relação ao território onde foi criado o PEPI. A partir de então, procurou-se compreender as transformações nas territorialidades com a criação do parque. Além disso, se pretendeu investigar se o processo de gestão da UC considera, de alguma forma, as territorialidades locais e a relação simbólica de pertencimento ao território.

As entrevistas analisadas a seguir foram realizadas em Capivari e Chacrinha, localidades que pertencem ao município de Serro, e em Santo Antônio do Itambé. De acordo com os dados do Plano de Manejo do PEPI, complementado pelas informações de campo, o distrito de Capivari possui uma população estimada de 800 habitantes e 100 residências, sendo que aproximadamente 40 destas estão localizadas no "centro" da localidade e as demais na zona rural. No "centro de Capivari as habitações possuem abastecimento de água, proveniente de nascentes de córregos locais, e de energia elétrica, vinda do município do Serro. Porém, nas habitações da zona rural não há energia elétrica e a água é bombeada de nascentes d'água. Não há rede de esgoto local, sendo assim, as residências possuem apenas fossas sépticas. O lixo produzido pela população é geralmente queimado, mas há coleta realizada pela prefeitura uma vez por mês. O atendimento à saúde é realizado em Milho Verde (distrito próximo), ou mesmo nas sedes municipais de Serro e Diamantina. Em Capivari há uma escola municipal que atende aos alunos até o quinto ano e, a partir deste, é necessário o deslocamento para Milho Verde. Há alguns estabelecimentos comerciais que vendem produtos regionais, mas a população local vive, principalmente, da agricultura e da extração vegetal.

O povoado de Chacrinha fica próximo a Capivari e envolve apenas cerca de 10 moradias, além de uma igreja evangélica. O povoado possui uma ligação socioeconômica com o distrito de Capivari, para onde os moradores precisam se deslocar para ter acesso à escola e ao comércio. Os habitantes do povoado são de uma mesma família e sobrevivem de agricultura e criação de algumas cabeças de gado.

A entrevista realizada em Santo Antônio do Itambé foi realizada com um antigo morador de Capivari que foi desapropriado e indenizado a partir da criação do PEPI e, atualmente, vive em uma das glebas da Fazenda São João, onde foi reassentado. A situação da indenização e reassentamento dos moradores que também possuíam terrenos na área onde foi criado o parque será melhor detalhada ao longo da análise das entrevistas a seguir.

Esse modo de vida local será melhor aprofundado na discussão das “caixas” (ZAOUAL, 2006), a seguir.

6.1. Caixa Conceitual: os conhecimentos dos grupos sociais acumulados por gerações

A caixa conceitual representa os conhecimentos dos grupos sociais, acumulados e passados pelas gerações e, a interpretação de seu conteúdo auxilia na compreensão da relação ancestral estabelecida com o território e de sua organização enquanto grupo social naquele local, o que representa a base para a construção das territorialidades.

No caso estudado, a população local vinha exercendo, há gerações, atividades ligadas à extração vegetal de flores, as chamadas sempre-vivas, para venda e fabricação de artesanato, e de madeira, para produção de lenha e utilização em suas propriedades. A extração de diamantes e sua comercialização também era, no passado, uma das principais fontes de renda das famílias da região. Essa atividade era realizada por meio da técnica do garimpo, que consiste em percorrer os leitos e margens dos córregos da região e, com a ajuda de uma peneira, procurar o diamante no cascalho depositado ao fundo dos rios. Durante a juventude dos atuais pais de família da região, a atividade era executada de forma manual e, mais recentemente, passaram a ser utilizadas bombas no processo, para retirar a água e facilitar a extração do mineral. Contudo, a atividade é considerada ilegal.

As famílias sempre foram em sua maioria formada de agricultores, produzindo em seu terreno grande parte do que era consumido. Alguns pais de família eram também tropeiros, deste modo viajavam a cavalo conduzindo tropas de animais de carga, para vender parte da produção da localidade em outros povoados e nas cidades maiores próximas, sendo Diamantina o pólo da região. Sendo assim, tinham o hábito de comprar os mantimentos que não eram produzidos localmente para abastecer sua localidade.

Portanto, os habitantes que residem no entorno do PEPI, em geral, são “nascidos e criados” na região, há várias gerações. Sempre viveram ali e é daquela terra que tiram o seu sustento. Alguns moradores da região nasceram no alto da serra, nas lapas de pedra, e viviam em propriedades rurais muitas vezes distantes de núcleos povoados. A precariedade das condições de vida local fazia com que tivessem de percorrer longas distâncias para trabalhar, estudar e ter acesso à infraestrutura urbana. Levavam um

modo de vida simples e isto fazia com que os jovens precisassem trabalhar para ajudar em casa, desde cedo.

> É, eu estudava aqui, porque eu trabalhava com o meu pai. E, *pra* ajudar na família dele, sempre eu trabalhei. Até a idade de 18 anos eu trabalhei ajudando o meu pai, no trabalho que fazia de roça, no garimpo, tinha criação de gado. A gente trabalhava assim aqui. E depois, a gente *panhava* sempre-viva também *pra* ajudar, aos poucos. E assim nós fomos levando a nossa vida nesse jeito aqui. (Entrevistado 2).

> Aqui é bem antigo, eu me *alembro* do tempo do meu bisavô. Minha família é nascida e criada aqui, morava minha mãe, eu e sete irmãos. Tanto que eu não estudei, meus filhos não estudaram, nós não tínhamos jeito de estudar. Quando eu fui em Milho Verde, era à pé, indo daqui lá e voltando. Não tinha jeito de estudar, porque a fome não deixava. (Entrevistado 6).

O cotidiano dos moradores locais implicava no trabalho diário e muitas vezes árduo, para a subsistência da família. Desde criança eram habituados ao trabalho no campo, onde exerciam mais de uma atividade, sempre vinculadas à extração e uso dos recursos naturais. Saíam de casa cedo e trabalhavam intensamente em inúmeras atividades.

> Umas partes eram assim, meio difícil, mas *pra* sobreviver era muito bom. Tem um ar tranquilo, não tinha amolação com nada, a gente mexia assim com lavoura, criação de gado, mexia com garimpo. Ah, *pra* mim não tem serviço escolhido não, qualquer serviço está bom. Só não faço o que não sei, mas o que eu sei, qualquer serviço que for eu trabalho. Estou acostumado a trabalhar mais no serviço pesado. Ia trabalhar *pra* lá de Curvelo, perto de Corinto, cortando lenha. Garimpo mesmo, nunca foi coisa maneira, e mexia direto com garimpo. E cortei muita lenha *pra* esse pessoal aí fazer carvão. A gente levava fubá cozido, com toucinho, farinha com leite, *pra* gente comer no meio do mato. Marmita mesmo era difícil. Então, qualquer serviço *pra* mim é serviço. A gente saia lá de cima *pra* aí abaixo, comprava um bocado de bezerro e levava *pra* lá, aí no caso de pouco tempo já tava tudo boi, grande. Aí vendia. Ai eu conseguia pegar tudo de dinheiro e pegava uns bois *pra* poder troca no serviço, fazer despesa. E era assim, parecia até que o pessoal era até mais sadio, porque a gente trabalhava bastante e não sentia quase nada. (Entrevistado 4).

> Quando eu era mais novo, nós mexíamos aqui é fazendo farinha, *panhando* vassoura, *panhando* botão de sempre-viva, fazendo rapadura.... Ficava o dia inteiro sem comer, saía cedinho todo dia, mexia no campo... E a gente andava nu, nem roupa nós não tínhamos. Eu fui criado foi nu, vou esclarecer *pra* você bem, *pra* você ficar bem ciente. Nós não tínhamos roupa pra pôr, muita gente gosta de tapear, né? Mas eu vou contar o que é, era isso. (Entrevistado 6).

As famílias trabalhavam de forma conjunta e os filhos aprendiam com os pais como fazê-lo. Em geral, desenvolviam variadas atividades, conforme a época do ano, de acordo com o que a natureza do lugar a eles propiciava. Sempre plantavam em seu terreno algumas frutas, legumes e cereais para a alimentação da família. Alguns moradores possuíam criação de gado, também para auxiliar em sua subsistência.

> Lá era tudo limpo, tinha cana, braquiária, plantava milho, feijão, mangarito. Vários tipos de planta nós plantávamos de tudo. Então a gente sobrevivia mais de planta lá. Ai tinha criação, de vez em quando matava um boizinho *pra* comer. Tinha um leite *pra* tomar. Fazia um requeijão, vendia *pro* pessoal da roça de lá. Lá tinha muito pasto, muita água. Água pura, água limpa. Tinha um moinho que a gente moía o milho, moía no moinho de pedra. Ai, então favorecia muito, criava um porquinho em casa, era assim. Dava na época de sempre-viva, coletava sempre-viva, vendia. (Entrevistado 4).

> E nós trabalhávamos na roça e o trabalho na roça dava bem *pra* sustentar... É porque todo mundo trabalhava na roça. A gente tinha a produção do nosso braço e tinha a também a compra que meu pai comprava de todos que produziam farinha aqui na comunidade. A gente comprava na mão deles e eu que levava essa mercadoria *pra* vender em Diamantina. (Entrevistado 2).

As peculiaridades da paisagem da região representavam também uma grande dificuldade a ser transposta para o acesso ao meio urbano, envolvendo horas de caminhada pela serra. Por esse motivo, o abastecimento familiar era realizado por intermédio dos tropeiros, que comercializavam suprimentos trazidos de Diamantina e compravam os produtos locais, que eram então levados para venda no mercado da cidade. O que não se produzia no local era para ali trazido pelos tropeiros. Nesse contexto, os tropeiros eram importantes atores sociais locais, pois, nos lugares onde não havia estrada para automóveis e a população era carente, eles tinham a importante função de elo entre o campo e a cidade.

> Levava de tropa, e demorava dois dias. Era uma viagem daqui até Córrego do Melo e depois até Diamantina. Eu vendia no mercado lá. Aqui nunca produziu rapadura, feijão também aqui é pouco. Eram essas coisas que meu pai vendia e trazia de lá: rapadura, feijão, arroz, macarrão e ferramentas. Eu trazia de lá de Diamantina. E levava *pra* lá farinha de mandioca, carne de boi, levava galinha *pra* vender e bananas. Era um meio de uma troca, porque levava um pouco e trazia um pouco de lá. Sempre a gente levava oito ou dez burros, e aí vinha uma pessoa comigo *pra* ajudar né... Postar alguma coisa em cima do animal, carregar, descarregar, e assim que a gente fazia essa viagem. Tinha a cozinha que a gente levava, inclusive, eu tenho a trempe de tropeiro até hoje, a fornalha de ferro. Mas naquele tempo era uma beleza... Porque eram muitos tropeiros, que vinham lá de perto de "Casa de Telha" que é a cidade de Serra Azul hoje. Vinha tropeiro de

> Sabinópolis, sempre eles passavam lá, ultrapassavam por Itambé, conforme a mercadoria que eles traziam. Daqui *pra* Diamantina, tanto eu quanto eles, eram duas marchas. (Entrevistado 2).

> Eu mexia com tropa. A gente ia buscar despesa em São Gonçalo, Milho Verde, a gente fazia cavalgada com o pessoal daqui. Rodava esse lado tudo. Ia daqui *pra* Rio Preto, Jequitinhonha, rodava isso tudo. Lá no Jequitinhonha, trabalhava no garimpo com o pessoal, na Ponte do Acaba Mundo. Inhaí, Senador Mourão, Rio das Cobras, Barra Rica, Mata Fome, *pra* lá de Bocaiúva. É, trabalhei lá, duas horas de viagem de Bocaiúva lá. Morava lá em cima na Serra. Trabalhava em todo canto. Ai eu trabalhava, e o dinheiro que eu arrumava eu trazia e ia esticar. (Entrevistado 4).

Conforme relato dos entrevistados, o garimpo era uma das principais atividades econômicas da região, apesar de ser considerado como uma atividade ilegal[44]. Os moradores da região trabalhavam desde crianças e em condições precárias de trabalho, que exigiam também grande esforço físico.

> Era diamante só, aqui não dá ouro. Ouro é, como a gente diz, ouro é de formação. Não dá ouro não. Diamante era mais atual. O garimpo era nessa região toda. Eu garimpei muito manual, braçal. Tem aquelas gamelas assim, aquilo ali enchia de paiol, desde a minha idade de sete anos, quando eu carregava o caimbezinho desse tamanho, depois que eu fui crescendo e foi aumentado, pegando carumbé, por isso eu tenho esse tampão na cabeça. E fui trabalhando assim com meu pai. Depois que eu casei, ainda trabalhei muito tempo manual, eu tenho os canos aí que puxava a água assim, guardado aí dentro do meu quintal. E depois inventaram as bombas *né*, aí eu fui trabalhar com uma bombinha de 4, aí trabalhei daqui do nosso terreno até no pé do Pico, até lá, com bomba. (Entrevistado 2).

De acordo com os depoimentos obtidos, a atividade garimpeira exigia que os trabalhadores percorressem grandes distâncias em busca dos diamantes e, consequentemente, isso fazia com que conhecessem bem os rios e serras da região.

> Garimpo tinha nos rios todinhos. Tinha garimpo demais ali, porque tinha muito diamante ali. Até na Água Fria. Eu já trabalhei lá *pra* cima da mata, lá em cima, um lugar chamado Água Fria. A mata termina lá, da Água Fria *pra* baixo ali tudo é mata. Conheço ali tudo... Água Fria, Quem-Quem, Pindaíba, Mata do Isidoro, Lagoa do Sapo, Serra Grande, Lapa do Chuchu, tudo... Eu rodava ali tudo. (Entrevistado 4).

> Porque o garimpo por toda vida foi fraco. Eu garimpava era nessa região. Algumas vezes trabalhava aqui, mas nós trabalhávamos mais

---

[44] Esta forma de exploração mineral ainda existe até os dias atuais, mas entrou em decadência há algumas décadas na região. Os diamantes de aluvião, aqueles encontrados no leito dos rios, junto ao cascalho e depositados nas margens, já haviam sido extraídos. Atualmente, ainda há diamantes na região, mas sua exploração demanda a utilização de maquinário para bombear a água dos rios nas encostas para tentar encontrá-los.

> no terreno de meu pai. Mas depois, vou dizer bem a verdade, o garimpo foi *afracassando*... Não foi agora. O fracasso *pra* mim, pelo meu conhecimento, já é de antes. E o pessoal da roça foi mudando, alguns *pro* Paraná, eles foram arranjando serviço e vivendo por lá, e assim foi *afracassando* a comunidade. Eu não tinha mais como sair, porque a família é muito grande. *Pra* eu sair *pra* lá, precisava ter um emprego. Eu abandonei o meu ótimo emprego e vim trabalhar *pra* aqui, e não deu mais *pra* eu sair. Eu sou um dos mais velhos daqui, e fiquei ainda trabalhando na roça até criar a minha família. E criei também na roça, no garimpo e mexendo com a criação de gado, carro de boi e madeiras. Eu também trabalhei muito vendendo candeia. (Entrevistado 2).

Os moradores que viviam na parte mais alta da serra (onde predomina o cerrado e o campo rupestre) obtinham sua renda principalmente do garimpo de diamantes e da coleta de sempre-vivas. A coleta destas flores era uma atividade que também fazia com que os entrevistados tivessem de percorrer grandes distâncias, assim permaneciam fora de casa durante todo o período da coleta, dormindo nas lapas de pedra, pela serra.

> Porque, naquela época, eu *panhava* campina também *né*. E a gente, *pra* transportar *pra* cá, era no lombo do animal, porque não tem estrada, só era no lombo do animal, andando até cabeceira lá do rio Preto, que hoje é o Parque do Rio Preto. Eu conheço tudo qual for *brocotozinho* de serra lá eu conheço. Eu ficava lá meses inteiros *panhando* campina. Ficava nas lapas *né*? Saía das lapas, e quando a campina daqui acabava, mudava *pra* outras lapas. Naquela época, a gente podia *panhar* à vontade, então a gente *panhava* muita sempre-viva, trazia muita sempre-viva, quilos de sempre-viva. Vendia, trazia *pra* aqui, e o comprador vinha de Diamantina, e comprava aqui. E a gente vendia *pra* Datas também. E era nessa região toda, não era só aqui não, então *panhava* daqui, lá perto de Milho Verde, perto de São Gonçalo, esses lugares que tem comércio mais perto. Lá já quase na virada do Itambé... A gente *panhava* sempre-viva nesses lugares todos, lá *pro* Pico, dava muita sempre-viva. (Entrevistado 2).

De acordo com os relatos, a região da “Chapada do Couto”, conhecida como “Chapada” era um dos principais pontos de coleta de sempre-vivas, distando 3 dias de caminhada a partir das localidades estudadas. Na época da coleta se reuniam diversos moradores da região, oriundos de diferentes povoados com este objetivo e estes se estabeleciam na serra com uma estrutura mínima para ali permanecer por um período aproximado de um a três meses, trabalhando durante todo o dia.

> Olha, aquilo ali, a Chapada ali, quase tudo, conheço aquelas área ali quase tudo. Já rodei aquilo tudo. Tinha gente de Diamantina, daqui, de todo lado. Se reuniam lá na época *pra* catar sempre-viva, a gente levava e punha a venda *pra* vender as coisas. Tudo quanto você jogava lá tinha venda. Tudo. Vendendo, uns compravam sempre-viva lá mesmo... Aí era muito divertido. (Entrevistado 4).

O conhecimento relacionado à coleta de sempre-vivas era repassado “de pai para filho”, por gerações, a respeito da época certa para a coleta, a forma de extrair as flores do solo, o período de florada de cada espécie e a época de queimada, para que novas plantas pudessem se desenvolver.

> Aprende de pai *pra* filho, porque sempre tem uma parte dela que ela dá em janeiro, a flor de janeiro, essa a gente faz a primeira *panha*. Ela acaba em princípio de fevereiro. E a outra começa a crescer de março *pra* abril. A gente faz a colheita de março a abril, até maio. Até maio é a colheita da outra, segunda, da outra que é diferente da de janeiro. Então são duas *panhas* que tem a sempre-viva. No final do ano já não tem mais campina. Se é tempo de *panhar*, todo mundo *panhou*, então não tem mais campina *pra panhar*. Agora tem que esperar no próximo janeiro que vem. E se não cuidar dela, não *pôr* fogo na época certa não dá. Parece que queima, mas ela brota toda, e aqueles pés que tem, ficam por ali, não morrem não. Na época certa, porque se for pôr naquele *solão* perigoso, aí queima a raiz dela, não é? (Entrevistado 2).

Os moradores locais que trabalhavam com a coleta de sempre-vivas no campo executavam uma forma de manejo dessas espécies com a utilização de fogo. Colocavam o fogo no campo para que o capim queimasse e as flores brotassem com maior facilidade e, de acordo com os depoimentos obtidos, acreditavam que assim poderiam melhorar a produção. Mas, segundo eles, os cuidados necessários eram tomados para que o campo queimasse apenas no período mais adequado do ano, depois da seca, para que o fogo não se espalhasse, gerando riscos a toda a vegetação.

> E naquela época tinha muita campina mas, na verdade, a campina vai acabando, porque os *panhadores* de campina... Aquela palavra que eu falei, a ambição... O ser humano é *ambicioneiro*! Porque no campo de campina, eles não vão *panhar* com calma e, *pra panhar* muita, arranca a raiz dela, pisa em cima. Eu fiz isso, pode falar que eu fiz, não vou falar mentira em canto nenhum. Com a pressa, eu pisava na raiz dela e arrancava. A memória não dava *pra* pensar que aquilo era um prejuízo, *pra* mim mesmo e *pra* outros que viessem depois de mim, eu fazia. Aí foi acabando com a campina. Agora, também, a campina precisa que queima *pra* ela sair, porque se o capim sufocar ela, não dá não. Naqueles tempos em que eu *panhava* campina era assim: a campina, naquele lugar que tinha muito capim alto, não tinha ela. Você vê assim, um botãozinho que vai, porque ela não progredia, o capim sufoca ela. Agora, naquele lugar em que os *panhadores* naquela época punham fogo, na época certa, aí você achava que tava gelado... Só ela! Dava prazer de *panhar*. De maneira que a campina é desse jeito. (Entrevistado 2).

Segundo o entendimento local, a existência do parque não parece ter sido, diretamente, inibidora da atividade garimpeira, uma vez que essa já era pouco rentável para a população local, de acordo com os depoimentos obtidos.

> Se eu fiz direito, fui eu, se eu fiz errado, fui eu. Porque, muitas vezes, "óh você vai ser agredido, porque você fez errado aqui". Mas não tem importância, porque se eu já fiz, já fiz mesmo. Eu não vou falar que eu não fiz. É meu, meu trabalho. E aquilo não dava sustento grande, mas dava *pra* equilibrar. Mas agora eu não quero mais saber de garimpo. Nem falo em garimpo aqui, eu não falo não. (Entrevistado 2).

Embora os entrevistados tenham alguma noção dos problemas causados pelo desmatamento, após a criação do Parque continuavam a exercer as atividades às quais estavam habituados, como o garimpo e a extração vegetal, por não ter outra opção de vida na região. Anteriormente à criação do PEPI, a fiscalização na região era inexpressiva. Sendo assim, os habitantes locais entendiam ser ainda possível continuar a utilizando a terra e os recursos naturais da mesma forma que seus ancestrais, para sua sobrevivência.

> E hoje, que a gente fala, a *lei do IEF*, é muito bom *pra* proteger os matos. Agora, *pra* campina, sufoca um pouco a campina, não tem jeito. Acaba acabando um pouco a campina. A gente fez uma experiência ali, de um pouquinho que a gente plantou, no lugar em que a gente colheu, ela rendeu um pouco. Rendeu mais porque a gente arranca o mato, capina e tal, mas só que tem que, a campina, ela tem o lugar certo dela dar. Ela não dá em qualquer lugar não. Ela só dá na região que é dela, aí ela dá, mas se você tirar daqui e plantar na região que não é dela... Pode ser *né*, eu não conheço, acho que não dá não. (Entrevistado 2).

> Porque, de primeiro, a gente vivia assim, tirava uma candeia, porque não tinha jeito da gente viver *né*? Tirava uma candeia, dividia, *pra* comprar qualquer coisinha *pra* dentro de casa. Mas depois do Parque ninguém tirou mais, o mato está tudo conservado. Olha lá *pra* você ver, onde está essa *mataiada* tudo é meu. Aquela serra é lá dentro do terreno nosso. Eu divido até naquela braquiária lá. (Entrevistado 1).

Mesmo depois da criação do Parque, a agricultura continua a ser a principal base de subsistência dos moradores locais. Ainda que seja uma produção em escala limitada, todos plantam em seus quintais.

Já no caso dos moradores que tiveram de deixar seu terreno no alto da serra e que foram realocados devido à criação do PEPI, estes encontram dificuldades para seguir com a atividade agrícola. O terreno oferecido pelo IEF para reassentamento possui más condições do solo e falta de água, o que gera insegurança e dificuldade em relação à continuidade do trabalho agrícola. Além disso, a renda das famílias não é suficiente para a compra de todos os suprimentos necessários para a sua subsistência.

> Aí eu planto milho, mandioca, feijão, horta... Tem umas criaçõezinhas. *Pra* ficar na terra a gente tem que desfrutar, se não desfrutar, como a gente vai sobreviver aqui em cima dela? E ai a gente

> tem que pagar um imposto dela ali, e ela fica ali à toa, sem desfrutar nada dela. Ai não adianta. A terra tem que desfrutar alguma coisa. Agora mesmo eu fui na rua, no escritório da EMATER, eu paguei lá, ele que vai vir arar *pra* mim ai, 210 reais. Seis horas. Pior que tem muito cupim, a gente tem que plantar com adubo, se não a planta não sai. Não dá, os cupins estragam muito. Olha lá como tem, é cupim puro. Olha, ali na casa do meu pai ali, é ele puro. Então, o solo é fraco. O solo que não tiver minhoca ele é fraco. A terra que é forte tem minhoca. É porque a minhoca que faz fortuna no solo. (Entrevistado 4).

Apesar de haver uma produção de eucalipto em pequena escala e de alguns moradores cultivarem pasto para a criação de gado, os entrevistados mais antigos têm consciência dos impactos negativos que essas duas atividades tendem a causar para a qualidade da água, do solo e também para a conservação da biodiversidade.

> Só uma coisa que eu sou contrário, mas sou mesmo, em qualquer parte do mundo a gente é aquilo, não tem jeito de mudar. Não sou a favor de eucalipto e não sou a favor de braquiária, das duas coisas. Não sou a favor, pode falar, que tem uma quantidade de eucalipto lá que dá dinheiro, *pra* mim não é vantagem.

> Eu tava com sessenta anos, eu pagava um sindicato em Diamantina. E aí fui fazer meus papéis *pra* aposentar, falei tudo o que eu plantava, tudo direitinho. E aí, ele falou: “você planta braquiária?” Eu falei assim: “eu não planto não.” Ah, ele falou assim: “mas se você plantasse braquiária, você era”... Como que fala? “Agricultor”. Ele falou comigo! “Eu podia colocar aqui que o senhor era agricultor”. Eu nunca ouvi falar que braquiária é trabalho de agricultor! Num entendo isso não. Só não falaram de eucalipto, *né*. Mas a braquiária eu recusei. Acabou que fiz minhas papeladas, ficou tudo perdido e não valeu nada. Aí eu tive de aposentar e me aposentei pelas minhas roças que eu faço. Plantava milho, mandioca, cana, eu plantei. Agora, eu só tenho mandioca, lá eu tenho, é pouquinha, porque a minha idade está avançada, mas eu não posso plantar lá, aí sabe onde eu estou plantando? No quintal da minha mãe. Posso ir lá arrancar mandioca, boa qualidade, mansa, eu tenho plantado. (Entrevistado 2).

Existe também a percepção por parte dos entrevistados de que vem ocorrendo uma importante situação de degradação ambiental na região. Eles identificam que, no passado, a água, a vegetação e a fauna associada eram mais abundantes. Ainda, fazem a relação entre a necessidade de conservação da natureza e alguns dos motivos pelos quais o parque foi criado, entre os quais, a proteção das nascentes de água da região do Pico do Itambé. Porém, não compreendem bem a impossibilidade de continuar exercendo as atividades de agricultura, a pecuária e a extração vegetal no local.

> A Mata dos Crioulos, nós *atravessava* a Mata dos Crioulos *pra* ir *pra* lá. Mas antigamente era mata, hoje acabou. Hoje você vê mais é samambaia, virou tudo carrasco, mas ali era mata mesmo. Você

> olhava assim, começava de lá até subir a Bica d'Água ali, era mata pura. Depois o povo foi tocando fogo, foi roçando, acabou. Sempre-viva era no alto, na Chapada. Na mata ali, mexia só com planta. Depois pegaram e começaram a mexer com os pastos, isso foi de uns anos *pra* cá. Lá os pastos eram só nativos, antes era planta mesmo, só mexia com lavoura, não mexia com pastagem não. É só meloso, que tinha ainda aqui perto. Não existia braquiária antes. Aí foi vender, comprou e foi desmatando, foi plantando, foi acabando com as nascentes, tanto que a água aqui ficou pouca. Aqui teve uma vez que não tava tendo água nem para as casas. Aqui o fazendeiro mesmo, teve uma vez ele procurar água no jerico lá no rio mesmo *pra* tratar da criação, que não tinha *pra* criação tomar. Acabaram com as nascentes da água tudo. Pegou *pra* muitos, agora eles sabem que fogo acaba com água, na verdade acaba, mas acontece o seguinte, uma coisa que eles estudaram, que puxa água demais, que acaba água, é braquiária e o eucalipto. Eu falo que eu já tirei teste por isso. É, já tirei teste. Já plantei braquiária numa área aqui que era brejo, era tipo um alagado. E num espaço de dois anos, lá estava poeira. Ressecou até o solo. É, o eucalipto também, a mesma coisa, onde você planta eucalipto, puxa água. Ai, vindo lá de cima da serra de onde nós morávamos, você olhava essas áreas descendo aqui *pra* baixo por dentro do Cipó, Água Limpa, *pro* lado de Serro, era mata pura, pura mata. Ai o povo foi foram desmatando, desmatando, desmatando. Tanto que não tem mais mata, só de certa altura *pra* cima, *pra* baixo você só vê mais é braquiária. (Entrevistado 4).

Em relação ao estado atual de conservação da natureza na região, os entrevistados percebem que a proteção da vegetação e a qualidade da água vêm melhorando a partir da criação do PEPI. E compreendem que isso vem ocorrendo tanto pela fiscalização quanto pelo processo de sensibilização da população local em relação à necessidade de proteção ambiental. No entanto, ainda não consideram que se chegou a um "estágio ideal" de conservação, pois há aqueles que desrespeitam as leis ambientais.

> Eu tenho parte de uma terra lá que está dividindo quase com o Parque. Mas eu to gostando, porque lá, *óh*, nessa área tem cada pau dessa grossura e de vez em quando o povo passava lá e tacava fogo. Depois que meu marido tomou conta lá, ninguém mais tacou fogo. Virou uma mata, uma mata bonita. (Entrevistado 1).

> Aí, de primeiro, antigamente, o povo caçava muito também. Não tinha esse negócio de preservação igual era hoje. Então todo o povo caçava. Ai eles matavam ali uma paca, um veado, um tatu. Tinha muito porco do mato, quati. Brotava na roça da gente, se a gente não fosse e matasse um bocado deles, eles acabavam com tudo. Mas aquilo comia, que derrotava! Vivia ali nessa serra, direto. Tinha uma hora que você vinha andando assim na estrada de tropeiro, aí passava aquelas manadas deles descendo a estrada. Mas ai foi indo e foi indo, os caçadores aumentaram muito, ai acaba é quase ficando em extinção. Porque está acabando mesmo. Ai depois que entrou a preservação, ai já aumentou bem, mas só que ainda tem os caçadores aí que matam. (Entrevistado 4).

Portanto, a criação do PEPI na região habitada por populações que possuem uma base primária de subsistência, ligada à agricultura, pecuária, extração mineral e vegetal, causou uma grande transformação em relação à forma de uso tradicional do território, que vinha sendo estabelecida há gerações, segundo a sua percepção. A perda da autonomia sobre o território, devido às mudanças impostas ao modo tradicional de vida local, em função da criação do parque, parece assim ter colocado em questão os modos de vida e a própria sobrevivência dessa população, que possui uma relação de dependência orgânica com o lugar que habita. Sendo assim, as restrições impostas em relação aos usos da natureza parecem influenciar a percepção desses sobre a criação da UC, que tende a ser interpretada como um problema, por mais que alguns efeitos positivos sejam também reconhecidos.

6.2. Caixa Preta: quais são os elementos simbólicos relativos aos grupos sociais?

A caixa preta envolve os elementos simbólicos relativos aos atores e grupos sociais, tais como os mitos, ritos, crenças e valores. Traduzindo para a realidade estudada, são analisados neste item a relação simbólica da população local com a natureza, com a terra, com a serra onde vivem ou viviam e o sentido de pertencimento ao local. Este, muitas vezes pode ser expresso por meio da vontade dos entrevistados de permanecer no lugar em que nasceram e cresceram, e de não aceitar a ideia de se mudar, ou mesmo pelo saudosismo relacionado à rotina na lida com a terra. Assim, na caixa preta estão também expressos os valores de família, os vínculos, o trabalho com a terra, o apreço pelo sossego, a religiosidade e as crenças.

A relação simbólica da população local com o território onde vive tende a ser expressa, principalmente, por meio da sua relação com a terra, com a natureza e com o próprio grupo social. Os moradores da serra possuem forte ligação com a região que habitam, conhecendo-a profundamente. E, principalmente os mais antigos, pensam em continuar vivendo onde nasceram. Este sentimento em relação ao seu local de origem está na base de construção das subjetividades dos entrevistados com relação à região e representa o alicerce da constituição das territorialidades locais.

> Conheço tudo aqui. Tudo, todos os trilhos aí, eu conheço. Daqui *pra* Diamantina, *pra* Serro, *pra* Itambé, tudo eu conheço, esses lugar tudo aí, toda essa serra, daqui até lá na cabeceira do rio Preto, conheço tudo. (Entrevistado 2).

A vontade de permanecer no local onde nasceram e a ligação afetiva que possuem com esse local demonstram o forte sentido de pertencimento dos entrevistados em relação ao lugar no qual foram criados e onde escolheram viver as suas vidas. Atribuem à permanência no local um fator importante de sentido a sua própria existência.

> Se eu fosse mudar, eu tinha vontade de mudar é lá *pro* Serro, mas meu marido não gosta, ele fala: "o quê que você vai 'caçar' no Serro?". Mas eu não acostumo lá não. Eu falo mais é brincando, porque se fosse *pra* mudar daqui, eu não mudava não! Aqui eu fui nascida e criada, já estou com 72 anos e estou aqui até hoje... Sair daqui *pra* quê? (Entrevistado 1).

> Construí a casa e fiquei aqui até hoje. E, se Deus quiser, peço que eu fique aqui até o final da vida, porque eu gosto daqui. Até muita gente fala que o lugar não é bonito, como de fato bonito não é, mas esse lugar aqui é bom demais. Esse lugar aqui é muito sossegado mesmo. Apesar de que todo lugar tem uma diferençazinha, não é? Mas a gente vive bem. Graças a Deus, eu não tenho um inimigo. Todo mundo que você perguntar, da barra à cabeceira, aqui, todo mundo, nós somos amigos. Isso *pra* mim é uma felicidade, não é? Por isso é que eu gosto daqui. E também, a natureza aqui, calma, a paisagem, muito boa, não é? E isso é que é a vida da gente aqui. (Entrevistado 2).

Os moradores da região possuem uma forte ligação com a terra, com a serra, e com o seu lugar de origem. Têm o hábito de cultivar a terra e de cuidar de sua plantação e de seus animais (e por esta razão atribuem grande importância a estas atividades), e daí extraem boa parte da alimentação para as suas famílias. Além disso, têm necessidade de fazê-lo, pois a renda que possuem não é suficiente para adquirirem ou assegurar tudo o que a família precisa.

> Eu tenho muita vontade de plantar árvores. *Pra* lá é abacate, laranja. Foi meu marido que plantou. É muito bom, é muito bonito. Umas árvores bonitas, uns arvoredos bonitos. Do que adianta ter uma casa que não tem nenhum mato, nenhum nada? Eu gosto de ir *pra* casa aguar as plantas, o pé de chuchu... Eu gosto. Eu vou lá embaixo e fico doida. Os meninos sempre falam: "Mãe fica aí. O que essa mulher foi fazer lá em cima, meu Deus, todo dia de noite, ái meu Deus". Mas eu gosto de dormir aqui. Aqui estou sossegada. São só esses trem que você está vendo. Eles falam *pra* eu me mudar *pra* São Gonçalo, mas não mudo, por causa da minha criação[45]. (Entrevistado 1).

O forte vínculo com o local está claro nas entrevistas dos moradores mais antigos, que revelam não ter quaisquer motivos para deixar o local onde vivem. O sentimento de

---

[45] A entrevistada se refere a sua criação de gado.

pertencimento àquela região é ressaltado por meio de diversos depoimentos, seja quando se referem ao desejo de ali permanecer, ou quando afirmam não ter necessidade e/ou perspectiva de viver em outro local.

> Quero ficar aqui até quando Deus me quiser nessa Terra. Quando Deus não me quiser mais, eu vou *pra* lá, se Deus quiser. Eu tenho *pra*zer de morar aqui. O que eu mais gosto daqui é da liberdade, aqui é um lugar de muita liberdade. Um lugar que a gente tem aquela calma, aquele sossego total, ninguém oprime a gente, né, você pode ir *pra* ali, conversar com quem você quiser. A amizade que tem aqui *pra* mim é a maior coisa que eu tenho, a amizade. E aqui o que mais eu gosto é a natureza bonita, e a amizade é o que mais me prende aqui, porque eu não acho em outro lugar, em canto nenhum, igual esse aqui. *Pra* mim não, pode ter *pra* outro, mas aqui é o meu lugar. (Entrevistado 2).

Contudo, ficou claro que a partir da criação do PEPI, os moradores entrevistados passaram a não frequentar mais a região da Serra que virou Parque. Respeitam os limites da UC e visitam apenas a sede do Parque, em momentos comemorativos.

> Nem passo mais por ái, num passo não, custo muito a ir. Eu fui lá na fazenda, lá em Santo Antônio do Itambé, um dia que teve uma festa lá. (Entrevistado 2).

Os moradores dessa região da Serra do Espinhaço parecem ter um forte apego ao seu modo de vida, ao que puderam construir com muito esforço, por meio de uma luta diária pela sobrevivência e para criar e manter suas famílias. Parecem também expressar um apreço pelo “simples”, pelo que estiveram acostumados durante a vida inteira. Isto porque ali se reconhecem, pertencem a este lugar e ali vêem sentido em seu dia-a-dia. Dessa forma, parece estar evidente o sentido de pertencimento em relação à serra onde nasceram. Por mais que haja um desafio diário para a sua permanência no local, eles foram ali criados e construíram a sua relação com o coletivo, com base em valores de trabalho, resistência, cooperação e solidariedade, para vencer as dificuldades impostas pelo meio natural e pelas precárias condições de vida.

Em função dos inúmeros desafios para a sobrevivência que são obrigados a enfrentar diariamente, o sentido de cooperação é evidente entre as famílias locais. Isto porque, no isolamento em que viviam no passado, muitas vezes só podiam contar uns com os outros. Havia mesmo momentos em que uma família precisava de ajuda de outra para poder exercer determinada atividade, o que era localmente designado como de “troca de dia”. Um habitante da serra trabalhava em apoio a outro do grupo e vice versa, segundo a necessidade identificada em cada momento.

> As pessoas trabalhavam “em troca de dia”. Hoje é mutirão, mas antes, trabalhavam juntos e um ajudava o outro. (Entrevistado 5).

> Mas a vida aqui não era muito ruim não. Dava *pra* gente ir vivendo, porque aqui é um lugar de gente trabalhadora, o povo aqui não tem medo de serviço, trabalha mesmo. Mas toda a vida é assim, se você chamar um pessoal *pra* trabalhar, se chamar quatro pessoas, vinham oito, dez... E aí, dessa maneira, dava *pro* pessoal viver. (Entrevistado 2)

Devido à dificuldade no acesso à saúde pública, o parto das mulheres que viviam no alto da serra eram realizados, tradicionalmente, com a ajuda de parteiras. Este ofício representa um rito ancestral, também característico da cultural local.

> Meus filhos? Deus tirou quatro. Nasceu tudo por parideira. (Entrevistado 1).

E, assim como este, outros costumes e crenças são comuns entre os moradores locais, como aqueles ligados à cura pelo conhecimento da terra, do uso das plantas e raízes.

> Um dia eu fui *panhar* sempre-viva e a cobra me mordeu, quase que eu morro. Não tomei soro porque aqui o povo benze né, faz a benzeção. Tem muita coisa *pra* gente tomar, muita planta. Meu marido benze. Sarou mas inchou até aqui ó. A perna ficou ruim desse lado todo. Aqui foi onde que ela mordeu. (Entrevistado 1).

> Ah, tem muitos que tomam remédios lá. Antigamente, quase ninguém ia em farmácia nem nada, só tinha remédio nativo mesmo que se tomava. Hoje o povo quer ir na farmácia pegar remédio, o remédio do mato eles não querem tomar, eles falam “ah não, remédio é ruim”. Eu não, eu gosto de tudo quanto é tipo de remédio, quanto mais ele for ruim mais eu gosto. Tem os extratos todos, milome, peroba, caraíba, que é bom *pra* verme, quina... Então, a gente tomava de primeiro só isso. Hoje não, hoje é difícil. Só os mais velhos. Esses novatos de hoje não querem saber de tomar. Ai sempre eu vou e acho uma caraíba, vou e tiro uma raiz, *pra* não matar ela, corto com o facão na terra, e tiro ela, e deixo ela lá. Vou na peroba, porque a casca da peroba é muito boa *pra* sangue, *pra* pessoa que tiver qualquer problema no sangue. Ela é boa *pra* dor de barriga. Eu sei o lugar que tem, vou lá, tiro a casca, trago e coloco lá. Aí põe num copo de vidro, e deixa de um dia *pro* outro, no outro dia está que está amarelinho. Aí bate aquilo tudo de manhã, aquilo trata! (Entrevistado 4).

Este conhecimento profundo sobre o uso medicinal das plantas, a crença e a religiosidade e a preferência dos habitantes mais antigos pelo uso dos remédios que são extraídos diretamente da terra, são proporcionados pela estreita ligação com o território e pelo entendimento evidente de pertencimento à natureza. Tal relação orgânica e simbólica estabelecida com a região se mantém, mesmo com as transformações no

território advindas da criação do PEPI. Isto foi expresso pelos moradores locais por meio da intenção de permanecer vivendo no lugar, da valorização da biodiversidade disponível no local e pelos vínculos sociais entre as famílias. Assim, o sentido de pertencimento dos moradores locais, nascidos e criados na terra, fundamenta a construção de suas subjetividades e, consequentemente, a forma base na qual com que percebem o território, imprimem nele suas marcas e, assim, constroem suas territorialidades.

6.3. Caixa de Ferramentas: quais são os modos de agir e modelos adotados pelos atores sociais em cada situação?

A caixa de ferramentas problematiza as técnicas, modo de fazer e modelos adotados pelos atores sociais locais para agir em cada situação. Envolve assim as relações entre famílias, o modo como realizam o trabalho de forma colaborativa, as alternativas criadas pelos moradores locais para conseguir emprego e lidar com situações de dificuldade de acesso à transporte, saúde e educação, a divisão da terra e as relações de poder que permeiam o território.

De acordo com os relatos dos entrevistados, as famílias da região enfrentam dificuldades relacionadas à sobrevivência ainda nos dias atuais. A falta de emprego sempre foi um dos principais problemas que costumam enfrentar e, na busca de alternativas de vida, principalmente os mais jovens tendem a procurar oportunidades de trabalho em outros lugares, em geral em áreas urbanas de municípios maiores.

> Nasci naquela casa. E aqui ficou ruim porque os filhos precisam sair *pra* trabalhar, não tem emprego. Como é que vive essa rapaziada desse jeito? Então sai, vai *pra* Belo Horizonte, *pro* lado da Serra do Cipó. (Entrevistado 1).

> Fui lá *pra* São Paulo. Fiquei lá em São Paulo, *pra* ajudar no dinheirinho de meu pai, *pra* ajudar na família dele. Eu era o mais velho, o filho-homem mais velho. Então o dinheiro eu tinha que dar quase todo *pra* ele para manter a família. (Entrevistado 2).

Os moradores locais relatam que tomaram conhecimento da criação do parque de diferentes formas, alguns quando o IEF percorria o terreno para a demarcação da área *pro*tegida. Outros, somente depois da criação da UC, quando a gestão do PEPI na época abriu vagas de trabalho para alguns moradores da localidade. Mas, em geral, afirmam que não foram consultados devidamente, ou ainda que não obtiveram todas as

informações sobre o processo de criação da UC e não compreenderam a causa e a finalidade em sua criação.

> Ah, o Parque começa por ali afora, lá de frente a Serra Grande. Que até lá na frente da Serra Grande, o terreno era nosso, de meu avô. Depois meu pai que ficou tomando conta e depois ficou *pros* filhos, *né*? Mas o povo do parque comprou um bocado que tava na área desses. Eu não sei não, meu irmão é que recebeu o dinheiro e me deu foi 6 mil. Era dos irmãos todos. Recebi R$ 6.250,00... Tem pouco tempo isso, que criaram o Parque. Tive notícia quando os meninos pegaram *pra* trabalhar no parque, fazendo aceiro, fazendo picada aí *pro* mato afora, e ele pôs até meu menino, colocou *pra* trabalhar, ajudando a fazer aceiro *pra* aí afora. Mas *pra* lá é tudo aquele pasto plantado. Agora da frente da serra *pra* cá assim, é não. (Entrevistado 1).

Pelas informações obtidas na pesquisa, o IEF-MG indenizou alguns proprietários de terrenos no alto da serra, que foram adquiridos e incorporados aos limites da UC. Alguns proprietários foram indenizados e outros receberam lotes em uma fazenda adquirida pelo IEF, no município de Santo Antônio do Itambé, como forma de compensação. Ao todo, oito proprietários que residiam nos terrenos incorporados à área do parque foram indenizados e, para estes, foi construída uma residência em uma gleba da referida fazenda. Alguns proprietários que também tinham terras na região (mas cuja residência não estava situada nos limites do parque) foram apenas indenizados em relação à parte de seu terreno que foi comprada pelo IEF para ser incorporada à área protegida.

> O terreno dele aqui estava na área do Parque *né*, aí fizeram uma casa *pra* ele lá no terreno do Parque, lá no Fazendão. Gostei demais dele sair daqui, Nossa Senhora! Foi Deus quem tirou ele dai. Porque olha, ele morava lá *né*. Quase em frente ao *Pique*, os meninos saiam de lá de à pé, não tinha carro. Não tem estrada de carro. Os meninos ficavam sofrendo muito. Graças à Deus, o povo* (*parque) fez a casinha *pra* eles, levaram a criação *pra* lá e tão vivendo muito mais feliz do que aqui. Sabe onde a casa dele era? De frente àquela serra lá. Depois daquele *Pique*. Os meninos saiam de lá de à pé *pra* vir *pra* escola aqui. Saiam às quatro horas da manhã *pra* chegar aqui às seis e meia, andando, *pra* estudar. Era difícil demais, minha filha. Um dia encontrei a menina e a cobra mordeu ela, teve que levar lá *pro* CTI, lá em Diamantina. Ficou no CTI por mais de 16 dias... Uma hora eles iam à cavalo, tadinhos, outra hora eles iam de à pé, agora hoje não, o carro vai na porta, busca eles no Itambé. (Entrevistado 1).

Em relação ao sentimento dos moradores locais em relação ao parque, os entrevistados parecem compreender a sua importância, em termos do seu papel para a conservação da natureza.

> Eu, principalmente, acho que o Parque era uma coisa muito boa porque é uma conservação, então é bom. Teria como ter isso certo se há uns 30 anos atrás, já tivesse sido Parque, seria mais vantagem ainda. Porque eles deixaram destruir muita área, muitas nascentes de água, e agora, aqui mesmo nessa fazenda, tinha muitas nascentes de água, porque a água aqui, isso aqui era puro mato. (Entrevistado 4).

Ao serem questionados sobre o que sentiram quando souberam da criação do Parque, alguns entrevistados relataram que o consideram como positivo, pois trouxe o compromisso de controlar os incêndios e de recuperar das matas e nascentes de água, o que seria essencial para a proteção da natureza no local.

> Uai, achei bom. Achei bom porque, o quê que nós podia fazer? Eles passavam aí e tacavam fogo no mato, as águas secando. Ninguém sabia qual é que tacou e nem quem não tacou. Agora, olha *pra* você ver esses matos. (Entrevistado 1).

No entanto, outros depoimentos revelam que algumas informações a respeito da criação da UC parecem ter sido contraditórias, fornecendo falsas expectativas aos moradores locais e gerando entre eles uma esperança de melhoria de qualidade de vida, que parece não ter se concretizado durante o processo.

> Mais ou menos eu tive uma noção, não tanto, quando começaram a criar o Parque. Porque, na verdade, já deve ter eu não sei quantos anos, mas deve ter bastante, que eles já falaram que ia ter um parque aqui. Quando iniciou a falar, já deve ter quase uns 20 anos. Que aí eu ouvia falando que ia formar um parque aqui, que tinha possibilidade de ajudar as comunidades, foi o que foi falado. Aí é que eles começaram a vir aqui, incentivando a fazer o Parque e que era *pra* ajudar a comunidade. (Entrevistado 2).

Além disso, a partir dos depoimentos dos moradores locais, ficou explícita a falta de clareza a respeito do que iria acontecer após a criação do Parque. Isto porque eles foram informados, à época, que seria também ali implantado outro projeto de prospecção de uma empresa mineradora na região.

> Mas nessa época, foi passando ano, isso é de ano em ano, pára um pouco, como quem não vai continuar, torna a continuar, aí eles vieram por aí e já começaram a falar sobre um trabalho também que iam fazer, sobre uma mineradora. Misturaram as duas coisas, aí *titubeou*. Principalmente a minha cabeça, ficou *titubeado*, entre o Parque e o pessoal que era da MMX naquela época. Ficou misturado as duas coisas, e daí começou o Parque. (Entrevistado 2).

Com o avanço do processo de criação da UC, o Estado passou a estar mais presente na região, que era “esquecida” pelo poder público. E com isso, de acordo com

os depoimentos dos moradores locais, a fiscalização e as restrições em relação ao modo de vida e à forma da execução de suas atividades também passaram a vigorar, cada vez mais, na região.

> E aí já começaram a já surgir pessoas *pra* vir dar uma olhada, *pra* não fazer roçada na cabeceira d'água. Essas pessoas já vieram falando que não pode roçar na nascente d'água, porque vai estragar a água. Então, não pode mais roçar. Aí o povo já tava meio devagar com roça, porque as roças já não estavam dando muito também, como eu estou dizendo, estava pouco. E aí já não pode fazer queimada. Aí o povo foi ficando mais devagar. Ah, garimpo a gente nem fala, porque o garimpo já estava acabando, eu não vou culpar ninguém. Eu falo a verdade, o garimpo já tava parando, porque o diamante aqui está pouco. Tem muito diamante *pra* essa serra aí afora, mas a gente não tem dinheiro *pra* comprar *maquinismo*. Então, já estava acabando com o garimpo. Por aí que eu lembro que começou o Parque. E depois falaram que era *pra* ser preservado só *pra* lá, o Pico. Naquela época pegaram a proibir também de *panhar* a campina por aqui, e tirar madeira. (Entrevistado 2).

E, como foram criadas ao mesmo tempo na região duas UCs de categorias diferentes, os habitantes locais não distinguiam bem a diferença entre ambas. A partir dos depoimentos obtidos, muitas dúvidas passaram a inquietar os moradores locais sobre os reais significados do Parque Estadual do Pico do Itambé e a Área de Proteção Ambiental das Águas Vertentes. Assim, até atualmente para a população local não parece haver uma distinção clara entre o que é permitido ou não em cada uma dessas categorias de manejo de UC, nem se conhece ao certo o limite exato de cada uma delas.

> Inclusive eu fui proibido também de tirar madeira, trabalhar na roça, que o pessoal do IEF que é totalmente o Parque, não é mesmo? Então, ia vendo um terreno que meu pai e eu, na minha idade que eu disse de dez anos, trabalhava na roça com meu pai, a gente trabalhava nesse terreninho lá. Fica mais ou menos, um pouco fora da APA onde tem o Parque. Porque aqui é fora da APA não é? Então, de lá é dentro da APA. O meu está dentro da APA. Aí eu levei o pessoal do IEF lá e mostrei *pra* eles o lugar que eu ia fazer minha roça, porque sempre fazia. Aí eles falaram que eu não podia roçar ali, que é a bacia da água. É um cantinho que corre água *pra* lá, um tiquinho de água, mas nunca falhou água, nem quando nós roçávamos, nunca falhou a água. Então eles não quiseram deixar eu fazer a roça lá. Eu posso provar *pra* qualquer pessoa. Eu tava fazendo a cerca lá, com aquela ideia de fazer a roça. Aí ele falou que não pode roçar, eu desisti, e está lá, a minha cerca, estragando toda. Fazer o quê, eu não tenho criação de gado, não posso plantar, *tá* lá a terra lá, à toa. Eu medi ela lá, tem dez alqueires. E só podia roçar no lugar que não dá nada, lá no alto do morro, lá podia roçar. Lá eles não deixaram eu roçar, então *tá* lá. Aí foi um pouquinho que eu acho que judiou um pouco, de mim judiou um pouco. Mas fazer o quê? Eu também queria *pra* meus filhos, porque

> eu não aguento trabalhar mais. Já tenho 78 anos. Com oitenta anos eu já estou escorado na manguara. (Entrevistado 2).

Dessa forma, traduzindo o significado do Parque, de acordo com o olhar local, percebe-se uma grande insatisfação em relação ao processo que orientou a sua criação, principalmente com relação ao modo como este foi conduzido desde o início. Os moradores da região não foram avisados a respeito com antecedência, nem consultados sobre a sua opinião em relação à possibilidade de criação de uma UC na região. Esta parece assim ter sido uma decisão imposta pelo Estado, sem a participação da população local, o que cria uma sensação de desconforto e às vezes, desconfiança com relação ao processo.

> Olha, uma parte, muitos entendem, muitos não entendem o Parque. Muitos não concordam. Tem gente que não concorda porque eles falam que embarga de fazer muita coisa, não deixam eles fazerem, muitas vezes possivelmente vivem de uma planta, de uma lavoura, ai então, onde eles querem plantar, eles não deixam. (Entrevistado 4).

E, quanto às promessas de melhoria de qualidade de vida e de criação de empregos na região, os entrevistados relatam que estas foram promessas que ficaram a desejar. Isto porque apenas alguns poucos moradores conseguiram trabalhar como funcionários da UC. Além disso, pelos depoimentos foi possível perceber que existe uma clara preocupação em relação à possibilidade de permanência dos moradores locais nas localidades onde vivem. Com a escassez de empregos na região, os jovens precisam se mudar para cidades maiores em busca de oportunidades. E, os moradores mais antigos, principalmente, expressam a vontade de ver a sua localidade crescer no futuro, para que não ocorra um esvaziamento populacional causado pela retração econômica.

> Sim, agora eu senti isso, agora, o que eu falo do Parque é o seguinte: está muito bom, mas muito bom mesmo, mas, se é uma parte do governo, o governo deve dar mais uma possibilidade de emprego para as pessoas ficarem na comunidade e não saírem *pra* fora, *pra* arranjar emprego, lá *pra* Belo Horizonte lá, porque *pra* esses lados é que eles vão. Porque está ficando deserta a comunidade, com o pessoal que não tem emprego, que não de quê viver, vão saindo *pra* fora. Isso é uma coisa que todo o princípio eu falei. Se prestaram atenção na minha palavra, deve ter chegado até o governo, porque nós precisamos disso aqui, um modo de trabalhar, para as pessoas ficarem na comunidade. Porque, se não pode fazer uma coisa, se não pode fazer outra... Nós vamos fazer o quê? Os representantes que chegaram aí eu falei essa palavra, retorno a própria palavra. Eles falaram *pra* nós da comunidade, na reunião que tivemos: “Vocês tem que aprender a andar com suas próprias pernas”. Eu falei *pra* eles assim: “Se vocês cortam as nossas pernas como é que nós vamos andar?” Não tem jeito!

> As nossas pernas que nós temos que andar é trabalhando na roça, trabalhava no garimpo, trabalhava tirando madeira, vendendo madeira. Não podemos fazer mais isso. O que é que nós vamos fazer? No garimpo, nós não podemos fazer mais nada, eram nossas pernas. A nossa mente não tem mais como procurar andar com a perna, eu não sei de outro jeito. (Entrevistado 2).

De certa forma, a realocação para outras áreas e a indenização trouxeram melhores condições de vida para alguns, em locais mais próximos ao centro urbano e, possibilitaram também, mais facilidades de transporte, emprego, acesso ao sistema de educação e saúde, bem como outros benefícios. Porém, devido à falta de clareza nas negociações ligadas a indenização e ao reassentamento, a população local não parece estar satisfeita com a forma pela qual o processo foi conduzido.

> Desde o início quando eles estavam fazendo a medição do Parque, eu acompanhei todinha a medição, depois fui acompanhar a medição toda dos "posseiros" que tinha ali na área do Parque. E, uai, pela conversa deles, eu achava que ia ser bom. Que ia ser bom, só que depois eles mudaram. Quem negociou com a gente já saiu do Parque, não trabalha mais no IEF. E ficou tudo assim parado. (Entrevistado 4).

Parece também existir um grande problema que ainda não foi solucionado na fazenda adquirida pelo IEF para o reassentamento dos moradores da serra, que é a falta d'água. Em todo o terreno dessa fazenda, a escassez de água é um problema enfrentado e as fontes de água existentes que poderiam solucionar tal questão ainda não haviam sido conectadas às casas das famílias reassentadas na época da pesquisa de campo. Esse parece ser o principal motivo pelo qual as famílias demoraram a se mudar e algumas ainda não aceitaram se deslocar para as novas moradias, nessas áreas de compensação.

> Nessa área, tinha uma parte que era do meu avô. Ai depois eu comprei uma área lá, e ficava mexendo lá, ai depois surgiu o Parque. E essa área ficou na área do Parque. Só que na época que eles foram negociar com a gente, eles chegaram explicando que ia ser melhor, que ia dar *pra* gente outra área igualmente a área da gente lá, com água, casa, luz e escritura. Só que até hoje não foi aprovado. Vem um, fala uma coisa, vem outro e fala outra. E não desenrola, disseram que iam pagar indenização e não pagou. E lá vai. Igual as casas aí, tem casa que não tem ninguém morando ainda porque não tem água. A minha tem, porque eu pus. Eu pus do meu bolso. Eu gastei 1600 metros de mangueira *pra* por água lá. E agora, que eles furaram um poço ai, e eles dizem que vão colocar água nas casas. Mas, existem os poços, e foi o trato de furar três poços *pros* posseiros, depois viraram um poço só. Perfurou um posto aqui *pra* sede, e um poço dividido *pros*

> posseiros[46]. Só que no poço que eles falaram que era *pra* dividir *pro*s posseiros, a água não vai dar. Porque é só mil e quatrocentos litros de água por hora. As caixas, só a minha caixa, é 5000 litros d'água. (Entrevistado 4).

E, assim, como as casas foram construídas no início do *pro*cesso de regularização fundiária e algumas ainda continuam vazias, o seu estado de conservação é ainda precário, em função do desuso e da indefinição.

> A casa está com umas coisas atrapalhando tudo, caruncho comendo as portas, marimbondo fazendo casa *pra* do lado. É duro. Ah, isso aí eu já perdi até a crença. Por conta de que já tem uns oito anos que eles tão falando isso. Mês assim assim vai sair isso, mês assim assim vai sair aquilo outro. E está ai, tudo quieto, não resolve. (Entrevistado 4).

Além da falta de água, o processo de indenização e compra de terra e a documentação dos novos proprietários ainda não foram solucionados. Segundo alguns entrevistados, além das casas ainda não terem sido entregues, em alguns casos, a indenização ainda não foi totalmente paga aos reassentados que assim, não possuem o título de posse da terra. Portanto, oficialmente o terreno ainda não pertence aos reassentados, pois o IEF ainda não entregou as chaves da casa aos moradores, o que tem gerado descontentamento e insegurança.

> Vem um, e fala uma coisa, vem outro e fala outra, vem outro e fala outra. Ah, vai indenizar *pro*s posseiros, vai sair isso e vai sair aquilo outro. Mas não sai... Sempre vem um advogado do IEF, vem aí, faz reunião com o pessoal, aí pede o documento, aí o pessoal arruma o documento daqui e dali, traz e entrega, e eu não sei o que eles arrumam que eles somem com o documento. Somem tudo, depois volta e fala que sumiu. E torna a pedir de novo. Eu mesmo já gastei só no selo de mexer com esse problema, mais de 1500 reais. Pagando cópia, faz uma coisa e vai lá e paga um trem, vai outro, faz outro, é condução que a gente tem que pagar... (Entrevistado 4).

Há apenas uma família que ainda permanece nos limites do PEPI. Sua saída e deslocamento para o terreno a ela destinado, na Fazenda São João, vem sendo negociada. Porém, essa família aguarda a resolução do processo de indenização e a

---

[46] São chamados de posseiros os moradores locais que seriam reassentados nas glebas da Fazenda São João. Porém, como o processo de indenização e de construção das casas ainda não foi concluído, pois o abastecimento de água ainda não foi conectado, as moradias não foram entregues. Por este motivo, conforme o relato dos entrevistados, os moradores que seriam reassentados invadiram as casas, arrombando as portas para poder entrar. Assim, das oito famílias, seis já ocupam as moradias construídas pelo IEF e, estes são chamados de "posseiros".

conexão do abastecimento de água para que, apenas após a resolução dessas pendências, se mudem para a nova moradia.

> Tem um morador que está lá ainda. E ele disse que está mesmo com problema, por causa disso, porque ele tinha terra lá, e eles deram a ele, aí só 5 cortes de terra, e tem a parte aqui da dona dele, que ele tinha comprado. Passaram *pra* ele só a área que ele comprou, e a área que é da esposa dele, não pagaram. Não pagou indenização nem deu outra terra. Ai ele estava até falando, que ela falou que não sai, só se eles pagarem. Porque ela diz que lá foi do avô dela, do pai e tudo. Então tem muitos anos que eles moram ali. E lá o pomar deles é um pomar muito grande, muito bem cuidado. Ai, se eles não pagarem o dela, ou derem a ela outra área, ela falou que não sai não. Ai ele falou, "pois é, os caras que negociaram, negociou e caiu fora, e agora ficou o 'pepino' *pro*s outros". (Entrevistado 4).

A lentidão do sistema público em solucionar essas questões dos reassentados vem sendo justificada também, de acordo com alguns entrevistados, pela necessidade de reunir a documentação de todas as famílias envolvidas no processo de uma única vez.

> A promotora falou que se fosse todo mundo, que tinha como apertar o IEF *pra* poder desenrolar com essas coisas. Mas como é um sozinho, que não ia ter jeito. Aí, ficou, ai fala com um, fala com outro, "ai não vou mexer não, já estou morando aqui mesmo, não vão tirar a gente daqui mesmo". E vai ficando. Agora, desde o começo só juntado, é muito documento que eu já passei *pra* ela, nossa, não *tá* escrito! (Entrevistado 4).

Toda essa morosidade faz com que os moradores locais fiquem descrentes sobre o real interesse do órgão ambiental em solucionar a questão e, assim, passam a acreditar que o IEF não se sensibiliza com a situação em que se encontram, que foi gerada pela própria criação do PEPI.

> Se o pessoal fosse assim, cumprisse certo e igualmente o que trata, já era muita coisa. Porque aí todo mundo ia ficar tranquilo, todo mundo ia cuidar das suas coisinhas. Se fizesse outro perfuramento e colocasse água, desse uma ajuda *pra*s pessoas *pra* ter quintal formado... E não deu, então o pessoal mesmo já está formando uns pomarzinhos. Ai se eles já tivessem pegado a água, entregassem a escritura, *pra* pessoa ficar tranquila... Teria como trabalhar melhor, teria como sair e fazer um negócio. Agora, se ele não tiver escritura não tem como, *pra* comprar algumas coisas... Porque tem muita coisa que exige a escritura da terra. Eu acho que falta essa parte aí, de completar o acertado com todo mundo, ter o tratado cumprido. Ficava mais fácil, *pra* eles e *pro* povo. Porque aí nós ficávamos mais tranquilos, ia trabalhar mais alegre. Mas aí nessa situação igual eles estão fazendo, tem muitos que ficam com raiva. Fica amolado, porque tirou ele do lugar que ele sobrevivia. Porque se ele cumprisse certo, era fácil *pras* pessoas ficarem mais satisfeitas e tal. Na casa, eu tive que pegar e

> arrancar o miolo da porta, *pra* mandar fazer uma chave, *pra* poder entrar. (Entrevistado 4).

Os entrevistados expressam, assim, que gostariam que o órgão ambiental tivesse mais consideração e respeito por eles, tratando-os de forma mais justa, considerando a relação que possuem historicamente com o território, fundamental para os habitantes da região, como parte da constituição de suas famílias, fonte de trabalho e meio de vida.

> Se eu for falar *pra* vocês, eu passo por mentiroso, então não adianta. Se eu falar assim, "vou fazer isso", pode ter certeza que eu vou fazer e faço, entendeu? Se eu estou devendo à pessoa um dinheiro, e tratar um dia, é aquele dia, eu pago. Mas eles não. Jura *pra* um, jura *pro* outro... (Entrevistado 4).

> O parque deve pensar não só na preservação do meio ambiente, mas na preservação das pessoas também. Que tenham respeito, pois essas nasceram aqui, e são extrativistas, muitas vezes, não porque querem, mas é a vida delas. As pessoas têm coragem, mas, às vezes, não basta. É difícil continuar aqui. (Entrevistado 3).

E, quanto ao contexto atual de relacionamento entre os moradores locais e os funcionários do PEPI e do IEF, os depoimentos obtidos mostraram que é importante que se estabeleça uma relação mais amistosa na forma de lidar com a população da região. Os entrevistados relataram que compreendem a necessidade de atuação desses profissionais na região, mas consideram importante também que a gestão da área protegida compreenda a relação de pertencimento que tem com o território.

> O que eu acho, a mensagem *pro* pessoal que trabalha no Parque é o seguinte, que eles devem ter muito carinho com o povo. Não ficar agredindo o povo *pra* fazer o povo ficar nervoso. Porque quanto mais carinho tiver com eles, mais eles ficam bons *pra* mexer. Porque a ignorância do povo é completa... Todo mundo tem sua ideia, então eles têm que ter uma paciência com eles. Aí eles vão acarinhando o povo, com aquela prática de ter um cuidado com eles, ensinar a eles o que é errado. Porque a gente é obrigado, mesmo estando oprimindo, a gente tem que falar o que é certo e o que é errado. O pessoal tem que compreender o que é certo e o que é errado. Mas nem só falar. Às vezes eu vou acarinhar ele, ele está errado, mas eu vou acarinhar... Está errado! O pessoal do Parque não pode fazer isso não. Tem que falar claramente *pra* eles, com carinho, não com brutalidade. Eu detesto brutalidade. Pode chegar qualquer pessoa na minha casa, pode me pôr debaixo do pé, mas com carinho. Porque, se for com brutalidade, eu respondo mal. Aí isso é o que digo, *pro* pessoal do Parque. Mas até o momento, eu não vejo eles grosseiros não, são pessoas boas. Eu conheço muitos deles, são pessoas boas. Mas, mandando uma mensagem *pra* eles, que quanto mais carinho melhor *pra* eles trabalharem com o povo. (Entrevistado 2).

De acordo com os relatos dos entrevistados, as famílias da região enfrentam dificuldades relacionadas à sobrevivência ainda nos dias atuais. A falta de emprego sempre foi um dos principais problemas que costumam enfrentar e, na busca de alternativas de vida, principalmente os mais jovens tendem a procurar oportunidades de trabalho em outros lugares, em geral em áreas urbanas de municípios maiores.

> Nasci naquela casa. E aqui ficou ruim porque os filhos precisam sair *pra* trabalhar, não tem emprego. Como é que vive essa rapaziada desse jeito? Então sai, vai *pra* Belo Horizonte, *pro* lado da Serra do Cipó. (Entrevistado 1).

> Fui lá *pra* São Paulo. Fiquei lá em São Paulo, *pra* ajudar no dinheirinho de meu pai, *pra* ajudar na família dele. Eu era o mais velho, o filho-homem mais velho. Então o dinheiro eu tinha que dar quase todo *pra* ele para manter a família. (Entrevistado 2).

Os moradores locais relatam que tomaram conhecimento da criação do parque de diferentes formas, alguns quando o IEF percorria o terreno para a demarcação da área *pro*tegida. Outros, somente depois da criação da UC, quando a gestão do PEPI na época abriu vagas de trabalho para alguns moradores da localidade. Mas, em geral, afirmam que não foram consultados devidamente, ou ainda que não obtiveram todas as informações sobre o processo de criação da UC e não compreenderam a causa e a finalidade em sua criação.

> Ah, o Parque começa por ali afora, lá de frente a Serra Grande. Que até lá na frente da Serra Grande, o terreno era nosso, de meu avô. Depois meu pai que ficou tomando conta e depois ficou *pros* filhos, *né*? Mas o povo do parque comprou um bocado que tava na área desses. Eu não sei não, meu irmão é que recebeu o dinheiro e me deu foi 6 mil. Era dos irmãos todos. Recebi R$ 6.250,00... Tem pouco tempo isso, que criaram o Parque. Tive notícia quando os meninos pegaram *pra* trabalhar no parque, fazendo aceiro, fazendo picada aí *pro* mato afora, e ele pôs até meu menino, colocou *pra* trabalhar, ajudando a fazer aceiro *pra* aí afora. Mas *pra* lá é tudo aquele pasto plantado. Agora da frente da serra *pra* cá assim, é não. (Entrevistado 1).

Pelas informações obtidas na pesquisa, o IEF-MG indenizou alguns proprietários de terrenos no alto da serra, que foram adquiridos e incorporados aos limites da UC. Alguns proprietários foram indenizados e outros receberam lotes em uma fazenda adquirida pelo IEF, no município de Santo Antônio do Itambé, como forma de compensação. Ao todo, oito proprietários que residiam nos terrenos incorporados à área do parque foram indenizados e, para estes, foi construída uma residência em uma gleba

da referida fazenda. Alguns proprietários que também tinham terras na região (mas cuja residência não estava situada nos limites do parque) foram apenas indenizados em relação à parte de seu terreno que foi comprada pelo IEF para ser incorporada à área protegida.

> O terreno dele aqui estava na área do Parque *né*, aí fizeram uma casa *pra* ele lá no terreno do Parque, lá no Fazendão. Gostei demais dele sair daqui, Nossa Senhora! Foi Deus quem tirou ele dai. Porque olha, ele morava lá *né*. Quase em frente ao *Pique*, os meninos saiam de lá de à pé, não tinha carro. Não tem estrada de carro. Os meninos ficavam sofrendo muito. Graças à Deus, o povo* (*parque) fez a casinha *pra* eles, levaram a criação *pra* lá e tão vivendo muito mais feliz do que aqui. Sabe onde a casa dele era? De frente àquela serra lá. Depois daquele *Pique*. Os meninos saiam de lá de à pé *pra* vir *pra* escola aqui. Saiam às quatro horas da manhã *pra* chegar aqui às seis e meia, andando, *pra* estudar. Era difícil demais, minha filha. Um dia encontrei a menina e a cobra mordeu ela, teve que levar lá *pro* CTI, lá em Diamantina. Ficou no CTI por mais de 16 dias... Uma hora eles iam à cavalo, tadinhos, outra hora eles iam de à pé, agora hoje não, o carro vai na porta, busca eles no Itambé. (Entrevistado 1).

Em relação ao sentimento dos moradores locais em relação ao parque, os entrevistados parecem compreender a sua importância, em termos do seu papel para a conservação da natureza.

> Eu, principalmente, acho que o Parque era uma coisa muito boa porque é uma conservação, então é bom. Teria como ter isso certo se há uns 30 anos atrás, já tivesse sido Parque, seria mais vantagem ainda. Porque eles deixaram destruir muita área, muitas nascentes de água, e agora, aqui mesmo nessa fazenda, tinha muitas nascentes de água, porque a água aqui, isso aqui era puro mato. (Entrevistado 4).

Ao serem questionados sobre o que sentiram quando souberam da criação do Parque, alguns entrevistados relataram que o consideram como positivo, pois trouxe o compromisso de controlar os incêndios e de recuperar das matas e nascentes de água, o que seria essencial para a proteção da natureza no local.

> Uai, achei bom. Achei bom porque, o quê que nós podia fazer? Eles passavam aí e tacavam fogo no mato, as águas secando. Ninguém sabia qual é que tacou e nem quem não tacou. Agora, olha *pra* você ver esses matos. (Entrevistado 1).

No entanto, outros depoimentos revelam que algumas informações a respeito da criação da UC parecem ter sido contraditórias, fornecendo falsas expectativas aos moradores locais e gerando entre eles uma esperança de melhoria de qualidade de vida, que parece não ter se concretizado durante o processo.

> Mais ou menos eu tive uma noção, não tanto, quando começaram a criar o Parque. Porque, na verdade, já deve ter eu não sei quantos anos, mas deve ter bastante, que eles já falaram que ia ter um parque aqui. Quando iniciou a falar, já deve ter quase uns 20 anos. Que aí eu ouvia falando que ia formar um parque aqui, que tinha possibilidade de ajudar as comunidades, foi o que foi falado. Aí é que eles começaram a vir aqui, incentivando a fazer o Parque e que era *pra* ajudar a comunidade. (Entrevistado 2).

Além disso, a partir dos depoimentos dos moradores locais, ficou explícita a falta de clareza a respeito do que iria acontecer após a criação do Parque. Isto porque eles foram informados, à época, que seria também ali implantado outro projeto de prospecção de uma empresa mineradora na região.

> Mas nessa época, foi passando ano, isso é de ano em ano, pára um pouco, como quem não vai continuar, torna a continuar, aí eles vieram por aí e já começaram a falar sobre um trabalho também que iam fazer, sobre uma mineradora. Misturaram as duas coisas, aí *titubeou*. Principalmente a minha cabeça, ficou *titubeado*, entre o Parque e o pessoal que era da MMX naquela época. Ficou misturado as duas coisas, e daí começou o Parque. (Entrevistado 2).

Com o avanço do processo de criação da UC, o Estado passou a estar mais presente na região, que era "esquecida" pelo poder público. E com isso, de acordo com os depoimentos dos moradores locais, a fiscalização e as restrições em relação ao modo de vida e à forma da execução de suas atividades também passaram a vigorar, cada vez mais, na região.

> E aí já começaram a já surgir pessoas *pra* vir dar uma olhada, *pra* não fazer roçada na cabeceira d'água. Essas pessoas já vieram falando que não pode roçar na nascente d'água, porque vai estragar a água. Então, não pode mais roçar. Aí o povo já tava meio devagar com roça, porque as roças já não estavam dando muito também, como eu estou dizendo, estava pouco. E aí já não pode fazer queimada. Aí o povo foi ficando mais devagar. Ah, garimpo a gente nem fala, porque o garimpo já estava acabando, eu não vou culpar ninguém. Eu falo a verdade, o garimpo já tava parando, porque o diamante aqui está pouco. Tem muito diamante *pra* essa serra aí afora, mas a gente não tem dinheiro *pra* comprar *maquinismo*. Então, já estava acabando com o garimpo. Por aí que eu lembro que começou o Parque. E depois falaram que era *pra* ser preservado só *pra* lá, o Pico. Naquela época pegaram a proibir também de *panhar* a campina por aqui, e tirar madeira. (Entrevistado 2).

E, como foram criadas ao mesmo tempo na região duas UCs de categorias diferentes, os habitantes locais não distinguiam bem a diferença entre ambas. A partir dos depoimentos obtidos, muitas dúvidas passaram a inquietar os moradores locais sobre os reais significados do Parque Estadual do Pico do Itambé e a Área de Proteção

Ambiental das Águas Vertentes. Assim, até atualmente para a população local não parece haver uma distinção clara entre o que é permitido ou não em cada uma dessas categorias de manejo de UC, nem se conhece ao certo o limite exato de cada uma delas.

> Inclusive eu fui proibido também de tirar madeira, trabalhar na roça, que o pessoal do IEF que é totalmente o Parque, não é mesmo? Então, ia vendo um terreno que meu pai e eu, na minha idade que eu disse de dez anos, trabalhava na roça com meu pai, a gente trabalhava nesse terreninho lá. Fica mais ou menos, um pouco fora da APA onde tem o Parque. Porque aqui é fora da APA não é? Então, de lá é dentro da APA. O meu está dentro da APA. Aí eu levei o pessoal do IEF lá e mostrei *pra* eles o lugar que eu ia fazer minha roça, porque sempre fazia. Aí eles falaram que eu não podia roçar ali, que é a bacia da água. É um cantinho que corre água *pra* lá, um tiquinho de água, mas nunca falhou água, nem quando nós roçávamos, nunca falhou a água. Então eles não quiseram deixar eu fazer a roça lá. Eu posso provar *pra* qualquer pessoa. Eu tava fazendo a cerca lá, com aquela ideia de fazer a roça. Aí ele falou que não pode roçar, eu desisti, e está lá, a minha cerca, estragando toda. Fazer o quê, eu não tenho criação de gado, não posso plantar, *tá* lá a terra lá, à toa. Eu medi ela lá, tem dez alqueires. E só podia roçar no lugar que não dá nada, lá no alto do morro, lá podia roçar. Lá eles não deixaram eu roçar, então *tá* lá. Aí foi um pouquinho que eu acho que judiou um pouco, de mim judiou um pouco. Mas fazer o quê? Eu também queria *pra* meus filhos, porque eu não aguento trabalhar mais. Já tenho 78 anos. Com oitenta anos eu já estou escorado na manguara. (Entrevistado 2).

Dessa forma, traduzindo o significado do Parque, de acordo com o olhar local, percebe-se uma grande insatisfação em relação ao processo que orientou a sua criação, principalmente com relação ao modo como este foi conduzido desde o início. Os moradores da região não foram avisados a respeito com antecedência, nem consultados sobre a sua opinião em relação à possibilidade de criação de uma UC na região. Esta parece assim ter sido uma decisão imposta pelo Estado, sem a participação da população local, o que cria uma sensação de desconforto e às vezes, desconfiança com relação ao processo.

> Olha, uma parte, muitos entendem, muitos não entendem o Parque. Muitos não concordam. Tem gente que não concorda porque eles falam que embarga de fazer muita coisa, não deixam eles fazerem, muitas vezes possivelmente vivem de uma planta, de uma lavoura, ai então, onde eles querem plantar, eles não deixam. (Entrevistado 4).

E, quanto às promessas de melhoria de qualidade de vida e de criação de empregos na região, os entrevistados relatam que estas foram promessas que ficaram a desejar. Isto porque apenas alguns poucos moradores conseguiram trabalhar como funcionários da UC. Além disso, pelos depoimentos foi possível perceber que existe

uma clara preocupação em relação à possibilidade de permanência dos moradores locais nas localidades onde vivem. Com a escassez de empregos na região, os jovens precisam se mudar para cidades maiores em busca de oportunidades. E, os moradores mais antigos, principalmente, expressam a vontade de ver a sua localidade crescer no futuro, para que não ocorra um esvaziamento populacional causado pela retração econômica.

> Sim, agora eu senti isso, agora, o que eu falo do Parque é o seguinte: está muito bom, mas muito bom mesmo, mas, se é uma parte do governo, o governo deve dar mais uma possibilidade de emprego para as pessoas ficarem na comunidade e não saírem *pra* fora, *pra* arranjar emprego, lá *pra* Belo Horizonte lá, porque *pra* esses lados é que eles vão. Porque está ficando deserta a comunidade, com o pessoal que não tem emprego, que não de quê viver, vão saindo *pra* fora. Isso é uma coisa que todo o princípio eu falei. Se prestaram atenção na minha palavra, deve ter chegado até o governo, porque nós precisamos disso aqui, um modo de trabalhar, para as pessoas ficarem na comunidade. Porque, se não pode fazer uma coisa, se não pode fazer outra... Nós vamos fazer o quê? Os representantes que chegaram aí eu falei essa palavra, retorno a própria palavra. Eles falaram *pra* nós da comunidade, na reunião que tivemos: "Vocês tem que aprender a andar com suas próprias pernas". Eu falei *pra* eles assim: "Se vocês cortam as nossas pernas como é que nós vamos andar?" Não tem jeito! As nossas pernas que nós temos que andar é trabalhando na roça, trabalhava no garimpo, trabalhava tirando madeira, vendendo madeira. Não podemos fazer mais isso. O que é que nós vamos fazer? No garimpo, nós não podemos fazer mais nada, eram nossas pernas. A nossa mente não tem mais como procurar andar com a perna, eu não sei de outro jeito. (Entrevistado 2).

De certa forma, a realocação para outras áreas e a indenização trouxeram melhores condições de vida para alguns, em locais mais próximos ao centro urbano e, possibilitaram também, mais facilidades de transporte, emprego, acesso ao sistema de educação e saúde, bem como outros benefícios. Porém, devido à falta de clareza nas negociações ligadas a indenização e ao reassentamento, a população local não parece estar satisfeita com a forma pela qual o processo foi conduzido.

> Desde o início quando eles estavam fazendo a medição do Parque, eu acompanhei todinha a medição, depois fui acompanhar a medição toda dos "posseiros" que tinha ali na área do Parque. E, uai, pela conversa deles, eu achava que ia ser bom. Que ia ser bom, só que depois eles mudaram. Quem negociou com a gente já saiu do Parque, não trabalha mais no IEF. E ficou tudo assim parado. (Entrevistado 4).

Parece também existir um grande problema que ainda não foi solucionado na fazenda adquirida pelo IEF para o reassentamento dos moradores da serra, que é a falta d'água. Em todo o terreno dessa fazenda, a escassez de água é um problema enfrentado e as fontes de água existentes que poderiam solucionar tal questão ainda não haviam

sido conectadas às casas das famílias reassentadas na época da pesquisa de campo. Esse parece ser o principal motivo pelo qual as famílias demoraram a se mudar e algumas ainda não aceitaram se deslocar para as novas moradias, nessas áreas de compensação.

> Nessa área, tinha uma parte que era do meu avô. Ai depois eu comprei uma área lá, e ficava mexendo lá, ai depois surgiu o Parque. E essa área ficou na área do Parque. Só que na época que eles foram negociar com a gente, eles chegaram explicando que ia ser melhor, que ia dar *pra* gente outra área igualmente a área da gente lá, com água, casa, luz e escritura. Só que até hoje não foi aprovado. Vem um, fala uma coisa, vem outro e fala outra. E não desenrola, disseram que iam pagar indenização e não pagou. E lá vai. Igual as casas aí, tem casa que não tem ninguém morando ainda porque não tem água. A minha tem, porque eu pus. Eu pus do meu bolso. Eu gastei 1600 metros de mangueira *pra* por água lá. E agora, que eles furaram um poço ai, e eles dizem que vão colocar água nas casas. Mas, existem os poços, e foi o trato de furar três poços *pros* posseiros, depois viraram um poço só. Perfurou um posto aqui *pra* sede, e um poço dividido *pros* posseiros[47]. Só que no poço que eles falaram que era *pra* dividir *pro*s posseiros, a água não vai dar. Porque é só mil e quatrocentos litros de água por hora. As caixas, só a minha caixa, é 5000 litros d'água. (Entrevistado 4).

E, assim, como as casas foram construídas no início do *pro*cesso de regularização fundiária e algumas ainda continuam vazias, o seu estado de conservação é ainda precário, em função do desuso e da indefinição.

> A casa está com umas coisas atrapalhando tudo, caruncho comendo as portas, marimbondo fazendo casa *pra* do lado. É duro. Ah, isso aí eu já perdi até a crença. Por conta de que já tem uns oito anos que eles tão falando isso. Mês assim assim vai sair isso, mês assim assim vai sair aquilo outro. E está ai, tudo quieto, não resolve. (Entrevistado 4).

Além da falta de água, o processo de indenização e compra de terra e a documentação dos novos proprietários ainda não foram solucionados. Segundo alguns entrevistados, além das casas ainda não terem sido entregues, em alguns casos, a indenização ainda não foi totalmente paga aos reassentados que assim, não possuem o título de posse da terra. Portanto, oficialmente o terreno ainda não pertence aos reassentados, pois o IEF ainda não entregou as chaves da casa aos moradores, o que tem gerado descontentamento e insegurança.

---

[47] São chamados de posseiros os moradores locais que seriam reassentados nas glebas da Fazenda São João. Porém, como o processo de indenização e de construção das casas ainda não foi concluído, pois o abastecimento de água ainda não foi conectado, as moradias não foram entregues. Por este motivo, conforme o relato dos entrevistados, os moradores que seriam reassentados invadiram as casas, arrombando as portas para poder entrar. Assim, das oito famílias, seis já ocupam as moradias construídas pelo IEF e, estes são chamados de "posseiros".

> Vem um, e fala uma coisa, vem outro e fala outra, vem outro e fala outra. Ah, vai indenizar *pro*s posseiros, vai sair isso e vai sair aquilo outro. Mas não sai... Sempre vem um advogado do IEF, vem aí, faz reunião com o pessoal, aí pede o documento, aí o pessoal arruma o documento daqui e dali, traz e entrega, e eu não sei o que eles arrumam que eles somem com o documento. Somem tudo, depois volta e fala que sumiu. E torna a pedir de novo. Eu mesmo já gastei só no selo de mexer com esse problema, mais de 1500 reais. Pagando cópia, faz uma coisa e vai lá e paga um trem, vai outro, faz outro, é condução que a gente tem que pagar... (Entrevistado 4).

Há apenas uma família que ainda permanece nos limites do PEPI. Sua saída e deslocamento para o terreno a ela destinado, na Fazenda São João, vem sendo negociada. Porém, essa família aguarda a resolução do processo de indenização e a conexão do abastecimento de água para que, apenas após a resolução dessas pendências, se mudem para a nova moradia.

> Tem um morador que está lá ainda. E ele disse que está mesmo com problema, por causa disso, porque ele tinha terra lá, e eles deram a ele, aí só 5 cortes de terra, e tem a parte aqui da dona dele, que ele tinha comprado. Passaram *pra* ele só a área que ele comprou, e a área que é da esposa dele, não pagaram. Não pagou indenização nem deu outra terra. Ai ele estava até falando, que ela falou que não sai, só se eles pagarem. Porque ela diz que lá foi do avô dela, do pai e tudo. Então tem muitos anos que eles moram ali. E lá o pomar deles é um pomar muito grande, muito bem cuidado. Ai, se eles não pagarem o dela, ou derem a ela outra área, ela falou que não sai não. Ai ele falou, “pois é, os caras que negociaram, negociou e caiu fora, e agora ficou o ‘pepino’ *pro*s outros”. (Entrevistado 4).

A lentidão do sistema público em solucionar essas questões dos reassentados vem sendo justificada também, de acordo com alguns entrevistados, pela necessidade de reunir a documentação de todas as famílias envolvidas no processo de uma única vez.

> A promotora falou que se fosse todo mundo, que tinha como apertar o IEF *pra* poder desenrolar com essas coisas. Mas como é um sozinho, que não ia ter jeito. Aí, ficou, ai fala com um, fala com outro, “ai não vou mexer não, já estou morando aqui mesmo, não vão tirar a gente daqui mesmo”. E vai ficando. Agora, desde o começo só juntado, é muito documento que eu já passei *pra* ela, nossa, não *tá* escrito! (Entrevistado 4).

Toda essa morosidade faz com que os moradores locais fiquem descrentes sobre o real interesse do órgão ambiental em solucionar a questão e, assim, passam a acreditar que o IEF não se sensibiliza com a situação em que se encontram, que foi gerada pela própria criação do PEPI.

> Se o pessoal fosse assim, cumprisse certo e igualmente o que trata, já era muita coisa. Porque aí todo mundo ia ficar tranquilo, todo mundo ia cuidar das suas coisinhas. Se fizesse outro perfuramento e colocasse água, desse uma ajuda *pra*s pessoas *pra* ter quintal formado... E não deu, então o pessoal mesmo já está formando uns pomarzinhos. Ai se eles já tivessem pegado a água, entregassem a escritura, *pra* pessoa ficar tranquila... Teria como trabalhar melhor, teria como sair e fazer um negócio. Agora, se ele não tiver escritura não tem como, *pra* comprar algumas coisas... Porque tem muita coisa que exige a escritura da terra. Eu acho que falta essa parte aí, de completar o acertado com todo mundo, ter o tratado cumprido. Ficava mais fácil, *pra* eles e *pro* povo. Porque aí nós ficávamos mais tranquilos, ia trabalhar mais alegre. Mas aí nessa situação igual eles estão fazendo, tem muitos que ficam com raiva. Fica amolado, porque tirou ele do lugar que ele sobrevivia. Porque se ele cumprisse certo, era fácil *pras* pessoas ficarem mais satisfeitas e tal. Na casa, eu tive que pegar e arrancar o miolo da porta, *pra* mandar fazer uma chave, *pra* poder entrar. (Entrevistado 4).

Os entrevistados expressam, assim, que gostariam que o órgão ambiental tivesse mais consideração e respeito por eles, tratando-os de forma mais justa, considerando a relação que possuem historicamente com o território, fundamental para os habitantes da região, como parte da constituição de suas famílias, fonte de trabalho e meio de vida.

> Se eu for falar *pra* vocês, eu passo por mentiroso, então não adianta. Se eu falar assim, “vou fazer isso”, pode ter certeza que eu vou fazer e faço, entendeu? Se eu estou devendo à pessoa um dinheiro, e tratar um dia, é aquele dia, eu pago. Mas eles não. Jura *pra* um, jura *pro* outro... (Entrevistado 4).

> O parque deve pensar não só na preservação do meio ambiente, mas na preservação das pessoas também. Que tenham respeito, pois essas nasceram aqui, e são extrativistas, muitas vezes, não porque querem, mas é a vida delas. As pessoas têm coragem, mas, às vezes, não basta. É difícil continuar aqui. (Entrevistado 3).

E, quanto ao contexto atual de relacionamento entre os moradores locais e os funcionários do PEPI e do IEF, os depoimentos obtidos mostraram que é importante que se estabeleça uma relação mais amistosa na forma de lidar com a população da região. Os entrevistados relataram que compreendem a necessidade de atuação desses profissionais na região, mas consideram importante também que a gestão da área protegida compreenda a relação de pertencimento que tem com o território.

> O que eu acho, a mensagem *pro* pessoal que trabalha no Parque é o seguinte, que eles devem ter muito carinho com o povo. Não ficar agredindo o povo *pra* fazer o povo ficar nervoso. Porque quanto mais carinho tiver com eles, mais eles ficam bons *pra* mexer. Porque a ignorância do povo é completa... Todo mundo tem sua ideia, então

> eles têm que ter uma paciência com eles. Aí eles vão acarinhando o povo, com aquela prática de ter um cuidado com eles, ensinar a eles o que é errado. Porque a gente é obrigado, mesmo estando oprimindo, a gente tem que falar o que é certo e o que é errado. O pessoal tem que compreender o que é certo e o que é errado. Mas nem só falar. Às vezes eu vou acarinhar ele, ele está errado, mas eu vou acarinhar... Está errado! O pessoal do Parque não pode fazer isso não. Tem que falar claramente *pra* eles, com carinho, não com brutalidade. Eu detesto brutalidade. Pode chegar qualquer pessoa na minha casa, pode me pôr debaixo do pé, mas com carinho. Porque, se for com brutalidade, eu respondo mal. Aí isso é o que digo, *pro* pessoal do Parque. Mas até o momento, eu não vejo eles grosseiros não, são pessoas boas. Eu conheço muitos deles, são pessoas boas. Mas, mandando uma mensagem *pra* eles, que quanto mais carinho melhor *pra* eles trabalharem com o povo. (Entrevistado 2).

6.4. A leitura da interlocução da gestão sobre o processo

A leitura da interlocução da gestão sobre o processo de criação e consolidação do PEPI foi interpretada com base na análise das atas das reuniões do Conselho Consultivo do parque e na entrevista realizada com a gestora do PEPI. Esta entrevista tangenciou as questões gerais sobre a gestão, como o dia-a-dia do trabalho, a situação da conservação da biodiversidade na região e os principais desafios referentes à relação com a população local.

A análise das atas do Conselho Consultivo revelou que a participação local nessa instância de gestão do território não parece ainda efetiva em termos de argumentos e temas discutidos, demandas e questionamentos à gestão durante as reuniões realizadas no âmbito dessa instância teoricamente participativa. De acordo com os registros obtidos, os moradores locais não utilizam esse espaço como meio de reivindicação de suas prioridades ou para expor as suas demandas e insatisfações em relação ao PEPI. Isso foi percebido, uma vez que, nas atas disponíveis para consulta, desde 2011, não foi encontrada nenhuma manifestação nesse sentido, por parte de representantes da população local.

Em relação à interlocução do IEF, representada pela gestora do PEPI que está à frente da UC desde 2010, foi relatado que esta não acompanhou o processo de criação da UC. Assim, informou que não tem ciência sobre a real vontade da população de que fosse criada uma UC de proteção integral na região. Contudo, relatou que havia à época, uma grande motivação dos municípios mineiros em criar UCs, devido ao incentivo financeiro decorrente do ICMS Ecológico, já vigente no estado naquela época.

> O Parque foi criado em 21 de janeiro de 98, naquele *boom* da Lei Robin Hood, que os prefeitos criavam as unidades só por causa do ICMS Ecológico. Mas isto é que, em Santo Antônio, teve uma criação que foi, como está no plano de manejo, por vontade da comunidade. Mas aqui por vontade de alguns, mas não da comunidade como um todo. Então eu não sei, não participei desse processo, das audiências da criação. (Gestora do PEPI).

Em seu depoimento, a gestora do Parque informou que seu processo de regularização fundiária não foi concluído até os dias atuais, embora tenha sido iniciado no ano de 2006.

> O processo da regularização fundiária vem de 2006 *pra* cá, já iniciando o processo aqui de regularização. E, no inicio, o Parque foi criado com 3 mil e poucos hectares para proteger só o cume do Pico, aí depois ficaram muitas cabeceiras d'água, muitas nascentes, as cachoeiras também ficaram fora. Então, em 2005 teve a ampliação, o parque foi para 6.520 ha, colocando as bordas, que são as matas (a mata atlântica), que estão mais na periferia da UC, nas bordas mesmo, onde estão as cachoeiras, as matas de galeria. Porque aqui, o bioma é mata atlântica e cerrado, está na área de transição. Então, eu me lembro que na adolescência pegava-se muito fogo na serra. (Gestora do PEPI).

A gestão reconhece também que o processo de realocação e indenização da população que vivia na área em que foi criado o Parque não foi executado de uma forma ideal, considerando os problemas do terreno escolhido para reassentamento e a toda a morosidade do processo. Mas ressalta a importância da criação da UC na região, principalmente por seu papel na preservação das nascentes que abastecem os municípios.

> Esse processo de retirada das comunidades, das famílias tradicionais, por um lado, foi muito importante ter criado o Parque visto que é a "caixa d'água" do município de Santo Antônio, são as cabeceiras do Rio Guanhães, que deságua no Santo Antônio e pertence à bacia do Doce. Então, aqui Santo Antônio depende das águas da serra, praticamente do Parque, então, o prefeito na época, que foi o Antônio Augusto Gonçalves Neto, que criou, foi na gestão dele da prefeitura. Na época eles criaram o parque, né, de forma, às vezes, não muito correta, mas foi necessário. E, com o passar do tempo, o IEF tem aquele problema que ele cria as unidades, não resolve o problema da regularização fundiária, aí os moradores continuam usando a área, custou a vir gerente e com o processo de regularização teve um assentamento, que é o primeiro assentamento que poderia ser modelo, e não vai ser usado como modelo pelos grandes pontos negativos que aconteceram durante o processo de regularização. (Gestora do PEPI).

Conforme leitura da interlocução do PEPI, o órgão ambiental estadual enfrenta dificuldades consolidar a estrutura necessária para atender ao processo de regularização

fundiária das UCs. Por essa razão, acontecem equívocos como esses observados no caso do PEPI, que envolveram a má escolha do local para realocação os moradores desapropriados e a ausência de uma caracterização mais detalhada a respeito do perfil das famílias que seriam reassentadas.

> Às vezes o morador recebe um valor e não consegue comprar uma terra aqui no entorno em que ele consiga manter e o trabalho que ele fazia antes, essa questão também tem que ser levantada. Então, eu acho que é um processo super positivo desde que ele seja bem feito, né? É com diagnostico antes, *pra* vir de forma correta, com os planos de trabalho, sem atropelar as coisas, então não é que o processo é ruim, é a forma que ele foi implantado aqui no Parque. Não de uma forma clara, falam de forma enganosa muitas vezes, que quando eu cheguei que os posseiros falavam: "ah porque me prometeram isso, me prometeram aquilo". Então isso é ruim porque se você promete, você tem que cumprir, ou então você não promete, seja verdadeiro, doa em quem doer. Então, isso foi uma forma negativa do processo aqui, que acaba que interfere numa gestão de uma unidade, porque você pega um conflito. (Gestora do PEPI).

A gestora do Parque reconhece também que questões políticas recorrentes tendem a atrapalham o processo, quando a tomada de decisão é feita apenas "de cima para baixo". Compreende que o processo de desapropriação e indenização ligado ao PEPI poderia ter sido um exemplo para outros processos semelhantes no Estado, considerando a proposta inovadora de aquisição de um grande terreno na região para realizar o reassentamento das famílias. Porém, devido aos percalços que surgiram no decorrer do processo, não resultou dessa maneira.

> Eu quis estar aqui este momento, queria vir no processo da regularização fundiária, não vim por uma causa política, e se eu tivesse aqui, talvez, eu teria barrado uma casinha daquelas, você entendeu? Ou, colocado nas glebas que sobraram e faltaram, enfim, talvez teria direcionado de uma forma mais justa. Não acredito que o IEF tem que se envolver de forma tão política num processo, entendeu? Se eu tivesse aqui talvez o processo teria sido de outra forma. Poderia ter erros também, porque muita coisa vem de cima *pra* baixo, ou então vem atropelado... E aí o IEF adquiriu essa fazenda, o dono já queria vender e como o IEF precisava fazer o reassentamento, e eu não sei nesse processo se você tem que reassentar todos numa única gleba, ou, ou porque adquiriu, ou é mais fácil *pro* IEF adquirir uma gleba e fazer a repartição, ou ter feito compras, mais próximas... Um dos moradores de Capivari poderia ter sido assentado mais perto de Capivari, que ele tem uma relação com Capivari e não com Santo Antonio, você entendeu? Então ele foi reassentado aqui, e os daqui talvez poderiam ter sido reassentados em outras glebas no entorno do Parque, que a ideia seria *pra* eles não perderem tanto esse vínculo, *né*. Mas esse foi o processo da fazenda, foi adquirido por reassentamento e hoje serve também como sede do Parque. (Gestora do PEPI).

A partir do depoimento da representante da gestão do PEPI, é possível interpretar que existe uma sensibilidade por parte da gestão em relação à situação dos moradores locais, em especial àqueles que foram desapropriados e que aguardam a solução definitiva quanto ao reassentamento. Por ser também da região, a gestora conhece a realidade das famílias e lamenta não ter tido a chance de intervir à época no processo de aquisição das terras destinadas ao reassentamento e construção das moradias.

Além disso, também é possível identificar, por meio do depoimento, a percepção da interlocutora sobre a relação de pertencimento dos moradores locais com a serra. A questão do vínculo dos reassentados com a sua região de origem foi destacada como ponto importante na definição das questões de realocação dos habitantes, uma vez que o laço com a terra e com a localidade em que viviam constitui suas territorialidades. Porém, a partir da forma pela qual o processo foi executado, parece ficar claro que os moradores locais não foram privilegiados no planejamento das ações para a criação e implantação da UC. E, foi destacado também, que estes problemas são causadores de conflitos indesejáveis entre a população local e a gestão do Parque, gerando um distanciamento entre ambos.

6.5. Síntese da análise

A partir da análise dos resultados alcançados pela pesquisa foi possível compreender que o processo de criação e implantação do Parque Estadual do Pico do Itambé influenciou, diretamente, a dinâmica territorial local, ocasionando mudanças no contexto da conservação da biodiversidade e nas relações socioeconômicas estabelecidas na região.

No caso estudado, o modo de vida das populações tradicionais é condicionado pelas relações materiais e simbólicas estabelecidas com a natureza, assim como as suas possibilidades de reprodução sociocultural, conforme também discutido por Diegues (2004) e Porto-Gonçalves (2011).

Os moradores da região aprenderam, desde a sua infância, a importância da vida e do trabalho no campo para o sustento da família. O trabalho era associado, na maior parte dos casos, à atividade de extração vegetal, (envolvendo a coleta de sempre-vivas e madeira), à extração mineral (o garimpo de diamantes), além da agricultura e pecuária de subsistência e à venda de produtos, realizada pelos tropeiros. Estas características

ligadas aos modos de vida no passado foram discutidas pela perspectiva da “caixa conceitual”, fundamentada em Zaoual (2006). E, a partir dessas, é possível interpretar que o conhecimento acerca de tais ofícios constitui um saber tradicional típico de toda a região do Alto Jequitinhonha (MG), que era diretamente ligado à extração e uso dos recursos naturais e executado coletivamente. O território efetivamente utilizado para tal transcendia as fronteiras das propriedades familiares e os limites dos próprios povoados e municípios. Estas circunstâncias fizeram com que os habitantes da região conhecessem, profundamente, as características físicas e dinâmicas de seu território, que era percorrido e vivenciado como parte integrante de seu cotidiano.

As relações sociais, econômicas e culturais eram estabelecidas a partir da própria forma de utilização do território. Assim, a noção de território era a de “território usado”, conforme também discutido por Santos (2006), que exprime o sentido de utilização e transformação do território pela sociedade, ao longo da história.

Ainda em relação ao modo de vida local, a criação do Parque incidiu diretamente no uso dos recursos naturais. Consequentemente, as relações socioeconômicas, culturais e a própria organização territorial também foram modificadas. A principal razão para isto, segundo os depoimentos obtidos, é que as possibilidades de trabalho comumente realizadas no local passaram a ser impedidas devido à existência da UC. E, devido a estas restrições, a percepção local é de que todo o conhecimento acumulado por gerações sobre como sobreviver naquela região parece ter sido desconsiderado no processo de criação do PEPI. A utilização do “complexo grota-chapada”, termo adotado para caracterizar a forma tradicional de cultivo de alimentos nas grotas, e a soltura do gado e a extração vegetal nas chapadas da região do Alto Jequitinhonha (GOZA *et al.*, 1988; RIBEIRO *et al.*, 1998, *apud* STCP, 2004), que era característico do modo de vida e constituinte das relações socioeconômicas anteriormente à criação do Parque, foi impossibilitados. E isto despertou nos moradores uma série de inquietações que foram afirmadas nos depoimentos coletados.

Os sentimentos, expressões, elementos simbólicos ligados aos grupos sociais, tais como os mitos, ritos, crenças e valores foram discutidos na perspectiva da “caixa preta”. A partir desta análise, foi compreendido que o território é profundamente conhecido pela população local a partir de sua vivência, e que, a construção do sentido de coletividade e cooperação representa uma força para o enfrentamento dos desafios diários. Além disso, o apego ao trabalho realizado no passado, a relação estabelecida com o local, com as plantas e animais, e ainda os costumes, crenças e conhecimentos

tradicionais são traços marcantes da memória coletiva. O “laço” com a terra e o vínculo com o local de origem foram claramente expressos nos depoimentos da pesquisa, sendo relacionados a um desejo de permanência na localidade. Estes elementos parecem traduzir o campo simbólico que constitui o sentido de pertencimento dos moradores locais à região e são também constituintes da noção de territorialidade, conforme expressa por Diegues e Arruda (2001). Isto porque expressam a reprodução das práticas, crenças e valores que revificam o sentido coletivo de um grupo social nos limites de um território ao qual se sentem parte.

A análise realizada também sinalizou para o fato de que as territorialidades vêm sendo transformadas a partir da criação do Parque. Ou seja, foi observado o processo de desterritorialização, conforme discutido por Haesbaert (2010), uma vez que o acesso ao território do qual faziam parte no passado foi transformado. Mas essa mudança parece ter sido substituída pelo processo de reterritorialização, com a configuração de um novo espaço, remodelado e ressignificado pela existência da UC.

Dessa forma, a criação do PEPI limitou as práticas e costumes locais e, com este novo contexto, uma “barreira” foi imposta às possibilidades de ir e vir, à utilização dos recursos naturais e aos modos de trabalho conhecidos. Tal situação parece ter sido, assim, geradora de inseguranças dos moradores locais em relação ao presente e incertezas quanto ao futuro. No entanto, vale ressaltar que, mesmo em meio às dificuldades encontradas, o desejo expresso de permanência na região não foi coibido, o que poderia representar uma importante potencialidade para parcerias na gestão da UC.

Por fim, com a análise desenvolvida a partir da perspectiva da “caixa de ferramentas”, foi possível evidenciar que a carência de empregos (que impossibilita principalmente os moradores mais jovens de permanecerem vivendo na região) foi também relacionada ao processo de criação da UC. Embora a existência do PEPI não tenha sido indicada nos depoimentos como a motivação principal do problema enfrentado, o discurso oficial de sua criação foi permeado de falsas promessas de melhorias de qualidade de vida e possibilidades de geração de renda e emprego para os moradores locais, e não parece ter gerado os resultados anunciados.

Outra contradição destacada em relação ao processo de criação do PEPI foi a maneira como a população local soube a respeito da UC. A ausência de transparência tanto na fase de pesquisa para a criação da UC quanto posteriormente, durante o processo de indenização e reassentamento, foi apontada como a principal razão de insatisfação e descrença dos moradores da região com relação ao poder público.

Dessa forma, embora tenham existido contrapartidas para a população local, tais como a indenização e a oferta de lotes, os possíveis benefícios da criação de uma área protegida na região foram vagamente compreendidos pelos moradores locais. E essa percepção parece ser também compartilhada pela atual gestão do PEPI.

A partir da perspectiva da gestão, há ainda questões mal resolvidas concernentes ao processo. E isto tende gerar um distanciamento da população local do processo de gestão pública. Além disso, a partir da análise das Atas das reuniões do Conselho Consultivo do PEPI, foi possível observar que estes fóruns ainda não representam um lócus real de manifestação das demandas dos moradores locais. Parece haver um hiato entre as demandas da população e o processo de gestão, o que denota que embora ela se sinta parte da região, não se sente pertencente ao Parque. E o afastamento da gestão gera distanciamento e dúvidas em relação ao cumprimento dos compromissos assumidos, como a conclusão do processo de reassentamento e indenização dos antigos moradores da Serra, desapropriados a partir da criação do PEPI.

Todavia, os motivos que levaram à criação da UC parecem ser compreendidos por alguns habitantes da região, que inclusive percebem os benefícios dela decorrentes em relação à conservação da biodiversidade, tais como a proteção das matas, dos córregos e a diminuição das queimadas. Portanto, com base no que foi discutido nesta pesquisa e nos argumentos levantados, parece claro que o sentido de pertencer à região constitui uma força local, conforme discutido por Zaoual (2006), para o qual, o sentido de pertencimento é expresso pelo compartilhamento das visões de mundo pelos atores nas relações sociais. Assim, essa força relacionada ao sentido de “pertencer ao local”, evidente em meio aos moradores poderia ser fortalecida no cotidiano da gestão.

7. Considerações Finais

A histórica cisão entre sociedade e natureza tem sido um dos principais desafios enfrentados para a implementação de políticas publicas de proteção da natureza, principalmente no caso das áreas protegidas. Esta é uma temática também a ser abordada pela pesquisa acadêmica, sobretudo considerando que as questões sociais envolvidas no debate sobre proteção da natureza estão no cerne de inúmeros conflitos e dificuldades enfrentadas pela gestão pública. Apesar disso, são ainda raras as pesquisas que incidem sobre esta problemática e, em especial, aquelas que abordam o tema pela perspectiva local. Neste contexto, a pesquisa psicossocial e a valorização do saber local tendem a ser essenciais para a compreensão da complexidade envolvida nas subjetividades sobre a natureza que, por sua vez, tem rebatimentos diretos nos modos de vida locais.

Com base nesse argumento, esta pesquisa teve como objetivo central analisar em que medida a existência do Parque Estadual do Pico do Itambé influencia as territorialidades e o sentido de pertencimento, pela ótica local; segundo as perspectivas teóricas orientadoras de Zaoual (2006) e Haesbaert (2010).

Assim, a dissertação se insere no debate sobre a criação de áreas protegidas, sendo esta uma das principais estratégias adotadas globalmente e também no caso do Brasil, para a proteção da natureza. E, nesse viés, partiu-se do entendimento que as políticas públicas devem considerar a indissociabilidade entre natureza e cultura conforme também discutido por Diegues (2000), Irving (2010) e Porto-Gonçalves (2011).

Por essa razão, optou-se pelo aprofundamento da leitura crítica sobre a dinâmica territorial local que se expressa, como um caminho possível, para a compreensão da forma pela qual a sociedade transforma o espaço e se transforma, conforme discutido por Santos (2006) e, também como as territorialidades são constituídas, como debatido por Haesbaert (2010). Assim, partiu-se do pressuposto que a percepção sobre as transformações do território, interpretada a partir da perspectiva da população da Serra do Espinhaço, poderia fornecer pistas sobre como o processo de criação e implantação do PEPI vem influenciando o modo de vida local; e, mais especificamente, as transformações relativas à organização social, às crenças, tradições, trabalho e às formas de utilização do espaço.

É importante enfatizar que a pesquisa partiu do pressuposto que o sentido de pertencimento se constrói no campo simbólico e cultural de determinado grupo social, sendo associado à sua visão de mundo e à ação coletiva, em prol dos interesses do grupo social que compartilha das mesmas territorialidades.

Neste contexto, a dimensão do pertencimento foi interpretada, como questão central no debate sobre as territorialidades, uma vez que a relação entre territorialidade e pertencimento se constitui, no âmbito desta dissertação, como fundamento para explicar a relação material e simbólica de uso e apropriação do território, por parte da população local estudada.

Muitas das histórias de vida abordadas nessa dissertação trouxeram pistas importantes com relação a este tema. E a pesquisa realizada ilustrou que, embora seja claro sentido de pertencimento à Serra do Espinhaço, esta não é a situação com relação ao Parque Estadual do Pico do Itambé, por inúmeras razões, entre as quais, a forma pela qual foi conduzido o processo de criação, e as incertezas com relação à manutenção dos modos de vida locais.

Pela análise realizada, é possível afirmar ainda que, apesar dos problemas reconhecidos no processo de criação e implantação do PEPI, alguns impactos positivos têm sido reconhecidos como resultado da própria existência desta área protegida. Estes estão relacionados, principalmente, às melhorias identificadas em termos de conservação da biodiversidade proporcionada pela implantação do Parque e também às ações de fiscalização ambiental que coíbem, entre outras ações, queimadas e o desmatamento, graves riscos à biodiversidade regional.

A forma pela qual foram conduzidas as iniciativas do processo de negociação pela gestão da UC e as lacunas com relação ao processo de regularização fundiária têm sido as principais causas de inúmeros problemas e tensões entre a população local e a interlocução do Parque.

No entanto, se pode afirmar que a criação desta UC representou, efetivamente, um marco na vida dos moradores locais, ressignificando também o sentimento em relação ao seu lugar de origem e seu cotidiano, o que foi reafirmado por meio da história de vida de alguns moradores da região. Nesse caso, a insegurança quanto à possibilidade de continuidade do modo de vida local parece ter afetado, de maneira marcante, a interpretação local sobre o território habitado e, por consequencia, o sentido de pertencimento que caracteriza os laços de afeto com a região.

Além disto, foi também possível identificar territorialidades sobrepostas entre as percepções de origem com relação ao território (anteriormente à criação do PEPI) e as novas territorialidades, geradas a partir de sua implantação. Assim, se os habitantes da Serra se sentem parte do território onde nasceram, o mesmo não ocorre com relação ao Parque, cuja existência impôs novos limites e significados a este território. Nesse caso, as territorialidades de origem foram desconstruídas, forjando um processo de desterritorialização, que, por sua vez foi seguido pelo de reterritorialização, construído sobre novas bases, conforme discutido por Haesbaert (2010).

Mas apesar de todos os problemas identificados, o forte sentido de pertencimento à Serra do Espinhaço parece indicar, assim, que existe um movimento possível de aproximação e valorização do Parque junto à população local. E esta possibilidade poderia ser melhor delineada no cotidiano da gestão da área protegida, de modo a favorecer uma imagem positiva do Parque para os habitantes da região.

Este argumento se sustenta com clareza nas premissas de Haesbaert (2011) e conforme também defendido por Zaoual (2006), pois, havendo o sentido de pertencimento à região onde se insere o Parque, poderá haver também a ligação afetiva com este território, condição essencial a ser considerada nas práticas de gestão, conforme identificado nesta dissertação.

É importante enfatizar também que o estudo realizado inspirou inúmeras questões. Como transformar a população local em uma aliada no processo de conservação da natureza a partir da valorização do sentido de pertencimento à região? Seus profundos conhecimentos sobre a biodiversidade local não poderiam também ser traduzidos para apoiar estratégias dirigidas à sua conservação? Não seria possível com a consolidação do Parque um novo processo de reterritorialização, no qual os habitantes da Serra pudessem se apropriar também da área protegida, compreendendo-se como parte dela, como extensão de seu território utilizado, e ao qual também pertencessem?

Entre as pistas trazidas pela dissertação e as questões que permanecem sem resposta, o caso estudado parece ilustrar diversos outros exemplos de tensões e também possibilidades no processo da gestão de áreas protegidas no país.

Contudo, a partir da análise do caso proposto, é possível reafirmar que o sentido de pertencimento em relação às áreas protegidas tende a ser essencial para o reconhecimento das iniciativas para a sua conservação. E tais iniciativas dirigidas à conservação da biodiversidade somente serão consideradas por parte dos grupos sociais

envolvidos se também for valorizada, em políticas públicas de proteção da natureza, a forma pela qual estes constroem social e historicamente o território.

No entanto, as transformações positivas ocasionadas na região pela criação da área protegida só tenderão a ser internalizadas pelos atores sociais se estes puderem compreender os benefícios dela decorrentes para os modos de vida locais, não se sentindo apenas expropriados de suas origens e seu território.

Com essa compreensão, e a valorização do sentido de pertencimento às áreas protegidas, a sociedade poderia então se transformar em aliada do movimento dirigido ao processo de conservação da natureza.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: **Territórios em movimento:** cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. LAGES, V; BRAGA, C; MORELLI, G. (Orgs.). SACHS, Y. (Apresentação). Rio de Janeiro: Relume Dumará, Brasília, DF : SEBRAE, p. 25-70, 2004.

BALDIN, N; MUNHOZ, E. *Snowball* (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. Anais: **X Congresso Nacional de Educação. I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação**. Pontifícia Universidade do Paraná, Curitiba, 7 a 10 de novembro, 2011. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf, acesso em: 24 de dezembro, 2013.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. São Paulo: FGV, 2006.

BIODIVERSITAS. **Biodiversidade em Minas Gerais**: um atlas para sua conservação. Drummond, G. M; [et al.]. 2. Ed. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2005. 222 p. Disponível em: http://www.biodiversitas.org.br/atlas/sintese.pdf. Acesso em: 25/03/14.

BONNAL, P; CAZELLA, A. A; DELGADO, N. G. Contribuições ao estudo do desenvolvimento territorial rural: reflexões metodológicas a partir do caso brasileiro. *Biblio 3W. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales***. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 30 de noviembre de 2012, Vol. XVII, nº 1002. Disponível em: http://www.ub.es/geocrit/b3w-1002.htm. Acesso em: 29/01/14.

BOURDIEU, P. **Poder simbólico.** Ed. Difel, 1989.

_____. **Razões Práticas**. Sobre a Teoria da Ação. Campinas: Papirus, 1996.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília, DF, Brasil, 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm.

_____. Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm

_____. Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF, Brasil. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>.

_____. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Brasília, DF, Brasil. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm.

_____. Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências.

Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/240/_arquivos/decreto_5758_2006_pnap_240.pdf. Acesso em: 01/12/13;

_____. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 01/12/13;

BRASIL, Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012. Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm. Acesso em : 01/12/13;

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **A Convenção sobre Diversidade Biológica**. Cópia do Decreto Legislativo no. 2, de 5 de junho de 1992. Série Biodiversidade no. 1. Brasília, DF, 2000. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_dpg/_arquivos/cdbport.pdf. Acesso em: 16/11/13;

CALLAI, H. C. O estudo do lugar como possibilidade de construção da identidade e do pertencimento. A questão social no novo milênio. **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais.** Coimbra, 2004.

CAMARGOS, R. Os primeiros Parques Mundiais: natureza, nação e formação civil. In: **O Campo em Debate:** terra, homens, lutas. SECRETO, M. V; CARNEIRO, M. J; BRUNO, R. (Org.). Rio de Janeiro: Mauad X: Seropédica, RJ: Edur, 2008.

CORNWALL. A., ROMANO, J. O; SHANKLAND, A. Posfácio. Culturas da política, espaços de poder: contextualizando as experiências brasileiras de governança participativa. *In*: Romano, J.O, Andrade, M. de P. & Antunes, M. (orgs). **Olhar Crítico sobre Participação e Cidadania:** a construção de uma governança democrática e participativa a partir do local. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 257-291.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. 1.ª ed. Atlas, São Paulo, 2006.

DIEGUES, A. C. S. **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Editora HUCITEC, 2000.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. (3a ed.). São Paulo: Editora HUCITEC. Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2004.

DIEGUES, A. C. S; ARRUDA, R. (Orgs.). Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

ESTEVES, A. J. Metodologias qualitativas, análise etnográfica e histórias de vida. In: **Metodologias qualitativas para as ciências sociais.** Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Portugal. 1998. 41-48 pp. Disponível em: http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4257.pdf. Acesso em: 08/12/13.

FOUCAULT, M. **Of other spaces**: utopias and heterotopias. Architecture/ Mouvement/ Continuité: 1984 [1967].

GONTIJO, B. M. Uma geografia para a Cadeia do Espinhaço. **Revista Megadiversidade**: Cadeia do Espinhaço - avaliação do conhecimento científico e prioridades de conservação, v.4, nº 1-2, dezembro, 2008.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus,1990.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** Porto Alegre, setembro de 2004. Disponível em: http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogerio_HAESBAERT.pdf. Acesso em: 13/12/13.

_____. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. SAQUET, M. A; SPOSITO, E. S. (Orgs.). 1 ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. pp95-120, 368p. 2009.

_____. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HISSA, C. E. V. Território de diálogos possíveis. In: RIBEIRO, MTF., and MILANI, CRS., orgs. **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea:** o território como categoria de diálogo interdisciplinar [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 312 p. ISBN 978-85-232-0560-7. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>.

ICMBio, 2010. **Mapa do Mosaico do Espinhaço**: Alto Jequitinhonha - Serra do Cabral. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/mosaicos-e-corredores-ecologicos/moscaicos-reconhecidos-oficialmente/1865-mosaico-do-espinhaco-alto-jequitinhonha-serra-do-cabral.html. Acesso em: 11/12/13.

INSTITUTO SEMEIA. **Uso público e parcerias para conservação e desenvolvimento**. A perspectiva dos gestores de unidades de conservação do Brasil. Análise 2012. Disponível em: http://www.semeia.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=234%3Aanalise-das-ucs-do-brasil-em-2012&Itemid=58&lang=pt. Acesso em: 21/01/14.

IRVING, M. A. Áreas protegidas e inclusão social - uma equação possível em políticas públicas de proteção da natureza no Brasil? **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v.4, Nº12, p. 122-147, 2010.

IRVING, M. A., GIULIANI, G. M., & LOUREIRO, C. F. B. **Parques Estaduais do Rio de Janeiro**: construindo novas práticas para a gestão. São Carlos, SP: Editora Rima, 2008.

IRVING, M. A; MATOS, K. Gestão de Parques Nacionais no Brasil: projetando desafios para a implementação do Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas. **Floresta e Ambiente**, v.13, n.2, p. 89 - 96, 2006. Disponível em: http://www.floram.org/files/v13n2/v13n2a8.pdf. Acesso em: 13/12/13.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace***.** 4ª Ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início – fev. 2006.

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. 2002. **Série Antropologia**, 322, 2002. Disponível em http://www.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf, acesso em 5 de julho/ 2013.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambient. soc.** [online]. 2006, vol.9, n.1, pp. 41-64. ISSN 1809-4422. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2006000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 de julho, 2013.

MEDEIROS, R.; IRVING M. A. ; GARAY, I**.** A Proteção da Natureza no Brasil: evolução e conflitos de um modelo em construção. **Revista de Desenvolvimento Econômico.** Salvador, ano VI, n.9, jan.2004.

MERCADANTE, Maurício C. Uma década de debate e negociação: a história da elaboração do SNUC. In: BENJAMIN, A. H. (org). **Direito ambiental das áreas protegidas**: o regime jurídico das unidades de conservação. Rio de Janeiro, Forense Universitaria. 2001. pp190-231.

MINAS GERAIS. Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais - SEMAD-MG. (2005). **Proposta de criação da Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço**, fase 1. Elaborado pelo grupo de trabalho, instituído pela resolução nº244 de 23 de julho de 2004. Belo Horizonte, MG, Brasil.

_____. Lei n° 21.147, de 14 de janeiro de 2014. Institui a Política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG. Disponível em: http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/111485.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2000.

_____. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

NAZAREA, V. D. Local knowledge and memory in biodiversity conservation. **Annual Review of Anthropology**, 35: 317-335, 2006.

PIMENTEL, D. S.; MAGRO, T. C. Múltiplos olhares, muitas imagens: o manejo de parques com base na complexidade social. **GEOgraphia**, v. 13, n. 26, 2011. Disponível em: http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/issue/view/28. Acesso em: 09/03/14.

PIMM, S. L.; AYRES, M.; BALMFORD, A.; BRANCH, G.; BRANDON, K.; BROOKS, T.; BUSTAMANTE, R.;COSTANZA, R.; COWLING, R.; M.CURRAN, L.; DOBSON, A.; FARBER, S.; FONSECA, G. A. B.; GASCON, C.; KITCHING, R.; MCNEELY, J.; LOVEJOY, T.; MITTERMEIER, R. A.; MYERS, N.; PATZ, J. A.; RAFFLE, B.;RAPPORT, D.; RAVEN, P.; ROBERTS, C.; RODRÍGUEZ, J. P.; RYLANDS, A. B.; TUCKER, C.; SAFINA, C.; SAMPER, C.; STIASSNY, M. L. J.; SUPRIATNA, J.; WALL, D. H. & WILCOVE, D. *Can we defy nature's end*? 2001. **Science** 293:2207–2208.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 15ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

QUIVY, R.; CAMPEHOUDT, L.V. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1992. 275 p.

RIBEIRO, M. T. F. Introdução. *In*: RIBEIRO, MTF., and MILANI, CRS., orgs. **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea:** o território como categoria de diálogo interdisciplinar [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. 312 p. ISBN 978-85-232-0560-7. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>.

RIBEIRO, R. Apresentação. In: ZAOUAL, H. **Nova Economia das Iniciativas Locais**: uma introdução ao pensamento pós-global. Tradução de Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Gerald a França: COPPE/UFRJ, 2006.

RODRIGUES, C. G. O. **O uso público nos parques nacionais**: a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SANTILLI, J. Áreas protegidas e direitos de povos e comunidades tradicionais. In: BENSUSAN, N; PRATES, A. P. (Orgs.). Brasília: IEB, pp 398-435, 2014.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1 ed., 2. reimpr., 2012.

SILVA, J. A. F. Pertencimento e identidade, territorialidade e fronteira entre os Chiquitanos no Brasil e na Bolívia. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 119-137, jan./jun. 2012.

SILVA, N. Subjetividade. STREY, M.N. **Psicologia Social Contemporânea**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

SILVA, V. F. Origem Migrante. ***Avá*** [online]. 2007, n.11, pp. 117-136. ISSN 1851-1694. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1851-16942007000200005&lng=es&nrm=iso&tlng=pt, acesso em: 15/03/14.

SPINDOLA, T., SANTOS, R. S. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?). **Revista da Escola de Enfermagem,** Universidade de São Paulo. 2003; 37(2):119-26. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v37n2/14.pdf. Acesso em: 08/12/13.

STCP, Engenharia de Projetos. **Plano de Manejo do Parque Estadual do Pico do Itambé**. SDS-01/02 - Revisão Final. Curitiba, 2004.

TONUCCI, J. B. M. Espaço e território: um debate em torno de conceitos-chave para a geografia crítica. **Revista Espinhaço**, 2013 2(1): 41-51. Disponível em: http://www.cantacantos.com.br/revista/index.php/espinhaco/issue/archive. Acesso em 15/10/13.

UNESCO, UNEP. **Cultural diversity and biodiversity for sustainable development**. 2002. Disponível em http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001322/132262e.pdf. Acesso em 03 de dezembro de 2013.

VASCONCELOS, E. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar:** epistemologia e metodologia operativa. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

WEST, P. Igoe, J., & Brockington, D. Parks and peoples: the social impact of protected areas. **Annual Review of Anthropology**, 35: 251-277, 2006.

ZAOUAL, H. **Nova Economia das Iniciativas Locais**: uma introdução ao pensamento pós-global. Tradução de Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Gerald a França: COPPE/UFRJ, 2006.

9. APÊNDICES

Apêndice 1: Termo de consentimento informado

Pesquisadora: Manuela Muzzi de Abreu
Orientadora da pesquisa: Profa. Dra. Marta de Azevedo Irving
Endereço: Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (Eicos), Instituto de Psicologia – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Campus Praia Vermelha. Av. Pasteur, 250, fundos. Urca. Rio de Janeiro, RJ. CEP: 22.290-902.
Telefones: (31)88077780/ (21)39385349 / (21)980522728 **E-mail**: manuelamuzzi@gmail.com

Objetivo da entrevista: conhecer a visão do entrevistado sobre a relação da população local com o território antes e depois da criação do Parque Estadual do Pico do Itambé.

O(a) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar de um projeto de pesquisa. Vou lhe explicar o objetivo da pesquisa, como será realizada e qual será sua contribuição. É importante que qualquer dúvida que tenha seja esclarecida durante a entrevista ou depois, entrando em contato pelos telefones acima.

O objetivo dessa pesquisa é analisar em que medida o sentido de territorialidade e pertencimento influenciam o olhar local sobre o Parque Estadual do Pico do Itambé. Com este estudo, procuramos contribuir com a relação entre a população local e a gestão do parque.

Sua colaboração será solicitada na realização de uma entrevista em que pontos sobre a relação da população local com o parque serão tratados. A entrevista será gravada e posteriormente transcrita e durante sua realização serão feitas anotações. Somente o pesquisador, o responsável pela transcrição da entrevista e o orientador da pesquisa terão acesso aos dados, e as gravações serão destruídas até o ano de 2015. Para a publicação da pesquisa, por meio da dissertação e/ou de artigos, serão utilizados codinomes que não permitirão a identificação dos participantes.

A entrevista consistirá inicialmente de algumas perguntas sobre seus dados pessoais e depois aproximaremos do tema de pesquisa. Pode ser que dure até 2 horas e que seja necessária mais de uma entrevista. Mas é importante que saiba que sua participação é voluntária e que terá liberdade de desistir da pesquisa no início ou durante o processo, ou recusar a responder a uma ou mais perguntas específicas sem haver nenhum tipo de repreensão por isso. Não haverá risco em sua participação, a não ser a inconveniência de tomar seu tempo para responder à entrevista. A pesquisa não lhe trará nenhum benefício direto mas, por outro lado, sua contribuição será fundamental para a atingir os objetivos deste estudo e, além disso, poderá contribuir para a formação de uma visão estratégica sobre as políticas públicas que busque aprimorar a gestão do PEPI. No momento em que a pesquisa for concluída, os entrevistados terão acesso a ela.

A explicação foi clara? Tem alguma pergunta? Concorda em participar? Permite que a entrevista seja gravada e anotada?

Local:_____ Data:_____/_____/_____

Assinatura: _____

Apêndice 2: Ficha de identificação

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO – Nº _____

I. Dados Entrevistado

Nome Entrevistado: Nome pelo qual é conhecido:

Endereço:

Município: Telefone:

Local e data de nascimento:

Sexo:

Ocupação atual: Cargo: Tem carteira assinada?

Local de emprego/trabalho/estudo:

Escolaridade (especificar a série):

Renda média mensal familiar: ____ < 1 SM / ____ 1 a 2 SM / ____ 2 a 3 SM / ____ > 3 SM

Mora em: ___casa própria ___ casa alugada ___ outro:_____

Participação em organização social: ___ Não ____ Sim

Nome organização/entidade:

Cargo: Data de início de participação:

II. Dados Entrevista

Nome Entrevistador: Data:

Hora de início da entrevista: Hora de fim da entrevista: Duração:

Local:

Como o contato foi estabelecido?

Objetivo da entrevista:

Tipo de entrevista: ___Conversa informal ___ Entrevista semi-estruturada

Tipo de registro: ___Gravação áudio ___ Gravação vídeo

___ Anotação durante a entrevista ___Anotação posterior

Apêndice 3: Roteiro de entrevista – Gestor

Roteiro de entrevista – Gestor do Parque Estadual do Pico do Itambé

Informações gerais sobre a gestão:

1) Há quanto tempo trabalha com áreas protegidas? E no cargo atual?
2) Você poderia descrever seu dia de trabalho?
3) O que mais te motiva no trabalho? O que considera como o maior desafio da sua função?
4) Como caracteriza a situação de conservação da biodiversidade na UC onde trabalha? E no entorno?
5) Como considera a integração da administração do PEPI com as outras UCs vizinhas?
6) Quais os principais problemas enfrentados pela gestão para a consolidação do parque?

Informações sobre relação entre UC e população local:

7) Existem comunidades dentro da UC? Como é a relação com elas?
8) Quais são as principais comunidades do entorno do PEPI?
9) O PEPI é frequentado pela população local? Se sim, em que locais?
10) Qual(is) são as comunidade(s) que possui(em) relação mais próxima com a gestão do PEPI? Em sua opinião, por que isso acontece?
11) Além dessas, alguma outra comunidade já mostrou interesse em se aproximar da administração do PEPI? Quando, como e por quê?
12) Existem conflitos entre a gestão e os moradores locais? Se sim, quais? Há diferença entre os que estão no interior e no entorno?
13) Ações específicas são desenvolvidas pela administração do PEPI para inserir as comunidades locais no planejamento de ações da UC? Quais?
14) Qual a sua expectativa em relação à participação local na gestão do PEPI?
15) Em sua opinião, a população local tem ciência sobre os objetivos e o significado de criação do parque?
16) Percebe na região algum interesse da comunidade em apoiar a conservação ou manutenção das UCs?
17) Acredita que as atividades da população vão mais de encontro ou contra a conservação da biodiversidade? Por quê?
18) Há algum outro ponto que deseja colocar?

Apêndice 4: Roteiro de entrevista – Interlocutores locais

Roteiro de entrevista – Antigos moradores do entorno do Parque Estadual do Pico do Itambé (perguntas norteadoras para auxiliar na técnica de história de vida)

Pergunta de abertura da entrevista:

1) O(a) senhor(a) pode me contar um pouco sobre estória, mencionando há quanto tempo vive nesta comunidade, como chegou aqui e de onde veio? O(a) senhor(a) pode começar pela sua infância, por favor, como era o lugar onde nasceu e a vida na época.

Perguntas a serem complementadas, para pontuar alguns aspectos importantes na resposta, caso não sejam mencionados pelo(a) entrevistado(a):

2) Como é seu dia-a-dia na comunidade? O que o(a) senhor(a) faz durante a semana e no final de semana?

3) Na sua estória, qual é o significado dessa região do Itambé?

4) O que o(a) senhor(a) mais gosta daqui? E o que menos gosta? Se mudaria para outro lugar? Por quê?

5) Como se chama a serra daqui? E os rios principais? Quais são as plantas e os bichos da região?

6) O(a) senhor(a) se lembra de quando criaram o Parque Estadual do Pico do Itambé? Como foi? Como o(a) senhor(a) ficou sabendo sobre o parque? O que pensou? O que sentiu?

7) O(a) senhor(a) vai ao parque? Qual é o significado do parque para o(a) senhor(a)?

8) Como o(a) senhor(a) gostaria que seus filhos e netos vissem a região do Itambé?

9) Que mensagem o senhor(a) enviaria para as pessoas que trabalham no parque?

10. ANEXOS

Anexo 1: Decreto de Criação do Parque Estadual do Pico do Itambé

Decreto nº 39.398, de 21 de janeiro de 1998.

Cria o Parque Estadual do Pico do Itambé, e dá outras providências.
(Publicação - Diário do Executivo - "Minas Gerais" - 22/01/1998)

O Governador do Estado de Minas Gerais, no uso de atribuição que lhe confere o artigo 90, II, da Constituição do Estado, e tendo em vista a disposição do artigo 5º da Lei Federal nº 4.771, de 15 de setembro de 1965,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado, nos municípios de Santo Antônio do Itambé, Serro e Serra Azul de Minas, o Parque Estadual do Pico do Itambé, que ficará subordinado ao Instituto Estadual de Florestas.

Art. 2º - A área destinada ao Parque a que se refere o artigo anterior, no Pico do Itambé, é de aproximadamente quatro mil e setecentos hectares (4700ha) localizada dentro do seguinte perímetro: início no ponto de coordenadas UTM N: 7.971.000, E: 672.000, localizado no município do Serro; deste segue em linha reta na direção leste até o ponto de coordenadas N: 7.971.000, E: 680.000, localizado no município de Serra Azul de Minas; deste segue em linha reta na direção sul até o ponto de coordenadas N: 7.963.000, E: 680.000, localizado no município de Santo Antônio do Itambé; deste segue em linha reta na direção sudoeste até o ponto de coordenadas N: 7.951.000, E: 676.000, localizado no município de Santo Antônio do Itambé; deste segue em linha reta na direção noroeste até o ponto de coordenadas N: 7.955.000, E: 668.000, localizado no município do Serro; deste segue em linha reta na direção nordeste até encontrar o ponto de partida. Todas as coordenadas UTM deste memorial pertencem ao Fuso 23, do Datum Horizontal SAD-69.

Art. 3º - A Fundação Rural Mineira - Colonização e Desenvolvimento Agrário - RURALMINAS, fará a discriminação administrativa ou judicial da área a ser definida como Parque Estadual do Pico do Itambé, para caracterização do domínio respectivo, no prazo de cento e oitenta (180) dias.

Art. 4º - A área patrimonial do Parque Estadual do Pico do Itambé poderá ser acrescida de outras áreas, caracterizando-se todas pela inalienabilidade e devendo ficar sob a jurisdição e administração do Instituto Estadual de Florestas - IEF.

Art. 5º - O Parque Estadual do Pico do Itambé ficará sujeito às normas do regulamento de Parques Estaduais aprovado pelo Decreto nº 21.724, de 23 de novembro de 1981.

Art. 6º - Cabe ao Instituto Estadual de Florestas - IEF exercer a implantação e a administração do Parque Estadual do Pico do Itambé.

Art. 7º - A Polícia Florestal da PMMG fará, sob coordenação do IEF, a fiscalização dessa Unidade de Conservação.

Art. 8º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 21 de janeiro de 1998.

Eduardo Azeredo - Governador do Estado

Anexo 2: Portaria de Criação do Mosaico do Espinhaço

PORTARIA No- 444, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2010

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e nos arts. 8º e 9º do Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002, resolve:

Art. 1º Reconhecer como mosaico de unidades de conservação no Estado de Minas Gerais, o Mosaico do Espinhaço: Alto Jequitinhonha - Serra do Cabral, abrangendo as seguintes unidades de conservação e zonas de amortecimento:

I - sob a gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio:

a) Parque Nacional das Sempre Vivas;

II - sob a gestão do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais - IEF:

a) Parque Estadual da Serra do Cabral;

b) Parque Estadual do Biribiri;

c) Parque Estadual do Rio Preto;

d) Parque Estadual do Pico do Itambé;

e) Parque Estadual da Serra Negra;

f) Estação Ecológica Mata dos Ausentes;

g) Área de Proteção Ambiental Água das Vertentes;

III - sob a gestão da Prefeitura Municipal de Felício dos Santos:

a) Área de Proteção Ambiental Felício dos Santos;

IV - sob a gestão da Prefeitura Municipal de Couto de Magalhães de Minas:

a) Área de Proteção Ambiental Rio Manso.

Art. 2º O Mosaico de Unidades de Conservação contará com o apoio de um Conselho, com caráter consultivo, que atuará como instância de gestão integrada das unidades de conservação constantes do art. 1º desta Portaria.

Art. 3º O Conselho do Mosaico de Unidades de Conservação terá a seguinte composição:

I - representação de órgãos e entidades públicas:

a) um representante de cada uma das unidades de conservação listadas no art. 1º desta Portaria;

b) um representante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - Emater - Escritório Regional - Suplente: representante do Instituto de Desenvolvimento do Norte de Minas Gerais - Idene;

c) um representante da Superintendência de Meio Ambiente - Supram - Regional Jequitinhonha – Suplente: representante da Polícia Militar Ambiental;

d) um representante do Instituto Estadual de Florestas - IEF - Escritório Regional Alto

Jequitinhonha - Suplente: representante do Instituto Estadual de Florestas - IEF - Diretoria de Áreas Protegidas;

II - representação da sociedade civil:

a) um representante do Instituto Biotrópicos;

b) um representante da Organização não Governamental Andarilhos da Luz; - Suplente:

representante da Associação Montanhas do Espinhaço;

c) um representante da Organização não Governamental Funivale; - Suplente: representante do Instituto de Desenvolvimento Sócio-Ambiental da Serra do Gavião - IDASEG;

d) um representante do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA Itamarandiba; - Suplente: representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - Couto Magalhães de Minas;

e) um representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais; - Suplente: representante do Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha - Campo Vale;

f) um representante da Serra do Cabral Agro-Indústria - SCAI; Suplente: representante da V&M Florestal;

g) um representante da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Departamento de Ciências Biológicas; - Suplente: representante da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Departamento de Turismo;

h) um representante da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - Departamento de Ciências Biológicas; - Suplente: representante da Universidade Federal de Minas Gerais – Instituto de Geociências/Departamento de Geografia.

Art. 4º Ao Conselho do Mosaico compete:

I - elaborar seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instituição;

II - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar:

a) as atividades desenvolvidas em cada unidade de conservação, tendo em vista, especialmente:

1. os usos na fronteira entre unidades;

2. o acesso às unidades;

3. a fiscalização;

4. o monitoramento e avaliação dos Planos de Manejo;

5. a pesquisa científica;

6. a alocação de recursos advindos da compensação referente ao licenciamento ambiental de empreendimentos com significativo impacto ambiental;

b) a relação com a população residente na área do mosaico;

III - manifestar-se sobre propostas de solução para a sobreposição de unidades;

IV - manifestar-se, quando provocado por órgão executor, por conselho de unidade de conservação ou por outro órgão do Sistema Nacional do Meio Ambiente - Sisnama, sobre assunto de interesse para a gestão do mosaico.

Art. 5º O Conselho do Mosaico será presidido por um dos chefes das unidades de conservação abrangidos pelo Mosaico, escolhido pela maioria simples de seus membros.

Art. 6º O mandato de conselheiro será de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

Art. 7º O conselho de Mosaico poderá convidar representantes de outros órgãos governamentais, não governamentais e pessoas de notório saber, para contribuir na execução dos seus trabalhos.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IZABELLA TEIXEIRA

Anexo 3: Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais

Lei n° 21.147, de 14 de janeiro de 2014.

Lei nº 21.146, de 14 de JANEIRO de 2014.

Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – Peapo – e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS,

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1° Fica instituída a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – Peapo –, com o objetivo de promover e incentivar o desenvolvimento da agroecologia e da produção orgânica no Estado.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, agroecologia compreende o campo do conhecimento transdisciplinar que estuda os agroecossistemas, visando ao desenvolvimento das relações entre capacidade produtiva, equilíbrio ecológico, eficiência econômica, equidade social e uso e conservação da biodiversidade e dos demais bens naturais, por meio da articulação entre conhecimento técnico-científico, práticas sociais diversas e saberes e culturas populares e tradicionais.

Art. 2° A Peapo será implementada pelo Estado em regime de cooperação com a União, os municípios, as organizações da sociedade civil e outras entidades privadas, no âmbito da política estadual de desenvolvimento agrícola, de que dispõe a Lei n° 11.405, de 28 de janeiro de 1994.

Art. 3° As ações da Peapo serão destinadas prioritariamente aos agricultores familiares, aos agricultores urbanos e aos povos e comunidades tradicionais.

Parágrafo único. Para fins desta Lei, considera-se:

I – agricultor familiar aquele definido nos termos do art. 3° da Lei Federal n° 11.326, de 24 de julho de 2006;

II – agricultor urbano aquele que pratica a agricultura urbana, nos termos da Lei n° 15.973, de 12 de janeiro de 2006;

III – povos e comunidades tradicionais aqueles definidos nos termos do inciso I do art. 3° do Decreto Federal n° 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.

Art. 4° São diretrizes da Peapo:

I – a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável em consonância com as demais ações de desenvolvimento agrícola do Estado;

II – a conservação dos ecossistemas naturais, a recomposição dos ecossistemas modificados e a promoção dos agroecossistemas sustentáveis;

III – a implementação de políticas de estímulos que favoreçam a transição agroecológica;

IV – a estruturação de circuitos de produção, distribuição, comercialização e consumo de produtos agroecológicos, orgânicos e em transição agroecológica, que aperfeiçoem as funções econômica, social e ambiental da agricultura e do extrativismo florestal, respeitando-se as tradições culturais;

V – o estímulo às experiências locais de uso e conservação dos recursos genéticos vegetais e animais, especialmente aquelas que envolvam o manejo de espécies nativas, raças e variedades locais, tradicionais e crioulas;

VI – o fortalecimento dos agricultores na gestão e na conservação dos bens naturais com vistas à manutenção da sociobiodiversidade, respeitados os ciclos de renovação do meio ambiente;

VII – a implementação da perspectiva agroecológica nas instituições de ensino, pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater;

VIII – o estímulo ao consumo de produtos agroecológicos, orgânicos e em transição agroecológica;

IX – a valorização do protagonismo dos destinatários a que se refere o art. 3° desta Lei nos processos de construção e socialização de conhecimento e na gestão, na organização social e nas atividades produtivas da agroecologia, da produção orgânica e da transição agroecológica.

Art. 5° Para fins desta Lei, considera-se:

I – produção orgânica aquela oriunda de sistema orgânico de produção definido nos termos do art. 1° da Lei Federal n° 10.831, de 23 de dezembro de 2003;

II – sociobiodiversidade a relação entre a diversidade biológica, os sistemas agrícolas tradicionais e o uso e o manejo dos bens naturais vinculados ao conhecimento e à cultura dos agricultores, englobando produtos, saberes, hábitos e tradições de um determinado lugar ou território;

III – transição agroecológica o processo gradual de mudança de práticas e de manejo de agroecossistemas convencionais a que se refere o inciso IV do art. 2° do Decreto Federal n° 7.794, de 20 de agosto de 2012.

Art. 6° São objetivos da Peapo:

I – ampliar e fortalecer a produção, o processamento e o consumo de produtos agroecológicos, orgânicos e em transição agroecológica, com ênfase nos mercados locais e regionais;

II – promover, ampliar e consolidar o acesso, o uso e a conservação dos bens naturais pelos agricultores;

III – criar e efetivar instrumentos regulatórios, fiscais, creditícios, de incentivo e de pagamento por serviços ambientais para proteção e valorização das práticas tradicionais de uso e conservação da agrobiodiversidade e a expansão da produção agroecológica, orgânica e em transição agroecológica;

IV – ampliar a capacidade de geração e socialização de conhecimentos em agroecologia, produção orgânica e transição agroecológica por meio da valorização dos conhecimentos locais e do enfoque agroecológico nas instituições de ensino, pesquisa e Ater;

V – ampliar e fortalecer os programas de educação do campo, de pesquisa participativa e de Ater, estatais e não estatais, com base na agroecologia;

VI – ampliar a inserção da abordagem agroecológica nos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino, incluindo a formação e a capacitação dos profissionais envolvidos;

VII – assegurar a participação das organizações da sociedade civil na elaboração e na gestão de programas e projetos de pesquisa, ensino e Ater em agroecologia, produção orgânica e transição agroecológica;

VIII – viabilizar a construção e o desenvolvimento de redes de Ater especializadas em agroecologia;

IX – estruturar um sistema de informações sobre a produção agroecológica, orgânica e em transição agroecológica;

X – fortalecer e consolidar os serviços de Ater gratuitos, não estatais e executados pelas organizações da sociedade civil.

Art. 7° São instrumentos da Peapo, entre outros:

I – o Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – Pleapo;

II – a Ater especializada em agroecologia;

III – a pesquisa e a inovação científica e tecnológica com foco na agroecologia;

IV – a formação profissional e a educação do campo;

V – as compras governamentais de gêneros alimentícios agroecológicos ou orgânicos, nos termos do § 3° do art. 6° da Lei n° 20.608, de 7 de janeiro de 2013;

VI – as medidas fiscais e tributárias que favoreçam a produção agroecológica, orgânica e em transição agroecológica.

Parágrafo único. O Pleapo conterá, no mínimo, os seguintes elementos referentes à política instituída por esta Lei:

I – diagnóstico;

II – estratégias e objetivos;

III – programas, projetos e ações;

IV – indicadores, metas e prazos;

V – monitoramento e avaliação.

Art. 8° A Peapo será implementada por meio de convênios, de doações e das dotações consignadas nos orçamentos dos órgãos e entidades que dela participarem com programas e ações, entre outros recursos.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades participantes da Peapo poderão receber recursos do Fundo de Erradicação da Miséria – FEM –, para aplicação em programas e ações que atendam às finalidades dispostas no art. 4° da Lei n° 19.990, de 29 de dezembro de 2011.

Art. 9° O acompanhamento e a participação social na Peapo se darão no âmbito do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – Cedraf-MG –, conforme dispuser regulamento.

Art. 10. Ficam acrescentados ao art. 72 da Lei n° 11.405, de 1994, a seguinte alínea "c" do inciso III e o seguinte § 1°, passando o parágrafo único do mesmo artigo a vigorar como § 2°:

"Art. 72. .....

III –

c) estímulo à produção agroecológica e orgânica.

§ 1° As diretrizes, os conceitos e os instrumentos para estímulo à produção agroecológica e orgânica no Estado, a que se refere a alínea "c" do inciso III do caput, serão objeto de Lei específica.".

Art. 11. Fica revogada a Lei n° 14.968, de 12 de janeiro de 2004.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Tiradentes, em Belo Horizonte, aos 14 de janeiro de 2014; 226º da Inconfidência Mineira e 193º da Independência do Brasil.

ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA
Danilo de Castro
Maria Coeli Simões Pires
Renata Maria Paes de Vilhena
Adriano Magalhães Chaves
José Silva Soares

LEI Nº 21.147, DE 14 DE JANEIRO DE 2014.

Institui a política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS,

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais.

Art. 2º Para os fins desta Lei, consideram-se:

I – povos e comunidades tradicionais os grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tais e possuem formas próprias de organização social, ocupando territórios e utilizando recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica e aplicando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II – territórios tradicionalmente ocupados os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observando-se, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, o que dispõem, respectivamente, o art. 231 da Constituição da República e o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da mesma Constituição, combinados com as regulamentações pertinentes;

III – desenvolvimento sustentável a melhoria permanente da qualidade de vida e da realização das potencialidades humanas, mediante a utilização planejada dos recursos naturais e econômico-sociais, de modo a garantir lhes a transmissão, aprimorados, às gerações futuras.

Art. 3º É objetivo geral da política de que trata esta Lei promover o desenvolvimento integral dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase no reconhecimento, no fortalecimento e na garantia de seus direitos territoriais, sociais, ambientais e econômicos, respeitando-se e valorizando-se sua identidade cultural, bem como suas formas de organização, relações de trabalho e instituições.

Art. 4º São objetivos específicos da política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais:

I – reconhecer, respeitar e valorizar a diversidade econômico-social, cultural e ambiental dos povos e comunidades tradicionais que interagem nos diferentes biomas e ecossistemas, em áreas rurais ou urbanas;

II – preservar e promover os direitos à identidade própria, à cultura particular, à memória histórica e ao exercício de práticas comunitárias, para o pleno exercício da cidadania, da liberdade e da individualidade;

III – proteger e valorizar os direitos dos povos e comunidades tradicionais sobre seus conhecimentos, práticas e usos, assegurando-se a justa e equitativa repartição dos benefícios deles derivados;

IV – melhorar a qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais, ampliando-se as possibilidades de sustentabilidade para as gerações futuras;

V – conferir celeridade ao reconhecimento da autoidentificação dos povos e comunidades tradicionais, propiciando-lhes o acesso pleno aos seus direitos civis individuais e coletivos;

VI – garantir aos povos e comunidades tradicionais o uso de seus territórios por meio de sua posse efetiva ou propriedade, mediante regularização e titulação das terras, assegurando-se o livre acesso aos recursos naturais necessários à sua reprodução física, cultural, social e econômica;

VII – solucionar os conflitos gerados em decorrência da implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionalmente ocupados, estimulando-se alternativas como a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, previstas na Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000;

VIII – assegurar aos povos e comunidades tradicionais a permanência em seus territórios e o pleno exercício de seus direitos individuais e coletivos, sobretudo nas situações de conflito ou ameaça à sua integridade, bem como a defesa dos direitos afetados direta ou indiretamente, seja especificamente por projetos, obras e empreendimentos, seja genericamente pela reprodução das relações de produção dominantes na sociedade;

IX – garantir que empresas responsáveis por projetos, obras e empreendimentos compensem ou indenizem os povos e comunidades tradicionais pelos prejuízos causados nos territórios tradicionalmente ocupados e reparem os danos físicos, culturais, ambientais ou socioeconômicos;

X – assegurar a implantação dos sistemas de infraestrutura e de acesso, além dos serviços e equipamentos públicos adequados às realidades e às demandas socioeconômicas e culturais dos povos e das comunidades tradicionais;

XI – promover ações de sustentabilidade socioeconômica e produtiva, incentivando-se o desenvolvimento de tecnologias adequadas, respeitando-se práticas, saberes e formas de organização social dos povos e comunidades tradicionais e assegurando-se o acesso dessas populações a recursos naturais e potencialidades de biomas e ecossistemas;

XII – assegurar o acesso aos recursos da biodiversidade e do patrimônio genético, com a repartição justa e equitativa de benefícios derivados da utilização do conhecimento tradicional e de práticas e inovações relevantes para a conservação da diversidade biológica e para a utilização sustentável de seus componentes;

XIII – implementar estratégias para o mapeamento e a caracterização demográfica e socioeconômica dos povos e das comunidades tradicionais, de forma a propiciar visibilidade a essas populações e a orientar o planejamento e a execução de políticas públicas que resguardem seus direitos territoriais, sociais, culturais, ancestrais e econômicos;

XIV – promover o acesso dos povos e das comunidades tradicionais às políticas públicas e a participação de seus representantes nas instâncias de deliberação, fiscalização e controle social das ações governamentais, especialmente no que se refere a projetos que envolvam direitos e interesses dessas populações;

XV – otimizar a inserção dos povos e comunidades tradicionais em ações e programas sociais, estabelecendo-se recortes e enfoques diferenciados voltados para essas populações;

XVI – garantir aos povos e comunidades tradicionais o acesso a serviços de saúde de qualidade e apropriados às suas características socioculturais, necessidades e demandas, incorporando-se, nos casos adequados, as concepções e práticas da medicina tradicional e fitoterápica;

XVII – incentivar a elaboração de política pública de saúde específica, direcionada aos povos e comunidades tradicionais;

XVIII – prover a segurança alimentar e nutricional como direito universal dos indivíduos, garantindo-lhes acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, de forma compatível com outras necessidades essenciais, baseada em práticas sustentáveis e promotoras de saúde, articulando-a e integrando-a ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e ao Sistema Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais;

XIX – fomentar o acesso ao sistema público previdenciário, observando-se as especificidades dos povos e comunidades tradicionais no que diz respeito às suas atividades ocupacionais e a doenças laborais porventura delas decorrentes;

XX – incentivar as formas tradicionais de educação, articulando-as com políticas pedagógicas avançadas, e intensificar processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada povo e comunidade, garantindo-se sua participação nos processos de ensino formais e informais;

XXI – estimular a permanência dos jovens dos povos e comunidades tradicionais em seus territórios, por meio de ações que promovam a sustentabilidade socioeconômica e produtiva, a celeridade dos processos de regularização fundiária e outros incentivos que visem reduzir a migração sazonal ou definitiva;

XXII – implementar e fortalecer projetos que valorizem a importância histórica e a liderança étnico-social desempenhada pelas mulheres pertencentes aos povos e comunidades tradicionais, assegurando-se a participação feminina em instâncias de interlocução com órgãos governamentais;

XXIII – promover a educação sobre a importância dos direitos humanos, sociais, culturais, ambientais e econômicos, de modo a revigorar o comprometimento com a vivência e as práticas coletivas;

XXIV – apoiar os processos de constituição de organizações pelos povos e comunidades tradicionais e incentivar ações de associativismo e cooperativismo, respeitando-se as formas tradicionais de representação;

XXV – garantir aos povos e às comunidades tradicionais, por meio de suas organizações representativas e de apoio, o acesso a verbas públicas e a condições facilitadas para a gestão desses recursos financeiros;

XXVI – assegurar proteção e assistência a representantes, grupos ou instituições que atuem na promoção e defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais e que, em razão de sua atividade, sejam expostos a situações de risco.

Art. 5º As ações voltadas à efetivação da política de que trata esta Lei ocorrerão de forma intersetorial, integrada, sistemática e coordenada, obedecendo-se as seguintes diretrizes:

I – efetivação dos direitos fundamentais e sociais dos povos e comunidades tradicionais;

II – combate aos preconceitos fundados no racismo e promoção de abordagens específicas para as diferenças de situação cultural, econômica, de gênero, de etnia, de idade, de religiosidade, de ancestralidade, de orientação sexual e de atividades laborais, em todas as suas manifestações, buscando-se eliminar quaisquer relações discriminatórias decorrentes de desigualdades histórico-sociais;

III – garantia aos povos e comunidades tradicionais do direito à informação, em linguagem acessível, especialmente no que se refere ao conhecimento dos documentos produzidos no âmbito da política de que trata esta Lei;